

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

GEOGRAFIA DA DOMINAÇÃO

Um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN)

João Batista Carmo Júnior

Natal-RN

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

João Batista Carmo Júnior

GEOGRAFIA DA DOMINAÇÃO

Um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por João Batista Carmo Júnior, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dra. Françoise Dominique Valéry.

Natal-RN

2006

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Carmo Júnior, João Batista.

Geografia da dominação: um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN) / João Batista Carmo Júnior. – Natal, [RN], 2006.

172 f.

Orientadora: Françoise Dominique Valéry.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

1. Urbanismo – Macau (RN) – Dissertação. 2. Organização espacial – Macau (RN) – Dissertação. 3. Segregação social – Macau (RN) – Dissertação. 4. Periferia urbana – Macau (RN) – Dissertação. I. Valéry, Françoise Dominique. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 911.375.5(043.3)

João Batista Carmo Júnior

GEOGRAFIA DA DOMINAÇÃO

Um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por João Batista Carmo Júnior, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Françoise Dominique Valéry

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Françoise Dominique Valéry

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof^a. Dra. Rosa Ester Rossini

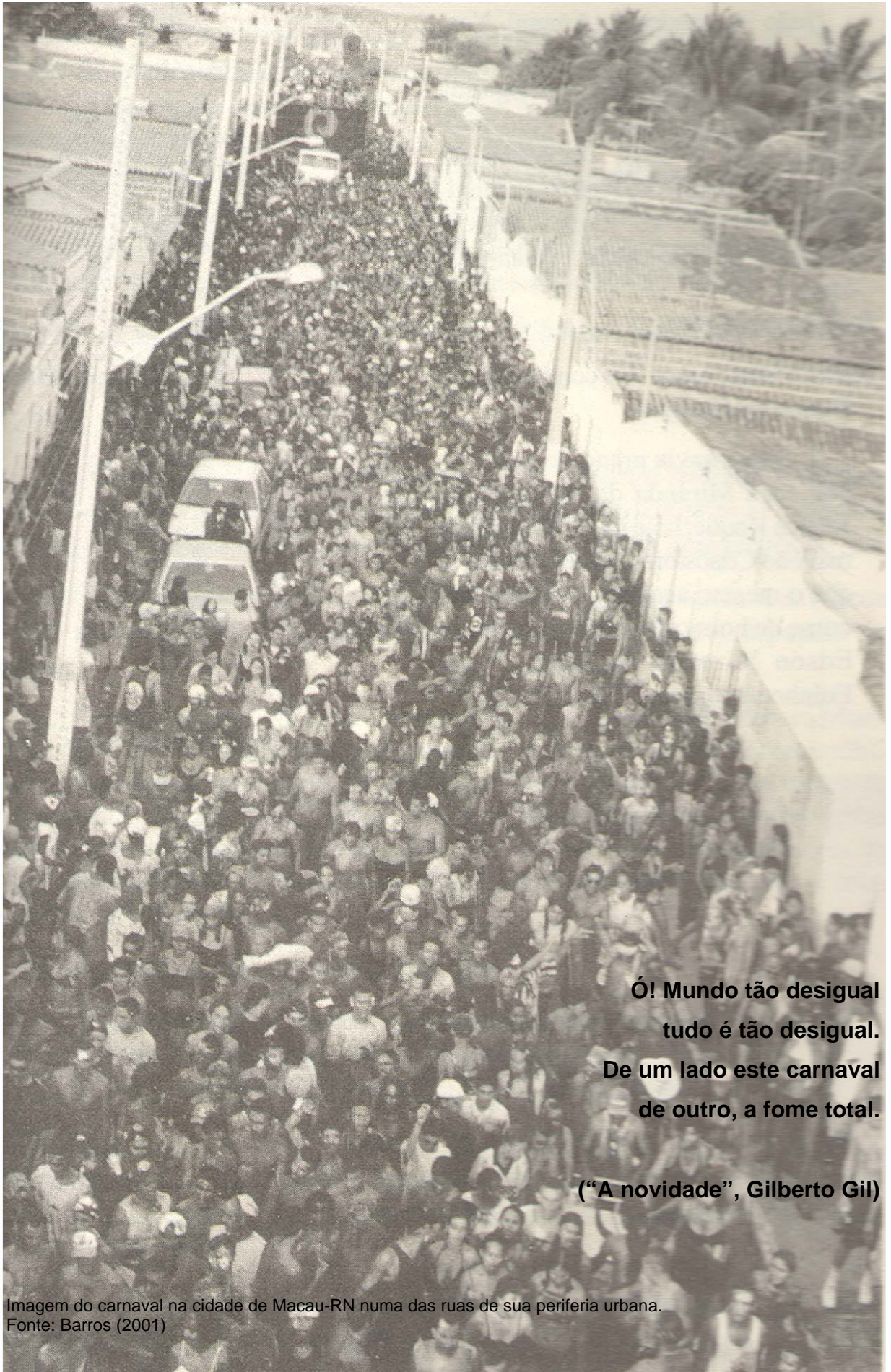
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Ao lugar,
às pessoas
e à lembrança –
ainda muito presente em minha memória –,
dedico este trabalho.

Algumas pessoas
acreditam em nós antes de nós mesmos.
A elas, agradeço por acreditarem em mim
antes mesmo que eu acreditasse:
minha família, amigos e orientadora.



**Ó! Mundo tão desigual
tudo é tão desigual.
De um lado este carnaval
de outro, a fome total.**

(“A novidade”, Gilberto Gil)

Imagem do carnaval na cidade de Macau-RN numa das ruas de sua periferia urbana.
Fonte: Barros (2001)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a organização espacial da cidade de Macau-RN. Sua abordagem enfoca a partir de um resgate da história da cidade, os principais personagens responsáveis pela construção deste lugar, chamados de “agentes sociais”, assim como, seus processos sociais e as formas espaciais decorrentes destes processos. Uma vez identificados os personagens e suas práticas, constatou-se a existência de uma força vital para a estruturação, articulação e manutenção das ações engendradas ao longo do tempo por estes agentes sociais, materializadas no espaço urbano: “a segregação social”. A segregação social no espaço urbano configura-se como uma geografia específica de dominação. Os frutos colhidos por aqueles que possuem as melhores “localizações” e condições de “acessibilidade” no espaço urbano variam desde o enriquecimento próprio com a valorização de seus patrimônios a partir da concentração de investimentos públicos de infra-estrutura, à comodidade de ter a seu fácil alcance todas as necessidades cotidianas relacionadas aos deslocamentos no espaço urbano contribuindo para a otimização da qualidade de vida. Se existem aqueles que se beneficiam com a localização no espaço urbano, há, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, aqueles que são prejudicados. A pesquisa identificou o salineiro como o elemento mais fraco desta estrutura social, ocupando a periferia urbana da cidade de Macau, caracterizada pela carência de serviços e equipamentos urbanos em oposição ao Centro da cidade, *locus* da elite, estabelecendo o mais conhecido padrão de segregação: centro x periferia, onde o espaço atua como um mecanismo de segregação.

Palavras-chave: Espaço urbano. Segregação social. Periferia urbana.

ABSTRACT

This work aims to understand the spatial organization in the Town of Macau, State of Rio Grande do Norte, Brazil. This approach focus on bringing back the history of the town, the main personages responsible for the construction of this place, denominated "social agents", as well as its social processes and the spatial forms derived from them. As the personages and their practices were identified, it was found out the existence of a driving force for structuring, interlocking, and maintaining the actions carried out by the "social agents" during the time. Such actions were materialized in the urban space: "the social segregation". The social segregation takes place as a specific geography of domination. The outcome of those owning the best "areas" and ways of "accessibility" in the urban space, varies from the enrichment by property valorization, because of the concentration of public investments of infrastructure, to the comfort of easily reaching all the daily needs related to the displacements in the urban space. In the latter case, such facility has contributed to improve life quality. While one takes advantage of the location in the urban space, others are negatively affected by the same process. This research identified the salina worker as the weakest element of this social structure, occupying the urban periphery of the town of Macau. Such area is characterized by the lack of services and urban equipment in opposition to the center of the town, the locus of elite. This way, it is established the most known segregation pattern: center x periphery, in which the space acts as a mechanism of segregation.

Key words: Urban space. Social segregation. Urban periphery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Estado do Rio Grande do Norte. Localização do município de Macau-RN.....	21
Figura 02	Área de implantação da cidade de Macau-RN. <i>Locus</i> de estudo.....	22
Figura 03	Vista aérea da área de implantação da cidade.....	23
Figura 04	Vista aérea da cidade de Macau.....	23
Figura 05	Vista aérea da cidade de Macau.....	23
Figura 06	Vista aérea da cidade de Macau em 1934.....	28
Figura 07	Perímetro urbano da cidade de Macau em 1938.....	29
Figura 08	Evolução urbana da cidade de Macau nas décadas de 1940, 50 e 60.....	32
Figura 09	Área de implantação da cidade de Macau.....	59
Figura 10	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Tipologia de uso do solo urbano.....	60
Figura 11	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Divisão político-administrativa (bairros).....	61
Figura 12	Vista da rua Martins Ferreira.....	62
Figura 13	Vista externa do CCAB.....	62
Figura 14	Vista externa da Central do Cidadão.....	62
Figura 15	Vista externa de uma loja de roupas.....	63
Figura 16	Vista do comércio no calçadão José Ribeiro da Costa.....	63
Figura 17	Vista externa do Mercado Público.....	63
Figura 18	Vista externa da Casa de Cultura.....	64
Figura 19	Vista externa do Centro Cultural Porto de Ama.....	64
Figura 20	Vista externa do Ginásio Municipal.....	64
Figura 21	Vista externa da Prefeitura Municipal.....	65
Figura 22	Vista de um dos poucos terrenos baldios	65
Figura 23	Vista de um terreno baldio	65
Figura 24	Vista externa de uma construção abandonada.....	66
Figura 25	Vista da praça do Lazer.....	67

Figura 26	Vista de um canteiro central.....	67
Figura 27	Vista da praça Dinarte Mariz.....	67
Figura 28	Vista da rua Marechal Deodoro.....	69
Figura 29	Vista externa de uma residência localizada no Centro da cidade.....	69
Figura 30	Vista externa de uma residência localizada à rua Martins Ferreira.....	69
Figura 31	Vista da rua João Amaral pertencente ao Bairro Valadão.....	70
Figura 32	Vista da rua Constance Macêdo Lopes.....	70
Figura 33	Vista da rua Areia Branca.....	70
Figura 34	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Tipologia de material da malha viária.....	71
Figura 35	Vista aérea da salina Unidos na ilha do Alagamar em 1968.....	77
Figura 36	Vista da chegada à parte do conjunto habitacional na ilha do Alagamar chamada Cuba.....	78
Figura 37	Vista externa de uma habitação de padrão C, localizada em Cuba.....	78
Figura 38	Vista da rua do Meio localizada em Cuba.....	78
Figura 39	Vista de chegada à parte do conjunto habitacional chamada Alagamar onde ficam as casas de padrão A e B.....	79
Figura 40	Vista externa de uma residência de padrão A no Alagamar.....	79
Figura 41	Vista externa do clube recreativo Unidos.....	79
Figura 42	Demarcação da área pertencente à Salinor. Terrenos baixos destinados às salinas.....	80
Figura 43	Conjunto habitacional da ilha do Alagamar. Tipologia de uso do solo urbano.....	81
Figura 44	Conjunto habitacional da ilha do Alagamar. Tipologia de material da malha viária.....	82
Figura 45	Vista da rua Pedro Lopes.....	87
Figura 46	Vista do bairro Nossa Senhora dos Navegantes.....	87
Figura 47	Vista da rua Portela situada no Valadão.....	87

Figura 48	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Localização residencial dos ex e atuais salineiros.....	90
Figura 49	Conjunto habitacional na ilha do Alagamar. Localização residencial dos atuais salineiros.....	91
Figura 50	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Mancha representativa da localização habitacional dos ex- salineiros.....	92
Figura 51	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Mancha representativa da localização habitacional dos atuais salineiros.....	93
Figura 52	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Mancha representativa da localização habitacional dos salineiros.....	94
Figura 53	Perímetro urbano atual da cidade de Macau. Área onde foi realizado o saneamento básico.....	95
Figura 54	Vista do encaminhamento da água servida.....	102
Figura 55	Vista mostrando à água servida	102
Figura 56	Vista externa da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 57	Vista interna da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 58	Vista interna da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 59	Vista externa da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 60	Vista externa da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 61	Vista interna da residência de ex-salineiro.....	107
Figura 62	Vista externa da residência de ex-salineiro.....	108
Figura 63	Vista interna da residência de ex-salineiro.....	108
Figura 64	Vista externa da residência de salineiro.....	108
Figura 65	Vista interna da residência de salineiro.....	108
Figura 66	Vista externa da residência de salineiro.....	108
Figura 67	Vista interna da residência de salineiro.....	108
Figura 68	Organograma habitacional representativo da periferia urbana da cidade de Macau.....	112
Figura 69	Estrutura espacial representativa da segregação social na terra do sal.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro – 01	RESUMO COMPARATIVO	
	Caracterização do morador.....	98
Quadro – 02	RESUMO COMPARATIVO	
	Caracterização da habitação: aspectos locacionais.....	104
Quadro – 03	RESUMO COMPARATIVO	
	Caracterização da habitação: aspectos legais e tipológicos.....	109

LISTA DE SIGLAS

CCAB	Centro Comercial Afonso Barros
CCN	Companhia Comércio e Navegação
CIRNE	Companhia Industrial do Rio Grande do Norte
CNS	Companhia Nacional de Salinas
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PDDUM	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Macau
PMM	Prefeitura Municipal de Macau
Salinor	Salinas do Nordeste S.A.
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	16
2 – A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE MACAU.....	24
O surgimento da cidade e a origem hegemônica do Centro.....	24
Os subúrbios longínquos.....	33
Porto de São Pedro.....	34
Valadão.....	35
Nossa Senhora dos Navegantes.....	35
O Centro como um lugar de exceção.....	36
3 – A HISTÓRIA DA TERRA DO SAL.....	40
Das salinas naturais, passando pelas salinas dos homens até chegar as salinas das máquinas.....	41
A salina tradicional: a escravidão disfarçada.....	45
O salineiro: escravo da salina e pária da sociedade macauense.....	47
A salina mecanizada: o emprego da máquina ao invés do homem.....	49
Os impactos causados pela modernização tecnológica do parque salineiro potiguar.....	50
4 – O ESPAÇO URBANO: MATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIAIS.....	53
Sítio de implantação e condicionantes naturais.....	54
A organização espacial da cidade de Macau.....	57
Os “agentes” sociais e suas formas espaciais.....	72
A indústria salineira e as áreas industriais.....	73
<i>O conjunto Alagamar.....</i>	<i>75</i>
A elite e o Centro.....	83
Os salineiros e as áreas sociais.....	85

5 – OS TRABALHADORES DAS SALINAS E A PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE MACAU.....	88
Localização espacial.....	89
Perfil sócio-econômico.....	96
Caracterização da habitação.....	99
Aspectos locacionais.....	99
Aspectos legais e tipológicos.....	105
Organograma habitacional representativo da periferia urbana da cidade de Macau.....	109
6 – SEGREGAÇÃO: UMA GEOGRAFIA DE DOMINAÇÃO.....	113
Espaço urbano: campo de luta pelas localizações.....	113
A segregação como estrutura do espaço urbano.....	115
A segregação social na terra do sal.....	119
Segregação, sim; guetos, não.....	123
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
9 – GLOSSÁRIO.....	130
10 – ANEXOS.....	132

1 – INTRODUÇÃO

Algumas idéias tecidas ao longo deste trabalho, certamente trarão polêmicas e, servirão, em última instância, para instaurar discussões a cerca da questão espacial de uma cidade. Cidade esta, que o presente trabalho buscou entender. A partir de uma inquietação, procurou-se explicações sobre a organização espacial da cidade de Macau-RN, sendo este o tema central deste estudo.

O município de Macau está localizado no litoral setentrional do Estado do Rio Grande do Norte, Estado situado na extremidade oriental da região Nordeste, conforme a divisão territorial do Brasil, pertencente à Mesorregião Central Potiguar, inserida na microrregião Macau. Encontra-se limitado com o Oceano Atlântico, ao norte; com o município de Guamaré, a leste; com os municípios de Pendências, Carnaubais e Porto do Mangue, a oeste; e com o município de Pedro Avelino, ao sul. (ver Figura 01)

A inquietação que gerou o debruçamento do pensamento sobre a cidade, é fruto do amadurecimento do olhar sobre esta. Sua causa repousa na observância da pouquíssima ênfase literária macauense sobre sua questão espacial, ocasionando assim, o anseio da busca por respostas. Não há aqui, a intenção de desvendar a verdade sobre o urbano, até porque o urbano de hoje não é o mesmo de amanhã. De modo que a pretensa verdade em que ele caberia, com o passar do tempo já não caberia mais nele.

A intenção é encontrar um caminho de reflexão e, principalmente, trazer à tona a discussão sobre como está organizada espacialmente a cidade de Macau. Quais os seus principais personagens transformadores e modeladores do espaço urbano, assim como, suas práticas sociais desenvolvidas e os resultados formais acarretados? Deste modo, é objetivo deste trabalho buscar uma explicação para a organização do espaço urbano da cidade Macau, a partir das atuações de seus principais agentes sociais, assim como, das suas formas espaciais decorrentes de tais atuações.

Tamãha seja a pretensãõ aqui buscada em explicar tal complexidade – que é a cidade –, que poderãõ ser encontrados deslizes, mas bem podem ser relevados e absolvidos, dada a imensa dificuldade de se buscar respostas em algo tãõ repleto de perguntas.

A busca por respostas do presente inicia-se pelo passado. Assim deu-se iníciõ a pesquisa a partir do retorno do tempo. Realizou-se uma revisãõ bibliogrãfica na literatura macauense, resgatando – a duras penas devido à escassez de dados –, A EVOLUÇÃõ URBANA DA CIDADE DE MACAU, como também, A HISTÓRIA DA TERRA DO SAL, ambas uma mesma história contadas de formas diferentes, mas que a todo momento se cruzam e se complementam.

A EVOLUÇÃõ URBANA DA CIDADE DE MACAU revelou a partir dos fatos que marcaram seu crescimento urbano, o processo que garantiu a hegemonia do Centro da cidade em relaçaõ a sua periferia, na época, um “subúrbio longínquo”. Neste Centro, estabeleceu-se uma elite burguesa, intelectual e política, elegendo este espaço como o seu *lõcus* – local de trabalho e moradia –, usando para isso, todos os mecanismos necessãrios para garantir sua permanência. Por sua vez, o item A HISTÓRIA DA TERRA DO SAL apresentou dois novos e importantes personagens: a indústria salineira e o trabalhador das salinas. Neste histório é contado todo o processo que possibilitou o surgimento, instalaçaõ e consolidaçaõ da indústria salineira na regiãõ de Macau, assim como a vida sacrificada e penosa dos salineiros sobre a terra do sal. A construçaõ destes dois histórios constitui a primeira das três partes que compõem este trabalho.

A segunda parte é formada por O ESPAÇO URBANO: MATERIALIZAÇÃõ DOS PROCESSOS SOCIAIS e OS TRABALHADORES DAS SALINAS E A PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE MACAU. O primeiro momento desta referida parte representa a apreensãõ do objeto de estudo que somente tornou-se possível de posse da bagagem histõrica colhida na primeira parte.

Inicialmente, é situada e caracterizada fisicamente a área onde se encontra a cidade de Macau – *locus* deste estudo. (ver Figuras 02, 03, 04 e 05) Além disso, é incorporado ao termo “cidade”, o conceito de “espaço urbano”, desenvolvido por Corrêa (2000) em seu livro *O espaço urbano*, onde, também, tratou-se de caracterizar os personagens identificados na primeira parte.

Estes personagens foram denominados de “agentes sociais”, onde buscou-se rastrear suas atuações no espaço urbano por meio da concretização das formas espaciais resultantes dos processos sociais. Na apreensão da realidade espacial da cidade de Macau, deu-se início a pesquisa de campo com a elaboração do mapa da tipologia de uso – informação cartográfica fundamental para a identificação da área central e dos bairros periféricos –, assim como, o registro fotográfico da presença das diversas tipologias de usos observadas nos bairros da cidade.

Num segundo momento é dada uma atenção especial aos trabalhadores das salinas por se tratar do elemento mais fraco desta estrutura social. Nesta ocasião, com a realização do mapeamento residencial destes trabalhadores pode-se comprovar sua localização nos bairros periféricos da cidade. O mapeamento residencial constou de 50 ex-salineiros, também chamados de antigos salineiros – trabalhadores das salinas tradicionais que realizavam a produção, extração, empilhamento e transporte do sal segundo os moldes artesanais –, e, mais, 60 atuais salineiros – trabalhadores das salinas mecanizadas –, contabilizando um grupo de 110 “antigos” e “novos” trabalhadores.

Destes 110 trabalhadores, sua grande maioria (104 salineiros) residem na cidade de Macau, estando o restante, ocupando o conjunto habitacional pertencente à indústria salineira com sede na ilha do Alagamar, fora dos limites urbanos. Além do mapeamento aplicou-se um questionário sócio-econômico ao trabalhador e sua família de forma a traçar um perfil desta população. Por último, realizou-se um levantamento físico e fotográfico das unidades habitacionais destes trabalhadores com o intuito de verificar as condições locacionais, legais e tipológicas de suas construções.

Uma vez conceituado e caracterizado o espaço urbano, identificado seus principais agentes sociais e suas respectivas formas espaciais, chegou-se num momento crítico do trabalho, marcado pela descoberta do elemento-chave que se traduz na única forma capaz de dar sustentação à co-presença de diversos agentes com diferentes práticas e objetivos atuando no espaço urbano. Esta forma responde pelo nome de segregação social no espaço urbano.

A segregação social no espaço urbano constitui-se numa força vital para a estruturação, articulação e manutenção das ações engendradas ao longo do tempo por seus “agentes sociais”, materializadas no espaço urbano. Sendo, além de reflexo das ações destes “agentes sociais”, condição necessária para a existência de tais formas espaciais. Nesta etapa do trabalho que encerra a terceira e última parte, intitulou-se SEGREGAÇÃO: UMA GEOGRAFIA DE DOMINAÇÃO.

Os fundamentos conceituais que dão suporte ao termo “segregação”, aqui, apropriados, são creditados a Villaça (2001) em seu livro *Espaço intra-urbano no Brasil*, o qual define a segregação como “[...] *uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa exerce sua dominação através do espaço urbano*”. (p.360)

A dominação do espaço urbano da cidade de Macau se dá, inicialmente, com a escolha e apropriação das melhores localizações pela indústria salineira no desenvolvimento de suas atividades relacionadas à produção e extração do sal, em última instância, segregando a cidade. No nível intra-urbano, o processo de segregação se dá com o domínio do Centro pela elite que ao se segregar neste centro, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, desencadeia a segregação dos “outros” na parte que “restou” da cidade: sua periferia urbana.

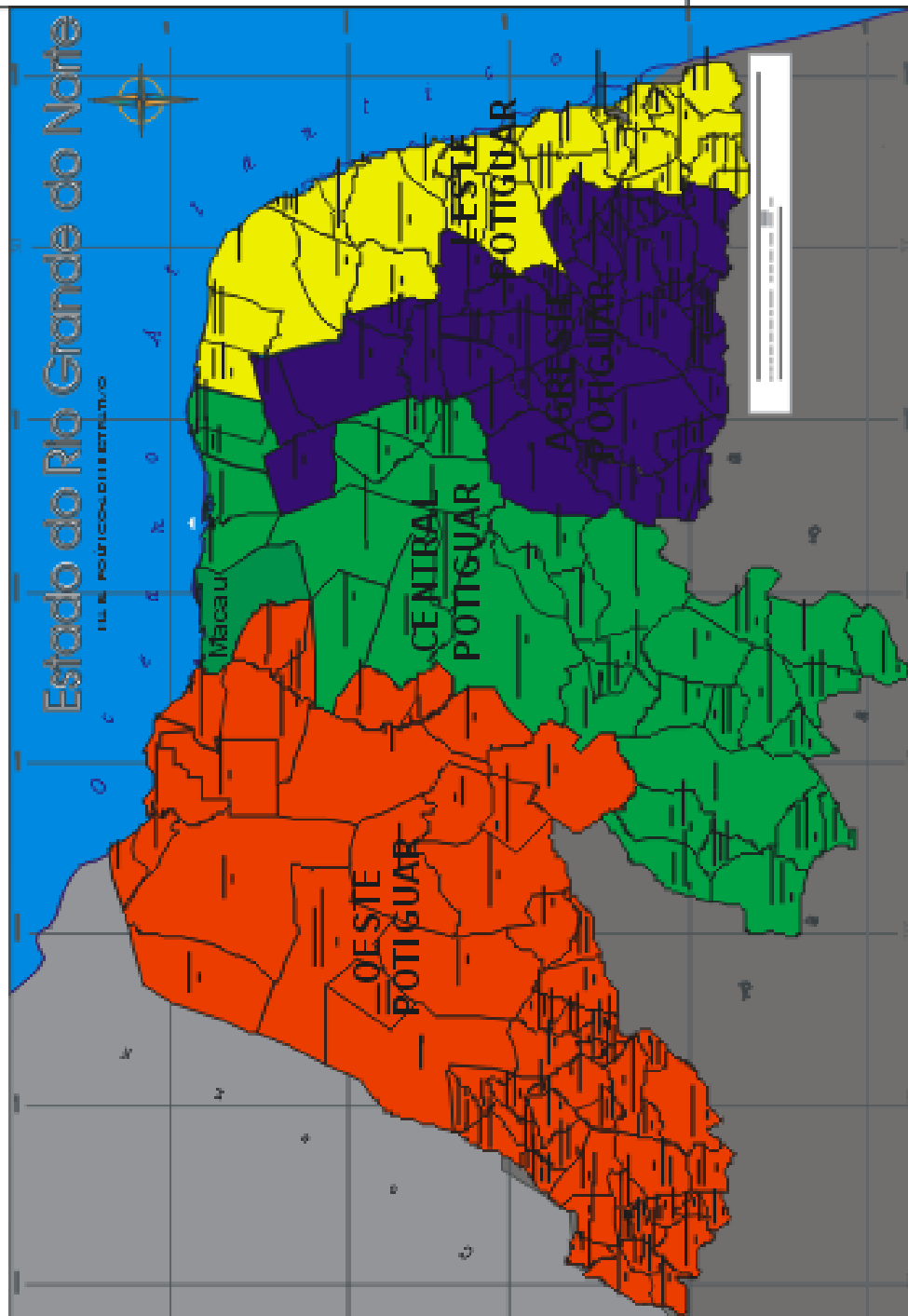
Podendo-se assim falar em dois tipos de segregação: a “auto-segregação” – referindo-se à segregação da classe dominante que seleciona para si as melhores áreas; e a “segregação imposta” que diz respeito à segregação das camadas de baixa renda as quais as opções de “onde” e “como morar”, são poucas ou nulas. Na verdade, estes termos representam um mesmo processo e referem-se à dialética da segregação espacial.

É nesta parte que “restou” da cidade – sua periferia urbana –, que se localiza o agente mais fraco desta estrutura social, no sentido do poder sobre o urbano: o trabalhador das salinas ou, simplesmente, o salineiro. Esta periferia, formada pelos bairros Porto de São Pedro, Valadão e Nossa Senhora dos Navegantes, representou, ao longo do tempo, o *locus* de moradia destes trabalhadores, ou seja, o local de reprodução da força de trabalho para a indústria salineira. Neste sentido, o mapeamento realizado das habitações dos trabalhadores das salinas comprova a segregação social como elemento estruturante do espaço urbano da cidade de Macau. Já os dados apresentados sobre o perfil sócio-econômico da população segregada, assim como, os dados do levantamento físico e fotográfico de suas habitações, são fatos que, seguramente, tornam mais visível a crueldade, perversidade e malignidade da dominação espacial.

Ao contrário do Centro, a periferia urbana da cidade de Macau é caracterizada pela carência dos diversos serviços e equipamentos urbanos. Suas construções apresentam péssimas condições de estado de conservação resultado dos baixos salários a que estes trabalhadores foram e são submetidos pelas empresas produtoras de sal. A feição desta periferia, que se assemelha à própria feição de seus moradores, retrata um lugar pobre, sofrido e abandonado.

Por fim, a importância deste trabalho está em seu ineditismo ao tratar a questão espacial – antes sequer abordada na literatura macauense –, buscando alcançar um nível razoável de entendimento, ao lançar, pretensamente, explicações gerais à cerca da organização do espaço urbano da cidade de Macau, identificando as atuações de seus principais personagens na construção deste lugar, lançando mão da existência da segregação social como condição necessária para o exercício da dominação espacial e, sobretudo, trazendo para primeiro plano a necessidade de se pensar a problemática urbana.

Figura 01 - Estado do Rio Grande do Norte
Localização do município de Macau-RN

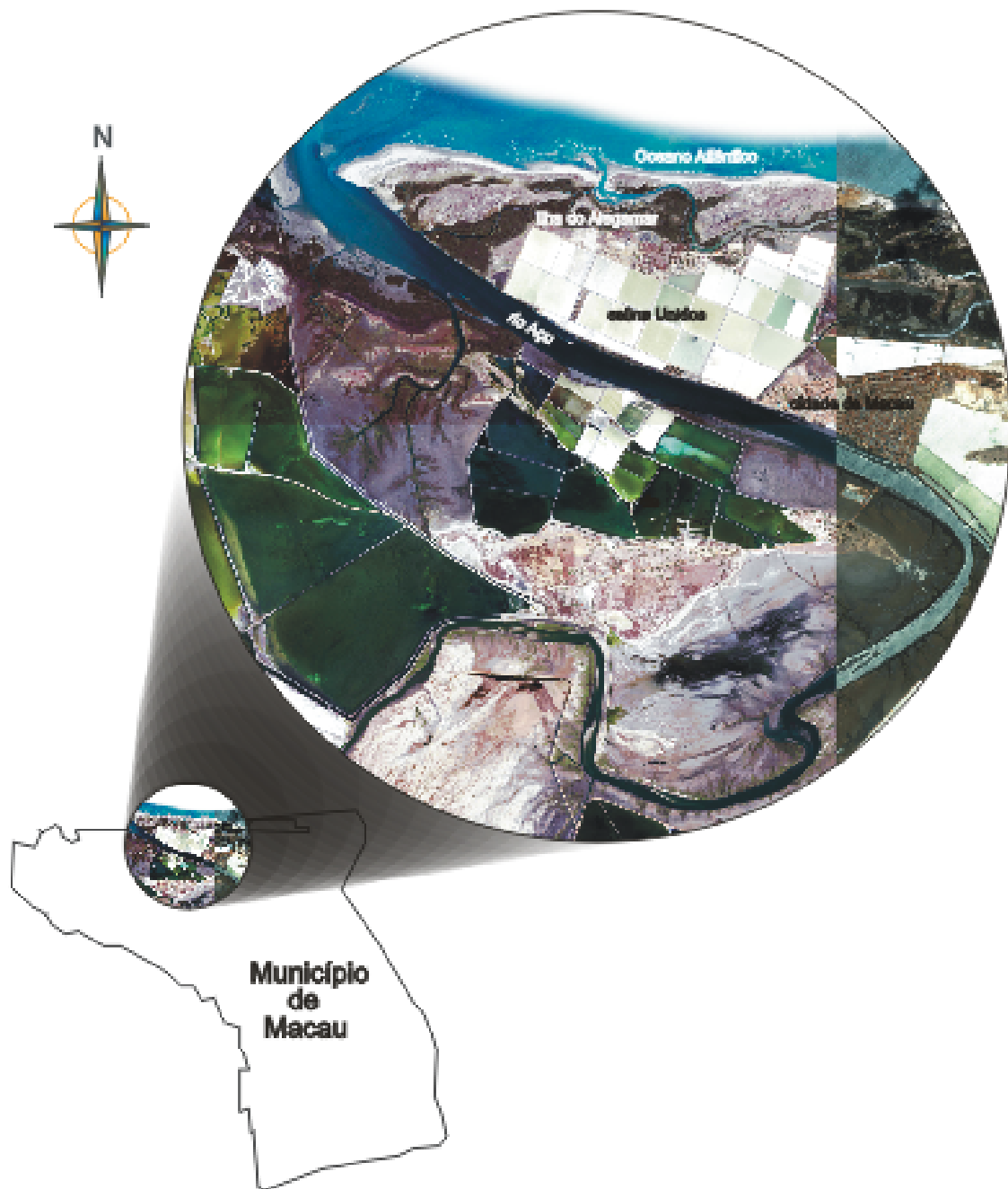


LEGENDA (Mesoregiões geográficas)

 Leste Potiguar  Agreste Potiguar  Central Potiguar  Oeste Potiguar

Fonte: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA.
Anuário estatístico - 2003. Natal, 2003. 1 cd-rom.

**Figura 02 - Área de implantação da cidade de Macau-RN
*locus de estudo***



Fonte: Elaboração própria a partir da foto do satélite Ikonos cedida pelo IDEMA, 2002.



Figura 03 – Vista aérea da área de implantação da cidade de Macau.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 04 – Vista aérea da cidade de Macau banhada pelo rio Açu, tendo ao fundo a ilha do Alagamar.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 05 – Vista aérea da cidade de Macau com destaque para o rio Açu.
Fonte: Arquivo pessoal.

2 – A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE MACAU

Sobre a história da cidade de Macau-RN, nem tudo é luz no que se refere à sua evolução urbana. Na verdade, pouco se sabe, contudo se faz necessário para as nossas aspirações aqui, resgatar este pouco com o intuito de compreender desde seus momentos iniciais, o objeto central do nosso estudo: a organização do espaço urbano da cidade de Macau. Nesta busca pela compreensão de fatos históricos que elucidem o questionamento central desta pesquisa, será enfatizada a relação do Centro da cidade com sua periferia.

O surgimento da cidade e a origem hegemônica do Centro

A ocupação da então ilha de Macau deveu-se ao êxodo forçado, ocorrido em função do avanço do mar, pelos habitantes da antiga ilha de Manoel Gonçalves que se encontrava ao Norte da ilha de Macau, em frente à praia de Camapum. A emigração teve início em 1815, ocorrendo de forma paulatina, e somente, em 1857, o desaparecimento completo da ilha de Manoel Gonçalves fora confirmado pelo Roteiro da Costa do Norte do Brasil, de 1857. (MOURA, 2003)

Inicialmente, a ocupação da então ilha de Macau se deu ao longo da margem do rio Açu como afirma o documento histórico Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Macau (PDDUM), o qual cita documentos do ano de 1876, data em que teria sido registrada “[...] *a divisão da cidade em 6 quarteirões, cuja referência é o número inicial de ocupação, representado por um cordão de habitações que margeia o Açu, denominada em épocas passadas de Rua da Frente* [...]”. Nesta rua foram construídos os primeiros armazéns e casas da cidade. Em seu recente livro, Moura (2003, p.146) cita a lembrança “[...] *de um armazém de alvenaria na rua da Frente, de propriedade do português João Martins Ferreira, que tinha o ano 1825 gravado na sua fachada.*”

A respeito dos fundadores de Macau, o historiador Luís da Câmara Cascudo, expressa-se da seguinte forma:

O rico comerciante João Martins Ferreira, seu filho José, seus quatro genros, José Joaquim Fernandes, Manoel José Fernandes, Manoel Antônio Fernandes e Antônio Joaquim de Souza vieram para onde depois se espalharam as ruas de Macau. [...] Sabe-se que além desses, deixaram a ilha os portugueses João Garcia Valladão, Francisco José da Costa Coentro, Elizario Cordeiro, Antonio de Moura e Silva, Manoel Rodrigues Ferreira e o brasileiro Jacinto José da Hora. Alguns moradores antigos da cidade lembram que as residências desses fundadores eram nos melhores sítios do alagado e salitroso Macau. Os Martins Ferreira construíram armazém alto e solido onde se lia a data 1825 denunciando vinda anterior. (CASCUDO, apud DANTAS, 1998, p.50 e 51)

Alguns fatos que retratam o desenvolvimento da cidade de Macau são enumerados por Moura (2003), como por exemplo: a inauguração da iluminação pública com lampiões a querosene, em 1870, a qual nesta época contava com os seguintes edifícios municipais: Paço Municipal, Cemitério Público, Cadeia, Casa de Mercado e Matadouro Público. (MOURA, 2003) Já no início da década de 1880, Macau apresentava 637 casas e uma população urbana de “3.755 habitantes livres e 186 escravos, com 637 fogos.” (MOURA, 2003, p.150)

No recenseamento feito em 1920, havia 11.912 habitantes no município, sendo: 4.754 na cidade (em 1.193 casas) e 7.158 no interior. No ano de 1924, o prefeito Dr. Armando China inaugurou a luz elétrica, com moto-gerador a diesel e em 1935, a cidade contava com 301 instalações elétricas particulares e 138 postes de iluminação pública. (MOURA, 2003)

Neste mesmo ano, assumiu provisoriamente, nomeado pelo então governador Rafael Fernandes Gurjão, o sr. João Fernandes de Melo que acabou administrando a cidade por 13 anos e comprando nesta ocasião, sabiamente, à Companhia Comércio e Navegação todo o terreno o qual a cidade ocupa. Em sua administração foram construídas importantes obras como: a prefeitura municipal, o prédio dos correios e telégrafos, o matadouro e a biblioteca pública, a maternidade José Varela, a praça do Coreto (atual praça Monsenhor Honório), a rampa do mercado entre outras. (SILVA, 2001)

Em 1944, o município apresentava 5.226 prédios, sendo 1.870 localizados na cidade de Macau, dos quais 994 pertencentes ao quadro urbano e 876 ao suburbano, sendo as demais construções localizadas na vila de Independência (atual município de Pendências) e nas zonas rurais dos seus dois distritos. (BARROS, 2001)

Até meados de 1940, pode-se afirmar que a cidade de Macau resumia-se a uma área menor do que hoje, é a área ocupada pelo seu principal bairro – o Centro –, além de um subúrbio, afastado, constituído pelo Porto do Roçado (atual bairro Porto de São Pedro) e Valadão. Basicamente, a cidade era constituída por um Centro onde residia uma burguesia abrigada em seus casarões de estilo colonial, desenvolvendo atividades comerciais em seus armazéns e estabelecimentos comerciais localizados, principalmente, na rua da Frente (atuais Augusto Severo e Barão do Rio Branco). Algumas passagens, citações e lembranças remontam o cenário desta antiga Macau: (ver Figuras 06 e 07)

Persistem, porém, na rua da frente, algumas das construções antigas, testemunhas eloqüentes do esplendor de outrora. Graças a Deus ainda continua de pé, e em bom estado, o sobrado que foi do meu pai, situado no melhor ponto de Macau. (FERNANDES, 1984, p.12)

Residiam nesta rua em 1909, o Vigário da Freguesia – Pe. Joaquim Honório da Silveira – e o advogado Major Emygdio Avelino. Funcionavam nela, na mesma época, as empresas: ‘Severo & Irmão – Fazenda, miudezas, cereaes, etc’, ‘Companhia Maranhense – Agente F.T. de Albuquerque’ e a ‘Fábrica Progresso de Virgílio Oscar Pinheiro – N’esta acreditada casa os srs. Fumantes encontrarão sempre um esplendido sortimento de charutos finos dos melhores fabricantes, cigarros das melhores marcas, confeccionados com fumos Caporal, Blond, Rio Novo, Loure, etc. N’esta mesma casa encontra-se também um esplendido sortimento de ponteiras, cachimbos, bolsas, fumo em pacote – tudo enfim que disser respeito à arte de fumar. – Rua Augusto Severo, n. 9 – Macau – Rio Grande do Norte. (ALMANAK DE MACAU, apud BARROS, 2001, p.70 e 71)

Os bailes, quando havia uma data comemorativa importante, às vezes eram realizados nas residências, principalmente nos importantes sobrados da rua da frente. (FERNANDES, 1984, p.33 e 34)

O casarão da Intendência Municipal era um velho sobrado cor-de-rosa, retangular, de clamorosa sobriedade arquitetônica, plantado bem no meio da cidade, na rua da frente, com a fachada para a Praça da Igreja. No andar térreo funcionavam diversas repartições públicas, o Quartel da Polícia e a Cadeia. O andar superior era todo ocupado pela intendência, que cedera, desde os tempos monárquicos, à justiça do Estado, o seu

melhor salão para as audiências dos magistrados e as sessões do Júri. (PINHEIRO, 2000, p.101)

Foi caminhando pela Rua da Frente, no rumo da salina. Alcançou a ponte, passou pela usina beneficiadora de sal, ganhou o aterro. (MENEZES, 1960, apud BARROS, 2001, p.112)

No Centro, destacavam-se, também, outras ruas como: rua do Meio (atual Martins Ferreira); rua do Cordão Encarnado (atual São José); rua do Cordão Azul (atual Pereira Carneiro); rua do Couro da Besta, que, depois, seria a rua Siqueira Campos (Atual Benjamin Constant) e Rua Amaro Cavalcante.

D. Angelina morava numa casinha amarela e baixa, a um canto do Largo da Conceição, com esquina para a imensa Rua do cordão Azul. (PINHEIRO, 2000, p.115)

Em 1948, na gestão do então prefeito Albino Gonçalves de Melo, o Centro foi contemplado com o calçamento de suas principais ruas: Benjamin Constant, Joaquim Honório, Amaro Cavalcanti, Pereira Carneiro, Martins Ferreira e São José, travessas 15 de Novembro, São João e Pereira Carneiro, além das praças João da Penha e da Conceição. (BEZERRA, 2002)

Além das ruas do Centro, havia as ruas dos chamados “arredores” do Centro: rua da Feira Velha (atual D. Pedro II); rua da Gameleira (Atual Marechal Deodoro da Fonseca); rua Princesa Isabel; rua 15 de Novembro, também conhecida como beco da Revolta, beco das Quatro Bocas, ou, ainda, travessa D. Pedro II (atual Calçadão José Ribeiro da Costa); rua do Chapéu Cagado (atual São Vicente). Chama-se atenção para os demais locais, ainda pertencentes ao Centro: o quadro da Conceição (atual praça da Conceição) – onde, a exemplo da rua da Frente, era um local onde morava a aristocracia macauense da época; o quadro do Mercado (atual Centro Comercial Afonso Barros). Assim como, as praças: Barão do Rio Branco ou João Pessoa (atual Monsenhor Honório); Capitão José da Penha; Largo ou Quadro do Cruzeiro (Atual Praça Café Filho) e por fim, a rampa do Mercado e o aterro da entrada da cidade. (ver Figuras 06 e 07)

Os jogos eram disputados no campo que existia no antigo Quadro do Cruzeiro, desaparecido para dar lugar a construções diversas. (FERNANDES, 1984, p.21)

Antigamente isto aqui era o que Macau possuía de mais bonito – a entrada da cidade – com suas salinas, as pirâmides de sal margeando o Aterro, as espumas brancas dos cristalizadores esvoaçando, tocadas pelo vento, a sinfonia dos cata-ventos, o ruído do motor, cadenciado, da Usina de Trituração do Sal, a movimentação das barcaças, o povo no vaivém constante. Hoje essa paisagem é morta. Vive-se da saudade e da lembrança, do encantamento de um tempo bom que se foi. (WANDERLEY, 1977, p.13)

A praça da conceição foi inaugurada em 1950, porém seu principal elemento – o obelisco –, fora construído muito antes, em 1922, em comemoração ao centenário da independência do Brasil. (MOURA, 2003)

Havia também os esportes mais ou menos considerados ‘de elite’: basquete e voleibol. Vez por outra o selecionado de Macau enfrentava o de Areia Branca em confrontos memoráveis, numa quadra improvisada no local onde hoje é a praça da Conceição. (FERNANDES, 1984, p.20)

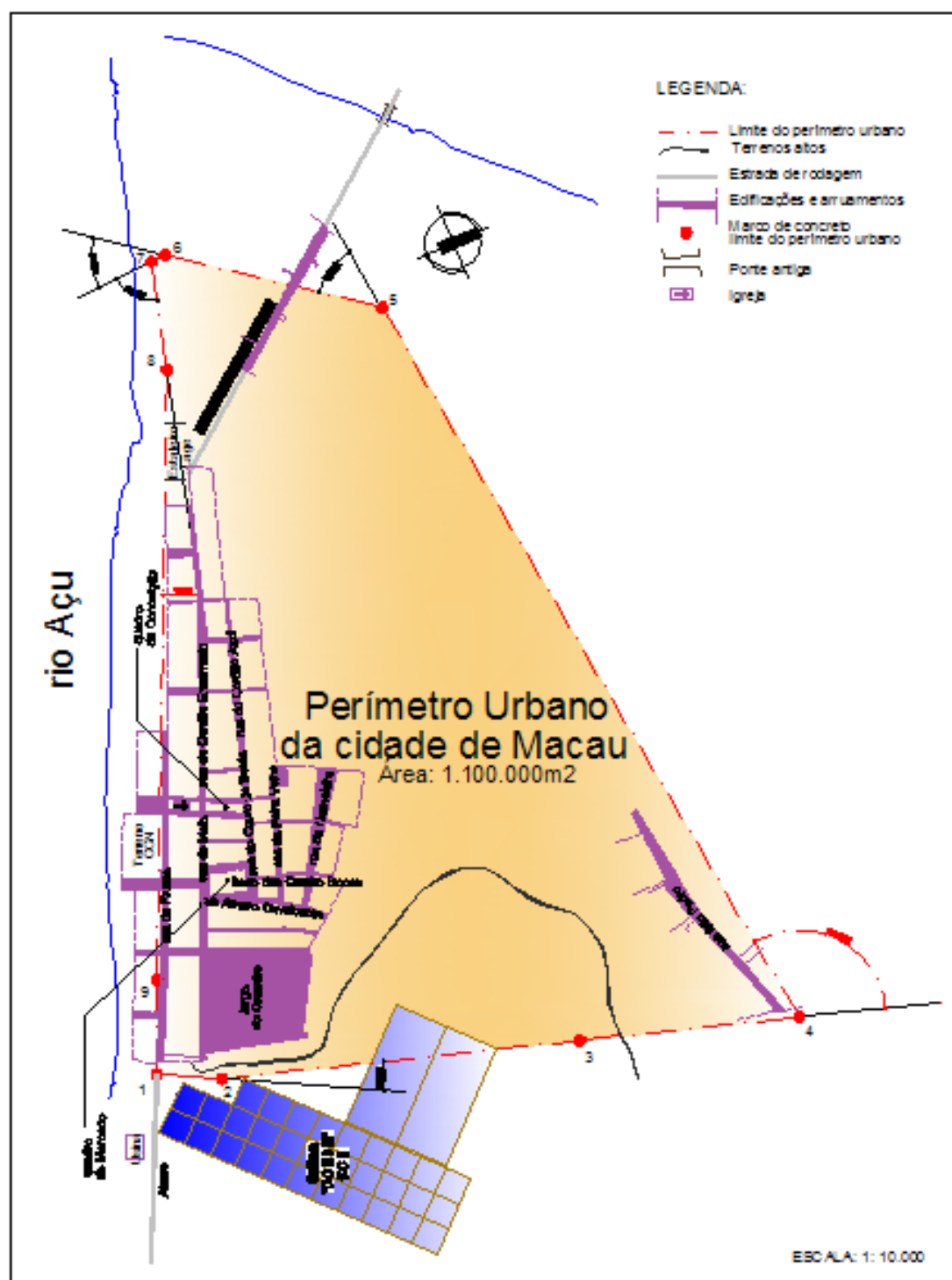


Pouso forçado de um pequeno avião no largo do Cruzeiro, às 18:00h do dia 28 de março de 1934; fotografado pela Aeronáutica, a 300 metros, às 15:30h do dia seguinte. - AD

Figura 06 – Vista aérea da cidade de Macau em 1934. Destaque para o Largo do Cruzeiro – em primeiro plano –, e para as ruas do Centro paralelas ao rio Açú que margeia a cidade.

Fonte: Moura (2003, p.238).

Figura 07 - Perímetro urbano da cidade de Macau em 1938



Fonte: Elaboração própria a partir da planta do perímetro urbano de Macau de 1938 - objeto de transação entre a Companhia Comércio e Navegação e a prefeitura municipal de Macau.

Até a década de 1940, a cidade era considerada “*pacata*”, onde: “[...] *as poucas, insignificantes, ocorrências verificavam-se no centro da cidade, entre as ruas da Frente, Feira Velha e do Cordão Azul*”. (BARROS, 2001, p.26). Nesta época o censo do IBGE contava 19.644 habitantes. Na década seguinte, 1950, esse número ultrapassou 23.553. Em 1953, Pendências tornou-se município e, com isso, Macau perdeu mais de 8 mil habitantes. Na publicação chamada “Cenários Municipais” de 1943, vê-se uma descrição dos aspectos urbanos, seus problemas e realizações da Macau do início dos anos 40.

A cidade de Macau, pelo número de habitantes, é a segunda no interior do Estado. [...] A Prefeitura atual tem dirigido, com êxito, uma campanha contra as casas de taipas e cercados de madeira existentes no perímetro urbano. [...] É assim que, em 1940, houve 32 novas construções e 46 reconstruções de prédios e muros. É iluminada à luz elétrica desde 21 de Agosto de 1924, sendo de propriedade do município a respectiva usina, com motor a óleo [...]. De acordo com as possibilidades da Prefeitura, a cidade vai sendo, pouco a pouco, remodelada e novos melhoramentos surgem sempre. Entre os realizados neste último decênio, podem ser citados, em 1936, a arborização das ruas ‘Marechal Deodoro’ e ‘Tenente Victor’ e das praças da Conceição do mercado público da cidade, com serviços de bancas de alvenaria para comércio, e de azulejo para açougue, piso de mosaico, etc. Em 1937, a construção do jardim da praça ‘João Pessoa’, ponto de reunião social, havendo retretas e irradiação pela amplificadora local, mantida pela Prefeitura, bem assim dos prédios para mercado de peixe, do almoxarifado da Prefeitura, da Capela do Cemitério público, e do serviço de abastecimento d’água; em 1938, a construção do prédio da Usina de Força e a aquisição do terreno, no valor de Cr\$ 100.000,00, das áreas urbanas e suburbana da cidade, que fora edificada em terras de particulares, sem a necessária desapropriação; em 1940, a construção da praça J. da Penha, com 37 metros lineares de balaustrada e um trapiche de cimento armado, e em 1942, construção do prédio do Matadouro Municipal e serviço de terraplanagem, com malacacheta, da ‘Praça da Conceição’. Há, todavia, na cidade, um serviço que precisa ser melhorado, e para o qual o seu esforço e laborioso prefeito já deve estar com suas vistas voltadas. É o que diz respeito ao abastecimento d’água, já deficiente para a população existente. Os tanques da Prefeitura fornecem cerca de 80.000 litros diários. A água é conduzida em botes, de fontes situadas no povoado de Barreiras, distante da cidade. (CÂMARA, 1943, apud BARROS, 2001, p.138 e 139)

Dos anos de 1940 até o final da década de 1960, apontada como a época áurea marcada pela grande circulação de dinheiro na cidade, a pacatez dá lugar a furiosidade da área em torno do beco das Quatro Bocas, o mercado, a rua Princesa Isabel e a rua Juarez Távora – palco de quase totalidade dos crimes cometidos até meados da década de 1950, quando começam a se formar o Mata Sete e a Coréia (esta, no início dos 50) as quais iriam rivalizar com as Quatro Bocas no número de crimes. (BARROS, 2001)

No apogeu econômico de Macau, pelas décadas de 40, 50 e 60, quando os marítimos se esbanjavam em dinheiro, os bordéis e cabarés históricos e que hoje fazem parte do folclore da cidade, tais como a 'Coréia', 'Suzana' e 'Quatro Bocas' e mais recentemente a 'Lua' [...] (BARROS, 2001, p.153)

Os anos da década de 1950 trazem como fruto do desenvolvimento econômico, o crescimento físico da cidade notado pelo aparecimento das áreas denominadas Mata Sete e Coréia que se constituem no prolongamento da zona de prostituição do Beco das Quatro Bocas (área pertencente aos arredores do centro) na direção do Bairro Porto de São Pedro numa área que no início da década de 1960 viria se chamar praça Antônio Ferraz, atualmente a área ocupada pelo Mercado Público, Terminal Rodoviário, Escolas Municipais Edinor Avelino e Padre João Penha Filho, UERN e Quartel de Polícia (ver Figura 08)

Saiu da rua das 'Quatro Bocas', que se chamava assim por causa dos quatro becos de prostituição que ali se encontravam, e caminhou para o lado de Porto de Roçado. (BARROS, 2001, p.82)

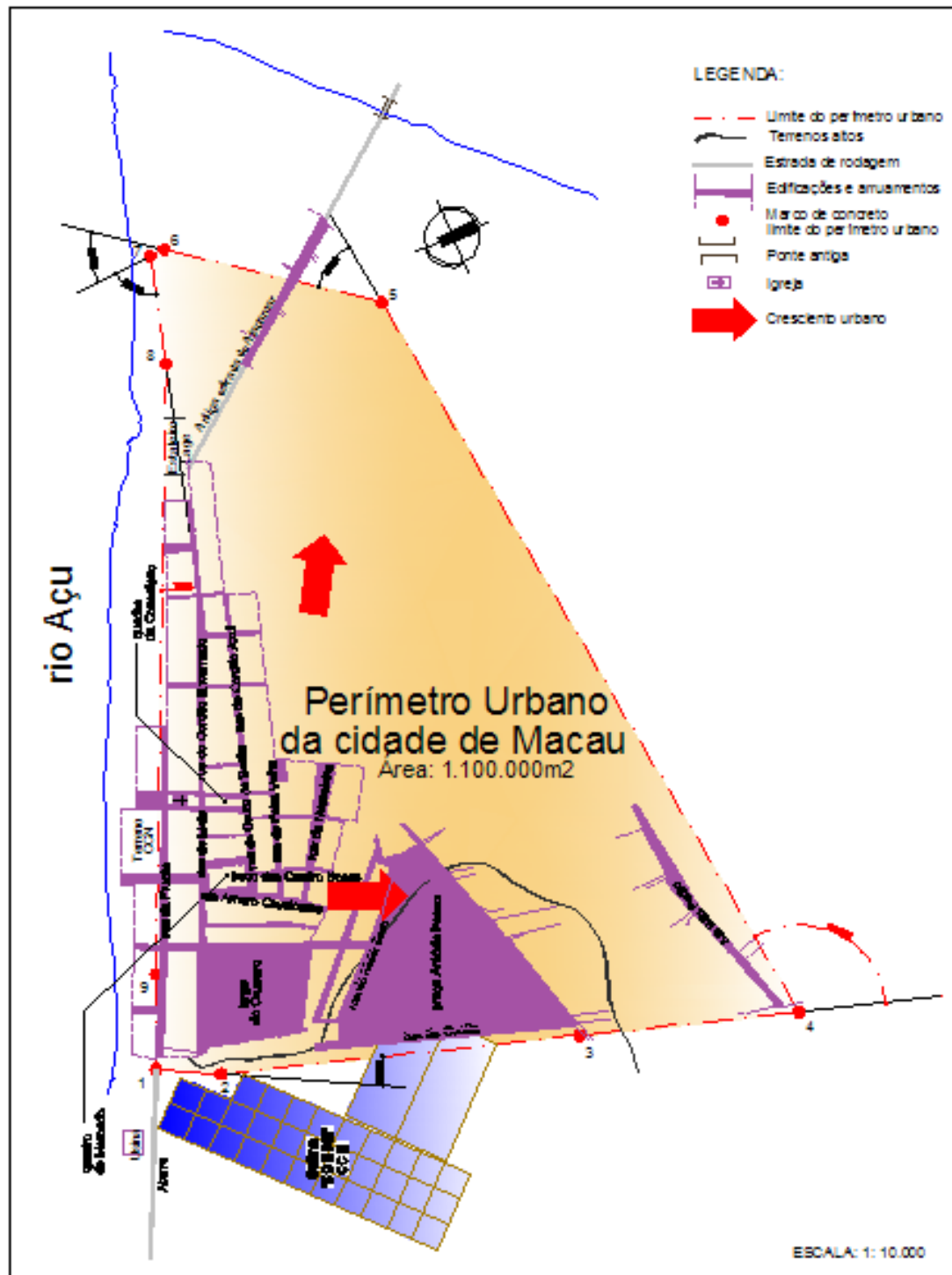
[...] Art. 1º - Fica denominada de 'Praça Antônio Ferraz', em homenagem ao grande vulto já desaparecido Antônio Ferraz, o terreno com área de 3.158 m², e que vem sendo ocupada pelo 'Posto de Meteorologia' e cuja 'Praça' tem os seguintes limites: ao Norte com o Grupo Escolar Porto do Roçado (escolas reunidas), ao Sul com umas residências novas; a Este com a via pública e a Oeste com as salinas, (via pública vulgarmente conhecida por Coréia). (BARROS, 2001, p.67)

Em Macau, a metade dos delitos de sangue é praticada nos locais denominados – "Quatro Bocas" e "Mata Sete". Locais freqüentados por prostitutas e onde se localizam rendez-vous, bares e casas de jogo. (Palestra proferida pelo Juiz de Direito Elias Borges da Costa no dia 11 de agosto de 1963, apud BARROS, 2001, p.143)

[...] que se encontrava na travessa Boa Vista quando chegou ali uma mulher dizendo que um homem tinha assassinado outro, à faca pexeira na rua conhecida por 'Mata Sete, nesta cidade [...] (BARROS, 2001, p.153)

Tendo chegado ao meu conhecimento, que hoje aproximadamente às 19:00 horas, no baixo meretrício desta cidade, conhecido por Mata Sete, o indivíduo de nome Manoel Freire Barbosa, conhecido por 'Badéo', que barbaramente assassinou a golpe de faca-peixeira, Francisco Lúcio do Nascimento, conhecido por 'Dedé de Lúcio' [...] (BARROS, 2001, p.152)

Figura 08 - Evolução urbana da cidade de Macau nas décadas de 1940, 50 e 60.



Fonte: Elaboração própria a partir da planta do perímetro urbano de Macau de 1938 - objeto de transação entre a Companhia Comércio e Navegação e a prefeitura municipal de Macau.

Em 1960, o IBGE registrou 17.819 pessoas em Macau, mostrando um crescimento na década de 1950 de mais de 2.000 habitantes (mesmo tendo perdido Pendências). Em 1963, Macau perdeu também Guamaré, que a exemplo de Pendência se tornou município. Contudo, em 1970, o número de pessoas era de 26.289. (MOURA, 2003) Em 1969, a energia da hidrelétrica de Paulo Afonso-BA chegou em Macau. Em poucos anos o Centro foi totalmente iluminado e algumas ruas do Valadão e do Porto de São Pedro. Somente na década de 1980, a energia iluminou toda a área urbana. (MOURA, 2003)

A partir da década de 1970 há uma diminuição do número de crimes na área do centro, e “[...] se espalham pelo Porto e Valadão”. (BARROS, 2001, p.27) No início da década de 70, na administração do Sr. João Batista Carmo, Macau teve quase 50.000 metros quadrados de área pública pavimentada, porém, observando-se a relação das ruas calçadas, vê-se que o Centro da cidade foi o maior contemplado pela grande obra. (CADERNOS DO RIO GRANDE DO NORTE, 1972)

No início da década de 1970, o perímetro urbano da cidade de Macau – demarcado no ano de 1938 (ver Figura 07) –, encontrava-se, praticamente, ocupado. Em 1980, contava-se 24.059 habitantes; em 1991, 25.985; em 1996, 24.378; e em 2000, 25.709, sendo na área urbana, 18.620 habitantes e 7.089 distribuídos nas comunidades e fazendas. (MOURA, 2003)

Os subúrbios longínquos

Além do Centro e “seus arredores”, existiam também os subúrbios distantes deste Centro: o Porto do Roçado, onde se destaca a rua São Pedro, e o Valadão, com sua rua principal de mesmo nome (atual João Garcia Valadão).

Porto de São Pedro

O Porto do roçado adquiriu esse nome por existirem grandes áreas de plantio, desde meados do século XIX, a partir da atual rua Caicó até próximo as gamboas do Porto da Pescaria. (MOURA, 2003)

[...] que ali se chama Porto do Roçado, porque antigamente fora feito um grande plantio naquelas redondezas. E, hoje apesar da estranha aversão que os homens de Macau têm pelo cultivo da terra, aquilo ainda é chamado o Porto do Roçado. (BARROS, 2001, p.170)

Em 1966, veio a se chamar Porto de São Pedro, pelo fato da atividade pesqueira ter vingado em relação ao cultivo da terra e por ter, o bairro, desde 1959, uma igreja chamada São Pedro localizada na rua de mesmo nome. (ver Figura 07)

A presente proposição visa regularizar a denominação do bairro desta cidade, atualmente conhecido por Porto do Roçado, mas que alguns também chamam de Porto de São Pedro, denominação esta a nosso ver mais correta, por se tratar de um porto de pescaria e por ali já existir a Capela de São Pedro, localizada na rua do mesmo nome [...] (BARROS, 2001, p.168)

Além do desenvolvimento de atividades ligadas ao cultivo da terra, era também desenvolvida a pescaria num local denominado: Porto da Pescaria e que até hoje, constitui-se numa fonte de renda considerável para muitos dos seus moradores ali residentes.

[...] no Porto do Roçado, subúrbio desta cidade, no lugar denominado Porto de Pescaria os indivíduos acima denunciados se empenharam em luta [...] (BARROS, 2001, p.168)

Este bairro, considerado subúrbio muito afastado da cidade, constituiu-se, desde sempre, num lugar ocupado por pessoas pobres, humildes, em sua grande maioria, pescadores e salineiros.

É o Porto do Roçado, um subúrbio de nossa cidade, muito populoso e constituído de pessoas pobres [...] (BARROS, 2001, p.171)

Como trata-se de um bairro pobre que na sua maioria é habitado por pescadores que na maior parte das vezes não estão em casa na ocasião de se abastecer do precioso líquido; as mulheres são quem vão tirar, elas próprias a sua lata d'água, por dentro d'agua e lama, tornando-se um serviço difícil e penoso, que exige na realidade dos poderes públicos uma solução satisfatória e imediata. (BARROS, 2001, p.170)

Valadão

A exemplo do bairro Porto de São Pedro, o bairro do Valadão também já foi um subúrbio distante do Centro. Este se originou da antiga rua João Garcia Valadão – nome de um dos portugueses fundadores da cidade que nesta área se estabeleceu por volta de 1825. (MOURA, 2003)

A rua João Garcia Valadão, originalmente, era a velha estrada de Alagamar a qual cortava a cidade e se prolongava, chegando até a antiga ponte que cruzava a gamboa dos Barcos, onde até hoje estão partes de suas fundações. (ver Figura 07)

“[...] Art.1º- Fica denominada de Rua João Garcia Valadão, a rua conhecida no cadastro da Prefeitura Municipal por Valadão ou velha estrada do Alagamar.” (BARROS, 2001, p.190)

Sua base econômica era a pesca e exploração do sal marinho. (SILVA, 2001) Moura (2003) conta que lá eram feitos os desmanches e leilões de navios “perdidos”.

Nossa Senhora dos Navegantes

O bairro Nossa Senhora dos Navegantes, inicialmente denominado “Maruim”, surge com o abandono de uma população, que habitava um pequeno povoado chamado Guaxinim e que, posteriormente, veio a se chamar Bela Vista, hoje, já extinto.

Esse abandono, iniciado entre 1979 e 1980, deve-se, como aponta Moura (2003), pela falta d'água no local e, principalmente, pelos interesses econômicos da indústria salineira que aliada ao poder político da época almejava fazer daquela área um porto de embarque de sal.

Se a vinda da população do Guaxinim para o Maruim foi caracterizada por um abandono, a situação desta população após sua chegada e estabelecimento no Maruim, não foi diferente. E se até então os bairros Porto de São Pedro e Valadão competiam historicamente para ver quem era mais miserável, com a formação do Maruim essa dúvida foi, portanto, solucionada.

No vértice formado pelo rio Açu e a gamboa do Porto da Areia, vizinho aos clubes AABB e BNB, está a parte mais miserável da cidade [...] Dos sofrimentos, das violências, dos excluídos. Lá, fome e sangue se misturam. É o Maruim das desesperanças [...] Relegados à própria sorte, os moradores da favela do maruim vão convivendo a cada dia com a fome, as doenças, a miséria. Pescadores enfrentam o mar bravio na luta pela sobrevivência. Crianças garimpam o lixo e sem expectativas se prostituem e se marginalizam. Os casebres são abrigos e ao mesmo tempo ameaças. A violência e o medo estão em cada esquina. O sangue e a morte são linguagem de homens embrutecidos pelo sofrimento, pela fome. (Jornal de Macau, apud MOURA, 2003, p.160)

O Centro como um lugar de exceção

Em seu livro *Macauísmos*, Benito Barros, entre outras coisas, chama atenção de fatos da história da cidade, hoje, desconhecidos por ela, como por exemplo: *“a falta d'água e seu penoso transporte”*, *“as inúmeras e enormes lagoas que se formavam no inverno”*, *“as dunas perturbadoras”*; e as *“enormes distâncias separando seus bairros”*. Hoje a cidade é plana, pavimentada, abastecida regularmente por um serviço de água encanada e praticamente ocupada, sem áreas de expansão, ignorando assim, *“[...] todas essas questões que foram relevantes no passado.”* (BARROS, 2001, p.25)

Esse problema da retirada das dunas invasoras, intrujonas de nossas ruas, é de real importância para a nossa população suburbana. Porque os morros de areia não têm entranhas e invadem desalmadamente as casas do porto do Roçado, do Valadão e de muitas e muitas ruas de nossa cidade, vergastando a paciência e roubando os nervos, quase de aço, dos nossos munícipes, nesses bairros, residentes [...]. (BARROS, 2001, p.189)

Considerando mais que o represamento daquelas águas ocupa uma grande área urbana que se prestaria otimamente para construções, além de prejudicar as várias já existentes naquele perímetro, com evidente menosprezo ao patrimônio das classes operárias ali residentes [...]. (BARROS, 2001, p.127)

As “enormes distâncias” as quais se referiu o autor, demonstram uma forma de ocupação, desde seus primeiros momentos, desigual e não uniforme do espaço urbano da cidade de Macau. Tal fato contribuiu para o beneficiamento ou aproveitamento de certas áreas em detrimento de outras, da potencialidade advinda do resultado do fenômeno da aglomeração urbana. Este aproveitamento pode ser observado, ainda nos momentos iniciais do processo de evolução urbana da cidade de Macau, de várias maneiras, porém, todas elas, vão sempre privilegiar o Centro da cidade em relação aos seus subúrbios: Porto de São Pedro, Valadão e, posteriormente, Nossa Senhora dos Navegantes.

Sobre a origem desta forma de ocupação desigual está a imposição do Centro como um lugar de exceção. O Centro da cidade saiu na frente das outras áreas, primeiramente, na escolha do seu sítio urbano, o que desde sempre implicou numa maior acessibilidade a partir do processo espacial de centralidade. Além da escolha do sítio urbano, está o tipo de atividade desenvolvida. Enquanto nos subúrbios eram desenvolvidas atividades ligadas à pesca, agricultura e colheita do sal, no Centro desenvolveu-se o comércio e, portanto, o destino final de toda a riqueza ali produzida.

A acessibilidade e o tipo de atividade econômica desenvolvida – ambos aspectos bastante relacionados um com o outro – deram ao Centro seu caráter hegemônico que veio a se perpetuar durante a evolução urbana da cidade de Macau. Como fiel representante e defensora deste espaço esteve uma elite política, intelectual e burguesa detentora do poder responsável pelas decisões que ditaram os rumos da cidade.

Na defesa dessa hegemonia, e, portanto, de seus próprios interesses, várias foram as posturas tomadas por essa elite ao longo da história que iam desde a reivindicação para a manutenção da beleza e *glamour* de suas praças até ações de caráter higiênico pela retirada de feiras públicas, zona de prostituição e até de uma cadeia pública, visando a preservação do *status* de seu *locus*.

[...] ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, pedindo-lhe urgentes providências no sentido de que, o Jardineiro da Praça da Conceição, seja mais eficiente nos serviços que lhe foram confiados [...] visto que me levou a requerer [...] foi tão somente por ter eu [...] visto de perto, grandes levas de meninos anarquizarem os canteiros da mais bonita praça desta cidade, além de tirarem criminosamente todas as rosas ali existentes [...] (BARROS, 2001, p.94)

Os moradores da rua Augusto Severo, abaixo assinados, vêm [...] pedir apoio integral contra a instalação de um cadeia pública, na principal rua desta cidade, cujo ato, vem ferir, ou melhor, vem trazer além de outros prejuízos de ordem moral e material, intranqüilidade as famílias residentes nesta rua. (BARROS, 2001, p.74)

[...] seja solicitado ao Sr. Prefeito Municipal a mudança, para um lugar mais afastado de centro desta cidade, da feira do carvão ora existente nas imediações do Grupo Escolar 'Duque de Caxias', na Praça Capitão J. da Penha. (BARROS, 2001, p.91)

Os episódios históricos marcados pelos incêndios que destruíram as barracas de madeira do Antigo Mercado no Centro da cidade em 1977 e que arruinaram os comerciantes que se negavam a desocupar a área e se transferirem para o novo Mercado no Porto de São Pedro, possivelmente, tratou-se de uma ação de higienização na tentativa de se adaptar o Centro aos novos anseios de sua elite. Na criação deste lugar denominado Centro, com o uso dos investimentos de infraestrutura e benfeitorias realizadas, está a centralização do poder e da circulação do dinheiro, fazendo com que haja uma valorização do próprio patrimônio criado pela totalidade mas, apenas, usufruído por uma pequena parcela: a elite.

Por sua vez as “enormes distâncias” os quais eram submetidos os subúrbios em relação ao Centro, serviram para acentuar o caráter desigual e não uniforme da ocupação do espaço urbano.

Para compreender como esse distanciamento aumentava o conflito estabelecido a partir do beneficiamento do Centro em detrimento das outras áreas, é necessário, primeiramente, atentar para os seguintes aspectos à respeito destas “enormes distâncias”: 1) o seu entendimento não se limita puramente ao aspecto físico, mas principalmente a idéia de acessibilidade, ou seja, não é uma questão de ser distante, mas sim, de ser difícil o acesso pela ausência de pavimentação, presença de dunas e lagoas em épocas chuvosas; 2) Além de reflexo da ocupação desigual do espaço urbano, é, também, fator condicionante para a existência deste tipo de ocupação, ou seja, ao mesmo tempo que ela é efeito, também é causa.

Que esta Câmara se dirija ao Prefeito Municipal, fazendo um apelo ao mesmo no sentido de mandar construir, por conta da competente verba orçamentária, uma estrada ligando a área urbana desta cidade à rua São Pedro, no Porto do Roçado. (BARROS, 2001, p.183)

Uma vez entendido estes aspectos, fica evidente que o distanciamento das demais áreas da cidade em relação ao Centro funcionou como obstrução à acessibilidade e, portanto, obstrução ao próprio desenvolvimento destas áreas, ao passo que, diferentemente, o Centro se destacava como um lugar bem abastecido de produtos, mercadorias, equipamentos e serviços, escolhido como centro econômico e *locus* de uma elite que, ali, se encontrava. Neste espaço se concentraram as potencialidades advindas do resultado do fenômeno da aglomeração urbana, ou seja: a acessibilidade e, ainda, a concentração das riquezas produzidas pela totalidade num só lugar sob o pretexto imposto pela ideologia dominante que este Centro é a própria representação da cidade.

Em 1940, o prefeito João Fernandes de Melo inaugurou festivamente a Rampa para atração de pequenas embarcações. Na cidade, ainda pequena, o lugar servia de atração à população que aí esperava os barcos de pescaria e os que traziam água potável de Diogo Lopes. Bem cuidado, o pequeno cais e a balaustrada eram motivos de orgulho para a administração municipal [...] (BARROS, 2001, p.178)

3 – A HISTÓRIA DA TERRA DO SAL

Mar adentro

Quando o Mar invade os rios
Suas gamboas, braços e canais
Entrecortando os manguezais
Chegando à superfície e tomando a Terra
Que do alto-mar apenas avistava
Aquela beleza tão diferente de si.
(E que por isso tanto o encantava)

Em resposta ao afronte do Mar
Vendo-o partir de volta para o seu lugar
A Terra enraivecida aprisionou parte de suas águas
Deixando-as reféns do sol e do vento
Esperando enfim, por mais um momento
Do Mar ela voltar a ter.

Ao deixar para atrás parte de si
O Mar encontrou em seu esquecimento
O motivo que precisava para justificar sua volta
E matar a sede da qual passou a ter
Desde o instante em que a Terra conheceu
E que por entre os esteiros do amor se perdeu.

Em seu retorno, para seu espanto
A Terra firme lhe mostrou em prantos
Lá por trás do manguezal
O fruto do seu encontro:
Eram as pirâmides de sal.
– Branco como a neve e resplandecente como o sol.

Era o que todos diziam
Quando mesmo de longe viam
O misterioso milagre da vida acontecer.
E todos, ali, vieram ver de perto
O chão da Terra quase todo coberto
Pelo encantador e valioso cristal.

Acusada de infértil pelo homem
A Terra imaculada pelo Mar semeada
Despertou para o dom de mulher: a fertilidade.
Agradecida por tamanha felicidade
Presenteou-lhe com um filho
– Fruto de uma abençoada invasão –,
Pela descoberta de sua verdadeira vocação.

E sobre a Terra o Mar chorou
Como cura para a saudade suas lágrimas ela guardou.
A cada novo encontro as lágrimas que ficavam
O chão da Terra semeavam
E o sal dela nascia
Depois que o Mar se ia
Antes do entardecer
Para que ninguém jamais pudesse esquecer
Tão grande amor.

O autor.

É impossível falar sobre a história da cidade de Macau sem falar de sua relação com o sal, suas primeiras salinas, o processo de modernização tecnológica do parque salineiro potiguar e os impactos causados pela mecanização. É, em síntese, uma mesma história contada por dois caminhos que estão sempre se cruzando e se complementando: o caminho do crescimento físico e econômico. Muito embora que designar a relação de Macau com o sal de “econômico”, é, no mínimo, restringir uma série de aspectos sociais e culturais há muito absorvidos na construção e formação de um povo e do seu lugar. Este capítulo será dedicado ao resgate da história do sal como forma de preencher parte das lacunas deixadas na EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE MACAU assim como, situar nesta história, além da elite burguesa, política e intelectual, dois outros grandes personagens: a indústria salineira e o salineiro, trabalhador das salinas.

Das salinas naturais, passando pelas salinas dos homens até chegar as salinas das máquinas.

Durante o século XVI as salinas naturais de Macau não foram exploradas. Moura (2003) conta que no ano de 1579, os franceses planejavam ocupar a área onde hoje é o Rio Grande do Norte, deixando, na ocasião, um “mapa” que estampava o desenho de uma arara na margem do rio Açu, marcando o caminho para o vale das aves *macaos* e dos índios *tarariús*. Fato este, que, para o referido pesquisador, faz cair por terra a “verdade” até então incontestável da versão de Cascudo para a origem etimológica do nome da cidade de Macau – uma corruptela oriunda da colônia portuguesa na China, chamada *A-ma-ngao* que significa abrigo ou Porto de Ama, deusa dos navegantes (CASCUDO, 1968) –, reforçando a teoria defendida por Olavo de Medeiros Filho de que o topônimo brasileiro Macau provém da arara vermelha que os europeus até hoje chamam de Macau.

A partir do início do século XVII é que se tem registro do ainda incipiente interesse dos portugueses pelas salinas de Macau, por causa de uma doação feita por Jerônimo de Albuquerque, em 1605, aos seus filhos Antônio e Mathias de Albuquerque das salinas da região entre os municípios de Caiçara e Macau. (MOURA, 2003) Nesta época, eles apenas colhiam o sal que a própria natureza produzia, sem maiores esforços.

Em 1630, num relatório dirigido ao Conselho Político do Brasil Holandês por Adriano Verdonk, era feita menção ao sal potiguar como sendo: *“mais forte do que o espanhol e alvo como a neve [...] Estas salinas estão rentes com a praia e completamente cheias de sal”*. (MEDEIROS FILHO, 1998, apud MOURA, 2003, p.183)

Somente após a retomada da Capitania do Rio Grande, foi que houve um interesse maior por parte dos nossos colonizadores pela atividade de exploração das salinas devido ao desenvolvimento da indústria da carne de charque, também chamada de carne seca ou carne do Ceará a qual seria abalada seriamente no final do século XVIII pela concorrência com a carne gaúcha e a grande seca de 1790 que praticamente dizimou o rebanho nordestino.

Dominada a região, os sesmeiros se apossaram das terras produtoras de sal, e pouco a pouco foram compreendendo que poderiam auferir maiores lucros, vendendo o gado abatido, sob a forma de charque, do que vendendo o gado vivo, transportado a pé [...]. (ANDRADE, 1995, p.26)

É preciso lembrar que a coroa portuguesa ao contrário dos que aqui estavam, não queria o desenvolvimento das atividades de exploração do sal. De modo que em 1665, verificou-se a primeira proibição do comércio do sal no Brasil.

O sal marinho constituía monopólio da coroa, tendo sido um dos mais pesados e onerosos que a colônia teve de suportar, pois afetava um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o consideravelmente. Para defender o monopólio e proteger a produção similar portuguesa, dificultava-se o mais possível a produção brasileira. Esta só se fazia contra obstáculos enormes e perseguições tenazes, se se manteve apesar disto, é que a falta de sal e seu preço bem como o abuso e desleixo dos contratadores eram tais que a repressão ao contrabando se tornava difícil e de uma forma completa impossível. (PRADO JÚNIOR, 1976, apud FERNANDES, 1995, p.30)

Contudo, com as ameaças que pairavam no ar feitas por Napoleão Bonaparte, em 24 de abril de 1801 – ano que é decretado o bloqueio continental a Portugal –, é expedido um alvará ampliado pelos os de 07 e 27 de abril de 1802 e pelo de 30 de setembro de 1803, extinguindo o monopólio da metrópole sobre a colônia. (SIMONSEN, 1977, apud FERNANDES, 1995).

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, D. João VI passou a dar maiores incentivos à produção do sal, porém, limitando-se apenas ao consumo humano e animal. Essa situação se estende até 1889 quando da instalação da república, foi estabelecido um novo tipo de monopólio que viria a mudar o panorama político para a indústria de extração do sal no Rio Grande do Norte. Pelo decreto nº 10.413, de 26 de Outubro de 1889, a União concedeu em favor do Sr. Antônio Coelho Ribeiro Roma, pela empresa com sede no Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu (CNS), o direito exclusivo à exploração dos terrenos devolutos compreendidos entre Areia Branca e Macau, por um prazo de 30 anos, fato que ficou conhecido como Concessão Roma.

Esta empresa valendo-se do seu direito adquirido com a Concessão Roma e dispondo de muito capital e embarcações, adquiriu por valores irrisórios as pequenas salinas existentes, não permitindo a existência de qualquer concorrência em sua área de exploração. (FERNANDES, 1995)

Em sua instalação em Macau, nenhum imposto foi cobrado sobre o sal e, ainda, foi pedida ao Governo Federal, uma espécie de taxa que valorizasse o produto no mercado. (CENTENÁRIO, 1922, apud MOURA, 2003)

Esse monopólio adquirido trouxe, ao longo do tempo, uma série de conflitos de ordem política já que com a República, houve uma consolidação do poder estadual frente ao poder federal que na opinião de Andrade (1995), era constituído por uma oligarquia, que, sob o comando de chefes políticos formados no período imperial, controlavam as eleições estaduais, elegendo governadores, deputados e senadores. Essas lideranças políticas, naturalmente, almejavam o domínio de todas as atividades econômicas importantes, dentre elas o sal.

Em 1915, a Concessão Roma já não conseguia se sustentar no descumprimento de suas cláusulas, sendo anulada em 1920. Sua queda significou:

[...] a ascensão de produtores potiguares como também possibilitou a entrada de outros grupos vindos do Rio de Janeiro e São Paulo [...] A história desses grupos é caracterizada pela absorção de uns pelos outros, até a década de 1960 quando foram absorvidos em sua grande parte por grupos internacionais. (FERNANDES, 1995, p.35)

Antes da chegada dos grupos estrangeiros – ocasionando o processo de desnacionalização das salinas do Rio Grande do Norte, ocorrido no período de 1969 a 1975 (COSTA, 1993) –, é preciso compreender o ambiente político que propiciou tal fato. Na década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek com sua política desenvolvimentista baseada na industrialização como forma de promover o crescimento econômico e atenuar as enormes diferenças sociais nas regiões Sudeste – que se desenvolvia avassaladoramente –, e o Nordeste – que apontava como uma das áreas mais pobres do mundo –, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). (SOUSA, 1988, apud COSTA, 1993) O documento elaborado por este grupo resultou na criação de um organismo para executar a política proposta que se chamou Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em seu II Plano Diretor, que vingou de 1963 a 1965, a SUDENE enfatizou a implementação de indústria de grande porte, assim como, a modernização e dinamização de setores industriais já existentes, mas que operavam seguindo moldes artesanais, como era o caso das nossas salinas as quais por motivos de ordem natural, davam sinais de dificuldades para abastecer o mercado interno consumidor. Principalmente, pelo fato da década de 1960 ser marcada pelo aumento do consumo de sal no País, notadamente, graças ao desenvolvimento da indústria química, grande utilizadora deste produto como matéria-prima. (COSTA, 1993) De fato, como preconizava o Plano Diretor da SUDENE, assim ocorreu, porém com uma ressalva: os mecanismos de incentivos fiscais exclusivos às empresas nacionais foram estendidos aos investimentos de grupos estrangeiros, resultando, assim, num processo que culminou na desnacionalização, monopolização e extinção das pequenas salinas do Rio Grande do Norte as quais foram incorporadas ao capital de grupos estrangeiros, financiados pelo próprio dinheiro nacional.

Todas as empresas citadas, para atender às exigências da modernização, tiveram que utilizar os incentivos fiscais da SUDENE, [...]. A própria SUDENE facilitou a penetração das empresas multinacionais no Nordeste e as incentivou quando retirou do seu II Plano Diretor 'a restrição de utilização pelas empresas de capital estrangeiro do mecanismo de dedução fiscal, antes somente permitida a empresas de capital cem por cento nacional'. Assim, os incentivos fiscais conhecidos como o 34/18 induziram os investimentos internacionais para a região Nordeste, facilitando, dessa forma, a penetração no parque salineiro potiguar. (SOUSA, 1988, apud COSTA, 1993, p.29)

Com a incorporação das pequenas empresas iniciada em 1968; com a obtenção das melhores áreas salineiras; e com a introdução da tecnologia ao processo, já no início da década de 1970, a maior parte da produção de sal do Rio Grande do Norte estava sob o controle de 03 grandes grupos: o grupo Morton Norwich Products INC., americano, que passou a comandar as salinas Sosal e Guanabara; o grupo Akzo Zoult Chemie, holandês, que passou a comandar as salinas da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE); e o grupo Nora Lage, italiano, que assumiu o controle das salinas da Henrique Lage. (COSTA, 1993)

[...] o grande capital conseguiu, aproveitando-se da vulnerabilidade financeira de alguns pequenos e médios produtores, incorporar, através da compra de suas salinas, um maior número de área para cristalizadores, aumentando daí a sua produção e conseguindo em muitos casos a proletarianização dos pequenos produtores que se viram despossuídos dos seus meios de produção. (CARVALHO JÚNIOR, 1983, apud COSTA, 1993, p.64)

A salina tradicional: “a escravização disfarçada”

Vários foram os registros históricos que descreveram a beleza das salinas naturais na paisagem do delta do rio Açu, assim como da foz do rio Mossoró, nos municípios de Areia Branca e Grossos e canais de Guamaré e Galinhos. Este fenômeno se dá quando a água do mar se aventura rio adentro, chegando a invadir a planície, ao ir embora deixa para trás um pouco de si, formando piscinas naturais que sob a ação do sol e do vento, começam a evaporar, fazendo surgir o sal.

Observando o “milagre” do nascimento do sal, ao homem coube a fácil tarefa de criar seu próprio sistema de aprisionamento das águas do mar. Inicialmente pela construção de uma vala de captação chamada levada mãe a qual pode abastecer várias salinas cada uma delas, formadas por extensas bacias dispostas seqüencialmente e de forma a proporcionar a maior área de evaporação possível. Tudo isso viabilizado por um sistema de comportas contando com o auxílio do moinho de vento¹.

As primeiras bacias, que geralmente possuem áreas variando em torno de 600 a 1.000 m² e profundidade entre 80 cm e 1 m, são chamadas de tanques de carga ou cercos². A água do mar sai da levada mãe com uma densidade em torno de 3º Baumé³, ao passar de um cerco para o outro, vai evaporando e aumentando seu grau de salinidade, até atingir uma graduação de 6º a 8º Baumé, sendo, então, transportada para tanques com área e profundidade menores, variando respectivamente, entre 400 a 800 m² e de 50 cm a 1 m, chamados: concentradores, evaporadores ou chocadores.

Ao atingir a densidade limite de 22º Baumé, a água é levada para seu último estágio, chamados de cristalizadores ou baldes. Sendo retida até a precipitação dos cristais de sal, formando uma camada que varia de 15 a 20 cm. Ao atingir a graduação de 28,5 Baumé, as águas-mães são jogadas no canal de esgoto ou escoadeira em direção ao rio ou ao mar.

Com a secagem dos cristalizadores, termina o processo de produção do sal e tem-se início o processo de extração ou colheita do sal, realizado manualmente com a entrada do homem nos cristalizadores com o auxílio de ferramentas como: a alavanca, sendo posteriormente substituída pelo ferro-de-cova e depois pela chibanca (utilizados para o “afofamento” da laje de sal), o caixão de madeira que depois seria substituído pelo balaio (ambos usados para o transporte do sal) e, somente em 1958, aproximadamente, foi trocado pelo carro de mão. Além destes equipamentos foram também usadas a pá e a enxada.

¹ Primeiro instrumento técnico utilizado nas salinas para captação e impulsão da água para dentro dos tanques, tornando-se um pouco menos dependente dos fatores naturais como o fluxo da maré, além de acelerar o movimento das águas dentro dos cercos, evaporadores e cristalizadores, reduzindo o tempo necessário à cristalização.

² Grandes bacias armazenadora da água do mar essencial para o processo de produção do sal.

³ Instrumento usado para medir a densidade da água.

Para cada trabalhador, é determinada pelo feitor⁴ uma “tira”⁵ de sal a qual deverá ser quebrada em pedaços miúdos e agrupados em “rumas”⁶ dentro do próprio cristalizador. Por fim, esse sal é levado para o “aterro”⁷, onde ficará exposto ao sol e a chuva para o período de “cura”⁸.

A evolução dos instrumentos utilizados nas salinas tradicionais tinha como finalidade não o melhoramento das condições de trabalho por parte dos salineiros, mas o aumento da produtividade.

A chibanca é diferente do ferro-de-cova, é claro. A chibanca faz um L. Tem 1 metro de tamanho e pesa de 1 a 1,5 kg. Com o ferro-de-cova a gente trabalha mais em pé, e empurrava ele, depois de infincado na laje de sal, com a perna. Com a chibanca não, a gente trabalha curvado e o que sofre mais são os braços e a espinha. (Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995, p.56)

A chibanca é um contraste em relação ao ferro-de-cova. Se tiver 30 cm de laje de sal você mete a chibanca, é claro, a folha de ferro da chibanca é maior e tem capacidade do homem jogar com mais força em cima do sal, pois ele é duro. O ferro-de-cova não tem condições de melhor aproveitamento, quando o sal ta com uma camada maior de 20 cm a produção é menor [...]. (Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995, p.57)

Esta atividade de produção, extração, empilhamento e transporte do sal realizada nos moldes artesanais, perdurou até meados do século XX com insignificantes inovações tecnológicas.

O salineiro: escravo da salina e pária da sociedade macauense.

A folha de São Paulo em 1963, fez referência a Macau, notificando a existência de dois tipos de homem:

⁴ Pessoa responsável pela fiscalização do trabalho de extração do sal nos cristalizadores.

⁵ Estreita e bastante comprida faixa com as quais era dividido o espaço de colheita do sal na salinas.

⁶ Pequenos montes de sal com altura em torno de 1,50 m.

⁷ Área marginal das salinas onde fica empilhado em forma de pirâmide o sal.

⁸ Processo que dura de 4 (quatro) a 6 (seis) meses, de repouso do sal para eliminação de impurezas.

[...] o que tira e amontoa o sal nos aterros – e ganha miseravelmente alguns meses, apenas, por ano – e o que retira o sal do aterro em barcaças à vela rumo aos navios, ou ainda, que exerce funções na estiva. Estes últimos ganham muitas vezes grandes somas, que não sabem aplicar, não tem como aplicar, e vivem nivelados à classe baixa da cidade [...] O salineiro é o paria [...] O tipo de vida do salineiro é sub-humano [...] Além dos pés e das mãos violentadas pelo contato direto com o sal bruto, há outro problema: o do salineiro que fica cego. A pleno sol, ao calor intenso, o reflexo da luz sobre o sal branquíssimo invade as retinas, força as sensibilidades e acaba abatendo a capacidade visual de um organismo desvitaminado [...]. (Ewaldo Dantas Ferreira in: Folha de São Paulo, 18 de Abril de 1963, apud BARROS, 2001, p.143 - 147)

Sobre o salineiro, Fernandes (1995) descreve as péssimas condições de trabalho destes operários nas salinas tradicionais, denunciando a “escravidão disfarçada” a que eram submetidos, onde o trabalhador era brutalmente escravizado “[...] *sem chicote, porém, ainda, com feitor.*” (Fernandes, 1995, p.80)

Além da longa jornada de trabalho e dos baixos salários, Fernandes (1995) aponta outros fatores que tornavam penosa a vida dos trabalhadores da salina tradicional: as doenças provocadas pela dureza do serviço aliada a falta de proteção adequada; o atraso do pagamento, ficando os salineiros sujeitos a atuação oportuna dos agiotas que embolsavam 10% de seus salários; uma vez atrasado os salários, os salineiros eram obrigados a receberem em troca, a mercadoria vendida no “barracão” com preços em média 30% acima do comércio local; e, por fim, como se não bastasse, as condições de alimentação e acomodação nos chamados “ranchos” eram deploráveis.

O “barracão” e o “rancho” foram construídos na salina para “acomodar” uma população que não residia na cidade, retornando às suas localidades logo após o período da colheita do sal e início do período de chuvas correspondente à entressafra do sal. Como não dispunham de casas na cidade, dormiam e faziam suas refeições no “rancho” e compravam seus mantimentos no “barracão”. Já a outra parte de trabalhadores das salinas residiam na cidade e no período de entressafra ficavam desempregados ou fazendo algum serviço eventual, como, por exemplo, a pescaria. (ANDRADE, 1995)

A comida é feita numa lata chamada de 'bode'. O cozinheiro sequer lava o toucinho, não cata o feijão, é só jogar ali dentro. Acende o fogo com lenha verde ou joga óleo queimado de caminhão. O vento joga aquela poeira, aquela cinza, aquela areia, aqueles cavacos dentro do 'bode', o cara quando vai comer é que tira aquela nata suja pra fora. Quando chega 1 ou 2 horas arriba novamente até as 18:00h, aí janta aquela mesma coisa. (Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995, p. 77)

A dormida é tudo junto num galpão. Às vezes acontece de dormir uns por cima dos outros. É quando não dá pra dormir tudo perto, uns armam as redes por baixo das outras, ou por cima. Quando chove, bota a rede nas costas. Quando os ranchos são bem cobertos a gente fica, quando não, não dorme, fica com as redes nas costas. A gente é um tipo de operário mais sofredor. (Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995 p. 80)

O balaio era carregado por duas pessoas. Ele ficava pendurado num pau, uma pessoa ia na frente e outra ia atrás. Quando tava botando o sal, no balaio, com mais de 60 kg, cada indivíduo era quem queria botar mais rápido, ai, caia em cima daquelas pranchas, se arrasava todo... Ah! Meu amigo, aquilo é vida pro cão, agora tudo aquilo, mal dormido, mal comido, desassossegado. O balaio feria a gente. Quem ia trabalhando na frente do balaio o calão ficava roçando a gente, a pessoa de trás não sofria menos. Se quebrasse o 'cacule' o conferente não aceitava aquele balaio. O balaio tem que ser 'calculado'; então, cai pedra de sal em cima do ombro, quando o calão bate, fura. Ai o manejo da pessoa correndo, aprofundava a ferida. O magnésio da sal comia o ombro da gente. (Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995, p. 59)

A salina mecanizada: o emprego da máquina ao invés do homem.

A mecanização das salinas do Rio Grande do Norte teve início no final da década de 1960, coincidindo com o período em que se deu o processo de desnacionalização das salinas potiguares. O objetivo pretendido era o aumento da produção e a diminuição dos custos tendo como aliada a tecnologia, com o emprego da máquina ao invés do homem.

Com a mecanização somente uma das quatro etapas do processo de funcionamento de uma salina permaneceu inalterada, exceto pela substituição dos moinhos de vento pelas bombas a diesel e elétricas: a produção. As demais etapas (extração, empilhamento e transporte) sofreram mudanças drásticas onde a máquina passou a ser o principal instrumento de trabalho em substituição as ferramentas manuseadas pelo homem, ou seja, a força de trabalho braçal foi substituída pela força mecânica. Outra mudança importante é a execução

simultânea das etapas do processo. Ou seja, na salina tradicional, vários homens, cada qual com sua “tira”, primeiramente, colhiam o sal, para depois empilhá-lo e, só então, transportá-lo para o aterro. Enquanto que na salina mecanizada, uma máquina, manobrada por um homem, chamada colhedeira mecânica, colhe o sal que é, imediatamente, despejado numa esteira e encaminhado para o lavrador mecânico, onde é lavado e, depois, empilhado no aterro com auxílio de uma empilhadeira, constituindo-se num processo prático e contínuo de produção.

[...] a chibanca, meio de trabalho utilizado na empresa tradicional, para o afofamento do sal, é substituída pela colhedeira mecânica. O carro-de-mão, empregado no transporte do sal dos cristalizadores para os aterros, é superado pela esteira. A lavagem do sal, antes feita com o auxílio de uma pá-de-ferro, passou a ser feita por uma máquina denominada de lavador mecânico. Por último o processo de empilhamento deixou de ser realizado por operários com a ajuda do carro-de-mão e da pá e passou a ser executado por empilhadeiras a energia. (FERNANDES, 1995, p.81)

Os impactos causados pela modernização tecnológica do parque salineiro potiguar

A atividade salineira representou para a cidade de Macau, ao longo de sua história, o principal fator gerador de emprego e renda para a população ali residente. (COSTA, 1993) Datada desde os primórdios da colonização portuguesa, foi somente no século XX, mais precisamente nas décadas de 1940, 50 e 60 – período que antecedeu a modernização do parque salineiro potiguar, considerado como o período áureo de Macau –, que a produção do sal obteve níveis significativos, fazendo com que a cidade se tornasse o grande centro econômico da região, atingindo um número populacional expressivo.

Nesta época, a dependência econômica da cidade com a produção de sal era tamanha de modo que *“Todo mundo vive direta ou indiretamente da renda produzida pelo sal.”* E Macau era considerada “[...] *uma cidade de empregados.*” onde seu comércio, *“mantém-se exclusivamente à custa de clientes que vivem de salários.”* (Palestra proferida pelo Juiz de Direito Elias Borges da Costa no dia 11 de agosto de 1963, apud BARROS, 2001, p.143)

Essa grande população que se deslocava para Macau na época da colheita do sal, era em virtude da utilização de métodos bastante rudimentares pela salina tradicional que exigia um contingente expressivo de trabalhadores sem maiores qualificações profissionais.

Além dos trabalhadores das salinas, havia, também, outras classes de trabalhadores desempenhando outras funções ligadas direta ou indiretamente à atividade salineira, como por exemplo: estivadores⁹, marítimos, alvarengueiros¹⁰, conferentes¹¹, arrumadores, carpinteiros navais e etc. Fato que gerou a criação de muitos sindicatos na cidade a qual se destacava, também, pela liderança política sobre os municípios vizinhos. (COSTA, 1993)

O processo de modernização tecnológica do parque salineiro potiguar ocorrido no final da década de 1960 desencadeou uma série de transformações sócio-econômicas e políticas para a região e, sobretudo, para a cidade de Macau.

Com a mecanização das salinas verificou-se a demissão em massa dos salineiros, gerando uma crise de desemprego sem precedentes na história da cidade (COSTA, 1993). O fato é que além da máquina substituir o trabalho manual realizado por muitos homens – como é o caso da colhedeira mecânica que controlada por apenas um homem, chega a fazer o trabalho antes realizado por cerca de mil homens –, a mão-de-obra utilizada na salina mecanizada é de caráter especializado – característica que não detinha o trabalhador da salina tradicional. O reflexo deste aspecto social é a interferência na economia local, afetando a esfera da circulação de mercadorias, uma vez que grande parte dos salineiros tinha sua alimentação garantida pelos feitores os quais abasteciam os barracões com os mantimentos fornecidos pelo comércio local. (COSTA, 1993)

Sob o aspecto político houve o enfraquecimento e a quase extinção dos sindicatos das diversas categorias profissionais ligadas direta ou indiretamente à atividade salineira.

⁹ Trabalhador das docas que executa a carga e descarga dos navios.

¹⁰ Pessoas que trabalhavam nas alvarengas (grandes embarcações de ferro) transportando sal das salinas para os navios.

¹¹ Trabalhador das docas responsável por conferir a carga dos navios.

Ao processo de modernização tecnológica não aconteceu nenhum tipo de resistência seja ela por parte dos sindicatos, enfraquecidos com o golpe militar de 1964, seja ela por parte dos governantes, que logo assimilaram a nova ordem progressista. O discurso difundido pela classe dominante – que, logo, tratou de se aliar ao capital das grandes empresas estrangeiras –, com o intuito de alienar a classe trabalhadora e atenuar qualquer tipo de reação que pudesse haver, era que a modernização tecnológica seria uma consequência natural do desenvolvimento e que traria como resultado o progresso. (COSTA, 1993) A respeito deste progresso, Andrade (1995, p.52) diz que a modernização mal dirigida, como foi o caso, longe de representar o progresso, o desenvolvimento, “[...] *é um fator de empobrecimento e de degradação que desce das condições caracterizadas como pobreza, para as de miséria.*”

Dois outros importantes fatos contribuíram decisivamente para o agravamento do difícil momento vivido pela cidade à época da modernização tecnológica, os quais foram: a modernização do transporte do sal e a construção do porto-ilha em Areia Branca. A concretização destes dois fatos afetou seriamente a existência de várias classes de trabalhadores voltadas para as atividades relacionadas com o transporte do sal, como: arrumadores, carpinteiros, mestre-arrais¹², motoristas navais, alvarengueiros, estivadores e marítimos. Estes trabalhadores, ao contrário dos trabalhadores de salina, residiam na cidade e suas atividades eram ininterruptas, além de serem melhor remunerados do que o salineiro. Fato que trouxe danos mais severos à economia local.

Certamente era o salineiro, trabalhador das salinas, a parte mais fraca desta estrutura social. Quando empregado, sua vida era subumana. Seu trabalho – sem as mínimas condições de trabalho e com remuneração indigna –, consumia-o física, moral e mentalmente. Desempregado, o salineiro conheceu algo pior do que o convívio diário e necessário com o seu inimigo – seu trabalho nas salinas: a indiferença. Pois se a sociedade o via como um pária quando ele tinha uma função e, portanto, um lugar dentro desta sociedade, agora, desempregado, o salineiro nem sequer era notado.

¹² Patrão ou mestre de barco de tráfego local ou portuário.

O salineiro perdeu a sua importância mesmo sendo esta, jamais reconhecida. Assim como perdeu a sua dignidade mesmo tendo esta, nunca existido.

As diversas classes de trabalhadores que ficaram desempregadas precisavam sobreviver e a única solução encontrada foi o apresamento do processo de aposentadoria pela Previdência Social ou pelo FUNRURAL, já que grande parte dos salineiros, na entressafra do sal, voltava para seus municípios para trabalhar na agricultura.

Já no caso dos trabalhadores que residiam na cidade, na época, o INPS foi largamente utilizado porém, principalmente, para a aposentadoria dos trabalhadores ligados às atividades de transporte do sal por apresentarem tempo de serviço exigido por lei ou próximo disto, um vez que sua atividade era ininterrupta.

Tal fato tornou mais penosa, além do que já era, a vida dos salineiros que, em sua maioria, não detinha tempo de serviço necessário à aposentadoria, passando a utilizar-se dos mais diversos mecanismos para garantir o sustento seu e de sua família como por exemplo, em último caso: com a própria mutilação de partes do seu corpo. Desse modo, os salineiros obtiveram suas aposentadorias por invalidez e não por tempo de serviço, garantido sua mísera, injusta e sofrível sobrevivência – reflexo condizente com o que foi sua vivência na terra do sal.

4 – O ESPAÇO URBANO: MATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIAIS

Neste momento, introduzir-se-á o conceito de “espaço urbano” como forma de abordagem para a compreensão da cidade de Macau, palco central desta pesquisa, assim como, as atuações de seus principais personagens, aqui denominados de “agentes sociais” responsáveis diretos pela construção deste lugar.

Sítio de implantação e condicionantes naturais

O município de Macau, localizado no Estado do Rio Grande do Norte – Estado situado na extremidade oriental da região Nordeste –, conforme a divisão territorial do Brasil, pertence à Mesorregião Central Potiguar, inserida na microrregião Macau (ver Figura 01). Este município que apresenta uma extensão territorial da ordem de 747 Km², correspondente a 1,58% da superfície estadual, encontra-se limitado com o Oceano Atlântico, ao norte; com o município de Guamaré, a leste; com os municípios de Pendências, Carnaubais e Porto do Mangue, a oeste; com o município de Pedro Avelino, ao sul.

A sede do município de Macau apresenta uma grande peculiaridade no que diz respeito a sua localização: *“está situada no litoral setentrional do Estado, na porção de uma grande várzea inundável, de acumulação flúvio-marinha, da formação deltaica do Piranhas-Açu”* (COSTA, 1993, p.35).

Estão, ali, agrupadas todas as condições naturais (geológicas e climáticas) ideais para a criação de um quadro extremamente favorável à produção do sal marinho: clima semi-árido quente com estações chuvosas bem delimitadas durante o ano, seguida de uma prolongada estação seca; alta temperatura acrescida de uma forte incidência solar; baixa umidade; e cuja extração do sal ainda é favorecida pela impermeabilização do solo.

Nesta grande área inundável, onde afloram algumas ilhas, está localizada a área do sítio natural onde está implantada a sede do município de Macau. Originalmente ilha até a construção do aterro das salinas em 1877, a sede do município de Macau apresenta além deste istmo – único acesso terrestre ligando o continente à cidade, hoje, parte da denominada RN 406 –, uma outra estrada a qual faz sua ligação com a ilha de Alagamar, denominada de estrada do Alagamar. Com a exceção dessas poucas conexões terrestres, a sede do município está totalmente cercada por águas, sejam elas: do rio Açu, da gamboa dos Barcos ou das áreas transformadas em tanques de carga ou cercos pertencentes às salinas implantadas na região. (ver Figura 09)

Esta condição natural juntamente com a ocupação de grande parte da área utilizada pela indústria salineira, condiciona fisicamente a sede do município a qual tem seu espaço urbano restringido a uma área de aproximadamente de 144 hectares, como demonstrou, na época, a Lei Municipal PDDUM (1979), aprovada pela Câmara de Vereadores, em 01 de Dezembro de 1977.

A ocupação do espaço físico de Macau, mais particularmente da área onde está localizado o atual núcleo urbano, se deu pela pressão de eventos e fenômenos naturais.

Num espaço de aproximadamente 144 hectares, limitado e comprimido por obstáculos tais como o Rio Açu, alagados, gamboas e salinas, o núcleo urbano se desenvolveu com elevadas taxas de crescimento demográfico, ocupando toda área disponível.

Este documento, baseado: 1) na constatação do esgotamento das possibilidades de adensamento da população de Macau por linha horizontal de ocupação e; 2) nas projeções das taxas de crescimento demográfico para sua população levando-se em consideração a possível instalação de um parque industrial em Macau, inicialmente com a construção da fábrica de barrilha e a miragem do petróleo – fato que funcionaria como mecanismos indutores da elevação das taxas atuais de crescimento populacional em consequência do alto grau de urbanização do Município –, propunha um projeto de expansão da cidade.

O espaço físico onde se encontra encravado o núcleo urbano – a ilha de Macau – está praticamente todo ocupado. Constatado o impasse com a saturação do atual núcleo urbano, descortina-se a possibilidade de ocupação da área situada à pequena distância – cerca de 5 quilômetros e que se chamará Macauzinho. Haverá a fixação e conseqüentemente absorção da população que, mantida a tendência, atingirá 37.598 habitantes na área urbana. Isto significa, que, em 16 anos a população dobrará, com um grau de urbanização na ordem de 91,18%. (PDDUM, 1979)

As idéias contidas no PDDUM não vingaram. Hoje, este documento tem apenas um valor histórico. Macauzinho que para o Plano Diretor “[...] *não deveria ser vista como apêndice da cidade atual, mas sim como uma expansão do núcleo urbano existente, funcionando, também, como indutora do desenvolvimento deste* [...]”, atualmente, não passa de um pequeno lugarejo com pouquíssimas edificações, ou seja, uma visão bem diferente daquela imaginada pelo Plano Diretor do que seria a “nova Macau”.

Além do desenvolvimento físico, não ocorreu também o desenvolvimento econômico almejado. Pelo menos não, com relação à tão sonhada construção da fábrica de barrilha¹³ – hoje, um conjunto de edifícios em completo estado de abandono na paisagem macauense –, já que com a exploração do petróleo, a coisa foi diferente.

A descoberta de uma jazida na Bacia Potiguar Marítima em 1973, apresentando óleo e gás com a perfuração do poço RNS-1 no campo de Ubarana na costa de Macau e a posterior chegada da primeira plataforma continental com o poço marítimo RNS-3 em pleno funcionamento em 1975, deram início ao desenvolvimento das atividades relacionadas à exploração do petróleo na região a qual teve perfurações de poços terrestres intensificadas somente no início da década de 80. (MOURA, 2002)

O reflexo benéfico maior que a descoberta do petróleo na região trouxe para Macau, foi, inegavelmente, o recebimento dos chamados *royalties*¹⁴ por parte da Prefeitura Municipal os quais só começaram a ser pagos a partir de 1998. Já que não é correto afirmar que houve a criação de inúmeros postos de trabalho absorvidos pela população macauense, nem, tampouco, grandes investimentos ou obras públicas por parte da Petrobrás.

Além dos *royalties*, e graças ao desenvolvimento do pólo industrial localizado em Guimarães, com a chegada de várias empresas prestadoras de serviço, verificou-se, recentemente, na cidade de Macau, uma dinamização de sua economia, principalmente, do seu mercado hoteleiro com as construções de hotéis, pousadas e apartamentos para aluguel.

Para registro, trataremos o sítio natural onde se desenvolveu o núcleo urbano formador do que hoje é a sede do município de Macau, *locus* do presente estudo, de cidade de Macau ou simplesmente Macau.

¹³ Barrilha ou carbonato de sódio é um material alcalino, obtido a partir do sal marinho e do calcário. Apresenta-se sob a forma de pó ou granulado, utilizado nas indústrias de vidro, detergente, sabão e outros produtos da indústria química.

¹⁴ Espécie de compensação paga aos Estados, município e aos ministérios da Marinha e da Ciência e Tecnologia sobre a produção de petróleo e gás natural.

A organização espacial da cidade

Num primeiro momento, para Corrêa (2000, p.7), o espaço urbano de uma cidade capitalista constituiu-se, “[...] *no conjunto de usos justapostos entre si* [...]” os quais definem determinadas áreas como por exemplo o centro da cidade, geralmente caracterizado pela concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, assim como, as áreas industriais, residências, entre outras, diferenciando-se em termos de escala, forma e conteúdo. A esse complexo conjunto de usos justapostos da terra, Corrêa (2000) dá o nome de “organização espacial da cidade” ou, simplesmente, “espaço urbano”.

Como foi colocado, anteriormente, registrado no PDDUM, a cidade de Macau encontra-se bastante adensada, sem muitas áreas livres e, principalmente, sem áreas de expansão.

Este fato pressionou a verticalização de construções no Centro da cidade atingindo de 2 até 3 pavimentos. Esta tipologia geralmente apresenta um comércio ou serviço no pavimento térreo e residência nos pavimentos superiores.

De modo geral, as construções são geminadas, não apresentando recuos laterais e frontal. Seu estado de conservação sofre com o alto grau de salinidade do solo, dando-lhes um aspecto de aparente degradação por toda a cidade, especialmente na periferia.

Observando-se o mapa da tipologia de uso do espaço urbano da cidade de Macau (ver Figura 10), verifica-se a concentração de determinados usos em partes específicas de sua constituição, formando áreas com características próprias e distintas das demais.

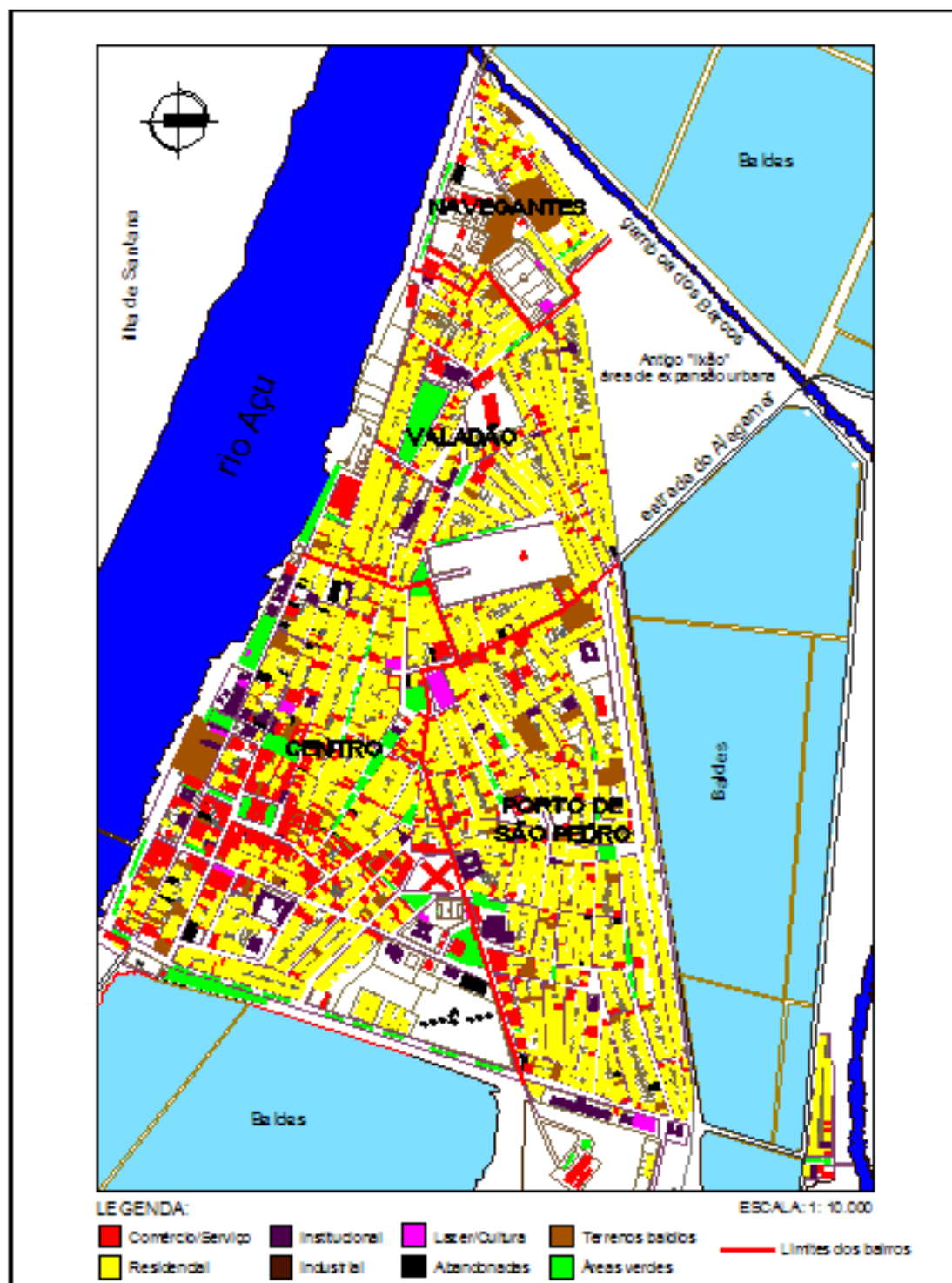
É o caso do Centro da cidade. (ver Figuras 10 e 11) Nesta área é perceptível a concentração da atividade comercial e de serviço. Um olhar mais minucioso sobre esta atividade resultará na constatação de dois tipos de comércios bem distintos: o primeiro tem um caráter “elitizado”, voltado para o atendimento das necessidades dos moradores residentes nas principais ruas do Centro, servindo também, como referência para toda a cidade. Fica compreendido ao longo das ruas Martins Ferreira (ver Figura 12), Amaro Cavalcante, Benjamin Constant; no Centro Comercial Afonso Barros (CCAB) (ver Figura 13) e na praça da Conceição.

Este comércio é caracterizado pela presença da chamada *boutique* (ver Figura 15), assim como das melhores e maiores lojas, bares, restaurantes e mercados da cidade. Junto a este comércio está a maior parte dos equipamentos prestadores de serviços da cidade, como: rede bancária, escritórios de advocacia e contabilidade, cartório judiciário, casa lotérica, gráficas, central de serviços e atendimento público, etc. (ver Figura 14)

O segundo tipo de comércio é o Mercado municipal – local onde se realiza a feira livre. Também localizado no Centro, porém mais próximo à periferia, apresenta um caráter popular (ver Figura 17). Interligando esses dois focos comerciais está o Calçadão José Ribeiro da Costa – uma extensão comercial de ambos. (ver Figura 16)

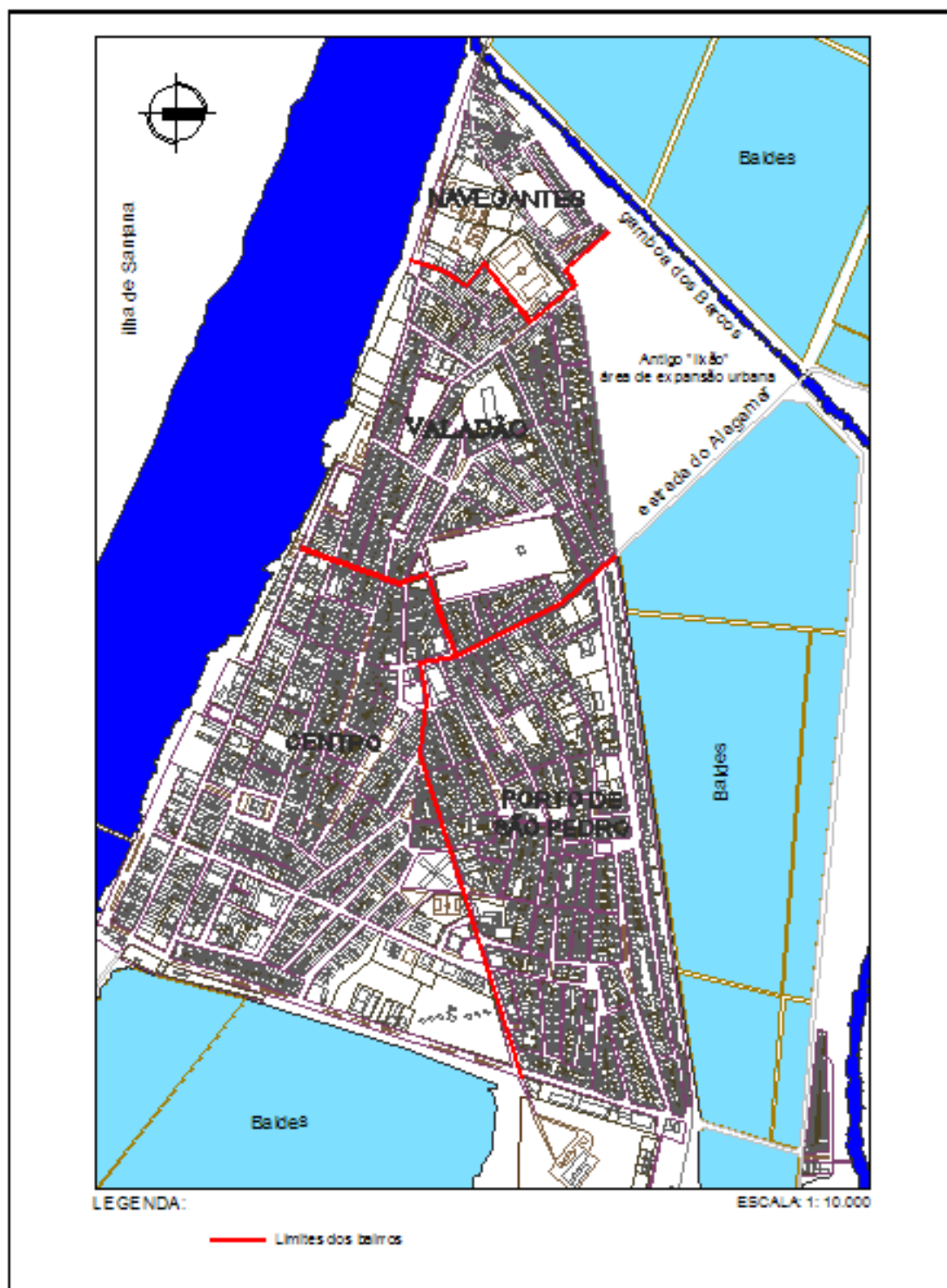
No Centro está concentrado grande parte do uso institucional, mais precisamente pela presença dos órgãos públicos como: a Prefeitura Municipal e suas secretarias (ver Figura 21), INSS, Fórum, Universidade Estadual. Também no Centro está localizada a maioria dos equipamentos culturais e de lazer da cidade, como por exemplo: a Casa da Cultura; o Centro Cultural Porto de Ama; o Teatro Municipal Hianto de Almeida. (ver Figuras 18, 19 e 20)

Figura 10 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
 Tipologia de uso do solo urbano.



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de campo realizado em setembro/novembro de 2004.
 Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedida pelo IDB/IA, 2002.

Figura 11 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Divisão político-administrativa (bairros)



Fonte: Elaboração própria.

Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedida pelo IDEMA.



Figura 12 – Vista da rua Martins Ferreira: uma das principais ruas do Centro, dotada de equipamentos comerciais e de serviços.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 13 – Vista externa do CCAB: importante equipamento comercial localizado no Centro da cidade.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 14 – Vista externa da Central do Cidadão localizada no Centro da cidade à rua Martins Ferreira.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 15 – Vista externa de uma loja de roupas localizada no Centro da cidade à rua Martins Ferreira.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 16 – Vista do comércio no Calçada José Ribeiro da Costa no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 17 – Vista externa do Mercado Municipal no Centro da cidade, numa área próxima à periferia urbana.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 18 – Vista externa da Casa da Cultura locada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 19 – Vista externa do Centro Cultural Porto de Ama situado no Centro da cidade à rua Martins Ferreira
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 20 – Vista externa do Ginásio Municipal localizado no limite do Centro com a periferia da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 21 – Vista externa da Prefeitura Municipal e demais secretarias situadas no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 22 – Vista de um dos poucos terrenos baldios localizado no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 23 – Vista de um terreno baldio locado no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Se no Centro existe certa disputa do uso comercial e de serviço com o habitacional, nos bairros periféricos é notória a predominância do uso residencial sobre os demais. Nesta área, o comércio existente é, apenas, pontual, não chegando a definir uma zona a exemplo do Centro. Sua existência justifica-se pelo abastecimento de necessidades em nível local. Além do uso residencial prevalecente na periferia da cidade de Macau, outra importante característica é a perceptível carência de determinados usos como: lazer e cultura, institucional e presença de áreas verdes. Se estas tipologias faltam na periferia, o Centro da cidade encarregou-se de concentrá-las em seus domínios.

Com relação às áreas verdes, situa-se no Centro significativa parte das praças e canteiros arborizados da cidade com destaque para as praças da Conceição, Monsenhor Honório, Dinarte Mariz (ver Figura 27), a praça do Lazer (ver Figura 25) e as praças e canteiros ao longo da rua Marechal Deodoro da Fonseca (ver Figura 29). Encontrou-se nesta periferia algumas áreas livres e terrenos baldios (ver Figura 23). Ao passo que no Centro, poucos são os terrenos sem edificações (ver Figura 22), contudo há, neste último, muitas construções abandonadas (ver Figura 24). Com relação à pavimentação, a cidade encontra-se totalmente calçada. Com destaque para o Centro que apresenta a grande maioria de suas ruas asfaltada ao passo que as ruas dos outros bairros são apenas calçadas com paralelepípedo. (ver Figuras 26, 28 e 34)



Figura 24 – Vista externa de construção abandonada locada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 25 – Vista da chamada praça do Lazer localizada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 26 – Vista de um canteiro em péssimo estado de conservação localizado no Bairro Porto de São Pedro, na rua Major Emílio.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 27 – Vista da praça Dinarte Mariz localizada no Centro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Enfim, a análise da tipologia de uso do espaço urbano da cidade de Macau demonstra a concentração bifocal do uso comercial numa mesma área da cidade: o Centro.

Num destes focos, o comércio apesar do seu alcance geral, e não setorial, da cidade, atende, prioritariamente, as necessidades de elite. Já o outro foco, mais próximo da periferia, ao contrário do primeiro, tem um caráter popular. Junto a este foco comercial “elitizado” está, além dos equipamentos de prestação de serviços, institucionais, lazer, cultura e áreas verdes, as “melhores e maiores” residências de Macau, pertencentes à elite. (ver Figuras 29 e 30)

É importante frisar que no Centro há também residências semelhantes tipologicamente às residências localizadas na periferia da cidade. Porém, a recíproca não é verdadeira, ou seja, não há tais residências descritas como as “melhores e maiores” da cidade, situadas nos bairros periféricos. A importância deste fato para a compreensão da organização espacial da cidade de Macau será explicada posteriormente.

As diferenças tipológicas entre o Centro e sua periferia não se limitam à fisionomia das edificações. As diferenças vão além. São evidenciadas, também, na fisionomia de suas ruas e espaços públicos: no cuidado e tratamento da pavimentação das vias; alinhamento do passeio público e pintura do meio-fio; limpeza pública; arborização de canteiros e praças; entre outras coisas. (ver Figuras 28, 31, 32 e 33)

Com efeito, tais cuidados com determinadas áreas da cidade em detrimento de outras pelo gestor público faz aumentar, cada vez mais, as disparidades entre elas, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais.



Figura 28 – Vista da rua Marechal Deodoro: importante rua do Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 29 – Vista externa de uma residência localizada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 30 – Vista externa de uma residência localizada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 31 – Vista da rua João Amaral pertencente ao bairro Valadão.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

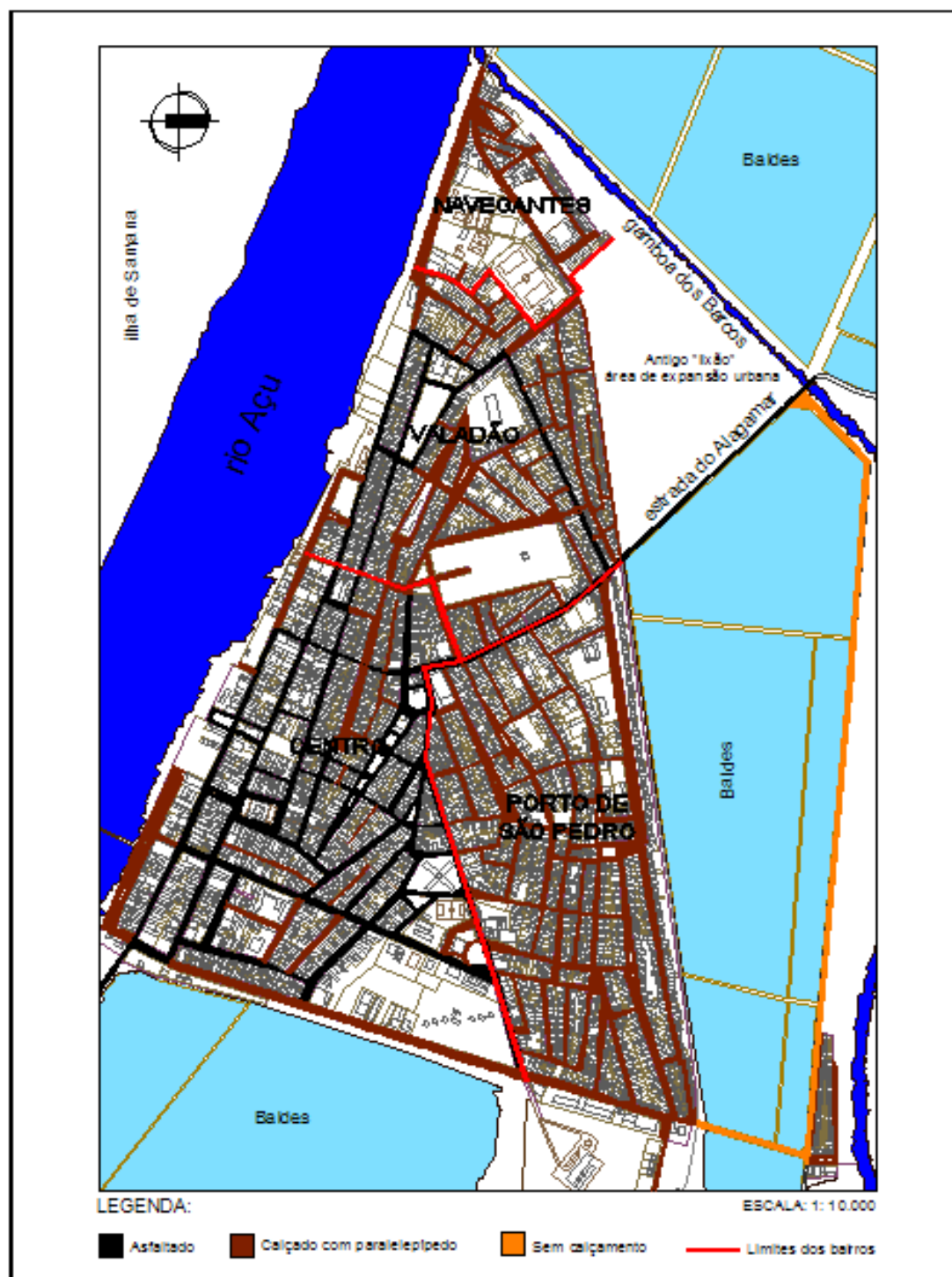


Figura 32 – Vista da rua Constance Macedo Lopes pertencente ao bairro Nossa Senhora dos Navegantes.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 33 – Vista da rua Areia Branca pertencente ao bairro Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Figura 34 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Tipologia de material da malha viária.



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio da foto do satélite Ikonos cedida pelo IDEM A, 2002.

Os “agentes” sociais e suas formas espaciais

Várias são as formas capazes de abordar a cidade. Porém, dificilmente, uma visão isolada dará conta de sua complexidade. Simplesmente pelo fato de ser apenas uma visão, dentre as muitas que a compõe. Contudo, uma visão da cidade por mais restrita que seja, certamente, representa um passo adiante no difícil caminho do seu entendimento.

Na busca pela compreensão da organização espacial da cidade de Macau, adotaremos uma abordagem centrada, fundamentalmente, na atuação dos chamados “agentes sociais” como elementos de uma estrutura social que, por sua vez, desencadeia funções urbanas as quais vão resultar em processos e formas espaciais. Estas funções urbanas são, na verdade, processos sociais dentre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm grande importância dentro deste processo.

Desta forma, conforme Corrêa, o espaço urbano “[...] *é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.*” (CORRÊA, 2000, p.11) os quais, por sua vez, são concretos e sua ação “[...] *é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capitais, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.*” (CORRÊA, 2000, p.11)

Entre os processos sociais desencadeados por tais agentes e a concretização espacial destes processos, ou seja, suas formas espaciais, estão os processos espaciais, que por sua vez:

[...] constituí-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. (CORREA, 2000, p.36)

Portanto, o espaço urbano é, aqui, entendido como o resultado da dinâmica social que através de um determinado modo de produção, reproduz-se, imprimindo na paisagem as marcas dessa reprodução, como afirma Silveira (2003, p.25):

[...] o espaço urbano deve ser compreendido enquanto produto social e histórico, ou seja, como resultado da atividade de uma série de gerações que, através de seu trabalho acumulado, tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural.

Observando-se a história da cidade de Macau pode-se ver facilmente a existência e atuação de três importantes e fundamentais “agentes sociais”, assim como seus processos e formas espaciais transformadores do espaço urbano: 1) a indústria salineira, representada pelos grandes grupos de capital estrangeiro e suas áreas industriais; 2) a elite burguesa, intelectual e política e o Centro da cidade; e 3) os salineiros, trabalhadores das salinas e as áreas sociais.

A indústria salineira e as áreas industriais

A indústria salineira, entendida, aqui, como um agente social transformador e modelador do espaço urbano caracteriza-se no desenvolvimento de suas atividades por dois aspectos fundamentais: 1) locacional – para seu funcionamento, ela precisa estar inserida numa região que dispunha de sua matéria prima em abundância: o mar, estando, ainda, situada num local que lhe ofereça condições naturais (geológicas e climáticas) necessárias à produção do sal. 2) espacial – constitui-se num tipo de agente que necessita de grandes áreas para o desenvolvimento de suas atividades, sendo, portanto, grandes consumidores de espaço. Os processos sociais a que se refere Corrêa (2000), dizem respeito à chegada, instalação, apropriação e desenvolvimento da indústria salineira na região.

Tais processos tiveram início num determinado momento político em que foi permitida a entrada do capital estrangeiro no mercado brasileiro, chegando a ser até financiado pelo dinheiro nacional. Tendo assim, iniciado o processo de desnacionalização e monopolização das salinas potiguares com a extinção das pequenas salinas, assim como, a modernização tecnológica do parque salineiro, fato que desencadeou um grande impacto sócio-econômico e político na região, principalmente, para a cidade de Macau.

Com efeito, a maior parte das terras da região ficou de posse destas grandes empresas, inclusive até a área onde está situada a cidade de Macau a qual teve que ser comprada pela Prefeitura. Tudo isso demonstra o poder destas grandes empresas no que se refere ao domínio que elas exercem sobre o espaço. Sem dúvida alguma, a indústria salineira é o principal e mais poderoso agente social transformador do espaço urbano, de modo que a própria cidade em si é submissa no sentido em que está relegada ao segundo plano, estando em primeiro lugar a produção do sal e a reprodução do capital.

A razão de ser desta submissão tem início nas condições da própria origem da cidade de Macau, pois esta somente existiu por ser ela necessária aos interesses da indústria salineira: a cidade de Macau representa para a indústria salineira, somente, o celeiro gratuito onde se reproduz sua força de trabalho.

A forma espacial resultante dos processos sociais é a própria materialização das ações engendradas por essa indústria no caminho percorrido por ela até a construção do seu império onde a cidade constitui-se, apenas, numa pequena e cômoda parte em meio a este grande império. Essa forma espacial é a própria paisagem do lugar, tamanho é o poder deste agente sobre o espaço.

Ela está na natureza transformada para dar lugar aos inúmeros baldes, evaporadores e cristalizadores essenciais à produção do sal. Está na imensa pirâmide de sal que se forma no aterro das salinas ao longo do rio Açú à espera de ser embarcado. Está na adequação da malha viária da cidade para comportar o tráfego das carretas que transportam o sal.

Está na construção da sede e escritórios da empresa e seu conjunto habitacional localizado fora dos limites urbanos da cidade. Está na fisionomia da periferia urbana da cidade de Macau. Está no engessamento do crescimento físico da cidade a qual sem áreas contínuas de expansão precisará fragmentasse, criando novos núcleos urbanos em áreas distantes do Centro, porém dependentes dele.

Enfim, sua atuação no espaço urbano tem como objetivo principal garantir a reprodução do capital, através do processo de produção e realização da mais-valia e sob esta perspectiva a cidade é vista como suporte físico ou condição material para a reprodução do capital.

Porém existe o outro lado da moeda, já que além de viabilizar o processo de reprodução do capital, é na cidade que se reproduz a vida com a reprodução da força de trabalho e do consumidor de modo geral. Sob este ponto de vista, o espaço urbano constitui-se num meio de consumo, ou seja, é o lugar onde se mora e vive-se. (CARLOS, 1994)

O conjunto Alagamar

Para representar esta indústria salineira que se instalou na região, escolheu-se a empresa localizada na ilha de Alagamar, denominada Salinor – Salinas do Nordeste S.A. por duas razões: a primeira delas é por ser ela a maior produtora de sal do País, responsável por mais de 40% da produção nacional. Suas salinas estão localizadas no Rio Grande do Norte, nos municípios de Macau e Mossoró. Só a salina de Macau tem capacidade de produção de 1 milhão de toneladas por ano. No total são mais de 2 milhões de toneladas de sal produzidos e comercializados tanto no mercado nacional quanto exportados para países da América do Norte ao Sul, África e Europa.¹⁵

¹⁵ Fonte: <http://www.salinor.com.br>, site visitado no dia 30 de novembro de 2005.

Em segundo lugar, esta empresa mantém uma ligação maior com a cidade de Macau pela existência de um acesso que liga a cidade a sede da empresa conhecido com estrada do Alagamar, e, ainda, pelo fato da cidade está envolta por áreas pertencentes a esta empresa. A instalação desta empresa no município de Macau, remonta ao ano de 1890 com a “Concessão Roma”. Em 1903, a CSN adquire esta empresa, se tornando a Companhia Comércio e Navegação (CCN), dois anos depois (MOURA, 2003).

Durante a década de 1960, a CCN criou a “salina Unidos” na ilha de Alagamar – uma grande salina totalmente mecanizada e considerada a maior salina do tipo de evaporação solar do continente. (COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO, 1968) (ver Figura 35) Nesta época a CCN passou o controle desta salina para o grupo holandês AKZO, trocando sua identificação para CIRNE, que em 1967 construiu com o financiamento da SUDENE, uma refinaria de sal na ilha do Alagamar. Posteriormente, a CIRNE comprou a CCN. Depois do grupo Akzo, foi a vez do grupo Frago Pires comprar a empresa, assim como, comprar também a Álcalis do Rio de Janeiro, adquirindo a fábrica de barrilha Alcanorte em 1994, sendo renomeada para Companhia Nacional de Álcalis. Em 2003, ganhou novo título passando a se chamar Salinor – Salinas do Nordeste S.A.

Além dos baldes, evaporadores e cristalizadores, esta salina – ainda chamada Unidos –, apresenta uma refinaria, escritórios, central elétrica, refeitório e o conjunto habitacional Alagamar. Construído durante a década de 60 para abrigar o “novo” profissional – o técnico especializado que veio para substituir o trabalhador braçal sem qualificação profissional das salinas tradicionais (ver Figura 36).

O conjunto habitacional é constituído por 52 residências, composta por quatro padrões tipológicos: A, B, C e D. A existência de diferentes padrões tipológicos de habitações, assim como a criação de duas áreas distintas e separadas no mesmo conjunto, tem como objetivo atender o grau de hierarquia de cargos da empresa. A área do conjunto onde estão as habitações com padrão tipológico A e B é conhecida como “Alagamar” e constitui-se nas melhores e maiores casas do conjunto, pertencendo aos técnicos, engenheiros e diretores da empresa (ver Figuras 41 e 42).

Na outra área, chamada “Cuba”, estão as casas com padrão tipológico C e D. “Cuba” é formada por 40 residências caracterizando-se por apresentar um padrão construtivo e estético inferior, além das dimensões do terreno e área construída menores quando comparado às casas da área de Alagamar. (ver Figuras 39 e 40). De modo geral, são boas construções, constituídas por materiais duráveis e de boa qualidade. São bem divididas internamente, atendendo funcionalmente às necessidades de moradia de uma pequeníssima parte dos trabalhadores desta empresa, já que sua grande maioria reside na cidade de Macau.

O conjunto conta ainda com escola, campos de futebol, quadra esportiva e um clube chamado “Unidos” (ver Figura 41). Suas ruas não são pavimentadas. Há luz elétrica, água encanada e sistema de saneamento básico. Além disso, apresenta grandes áreas livres e arborizadas, fato que contribui visivelmente para a amenização das condições climáticas locais, melhorando, sensivelmente, a qualidade de vida de seus moradores.



Figura 35 – Vista aérea da salina Unidos na ilha do Alagamar em 1967. Em primeiro plano o conjunto habitacional e ao fundo a sede da empresa.
Fonte: Arquivo pessoal, 1967.



Figura 36 – Vista de chegada à parte do conjunto habitacional na ilha de Alagamar denominada Cuba.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 37 – Vista externa de uma habitação de padrão C, localizada em Cuba.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 38 – Vista da chamada rua do Meio em Cuba.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 39 – Vista de chegada à parte do conjunto habitacional chamada Alagamar onde ficam as casas de Padrão A e B.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 40 – Vista externa de uma residência de Padrão A de Alagamar.

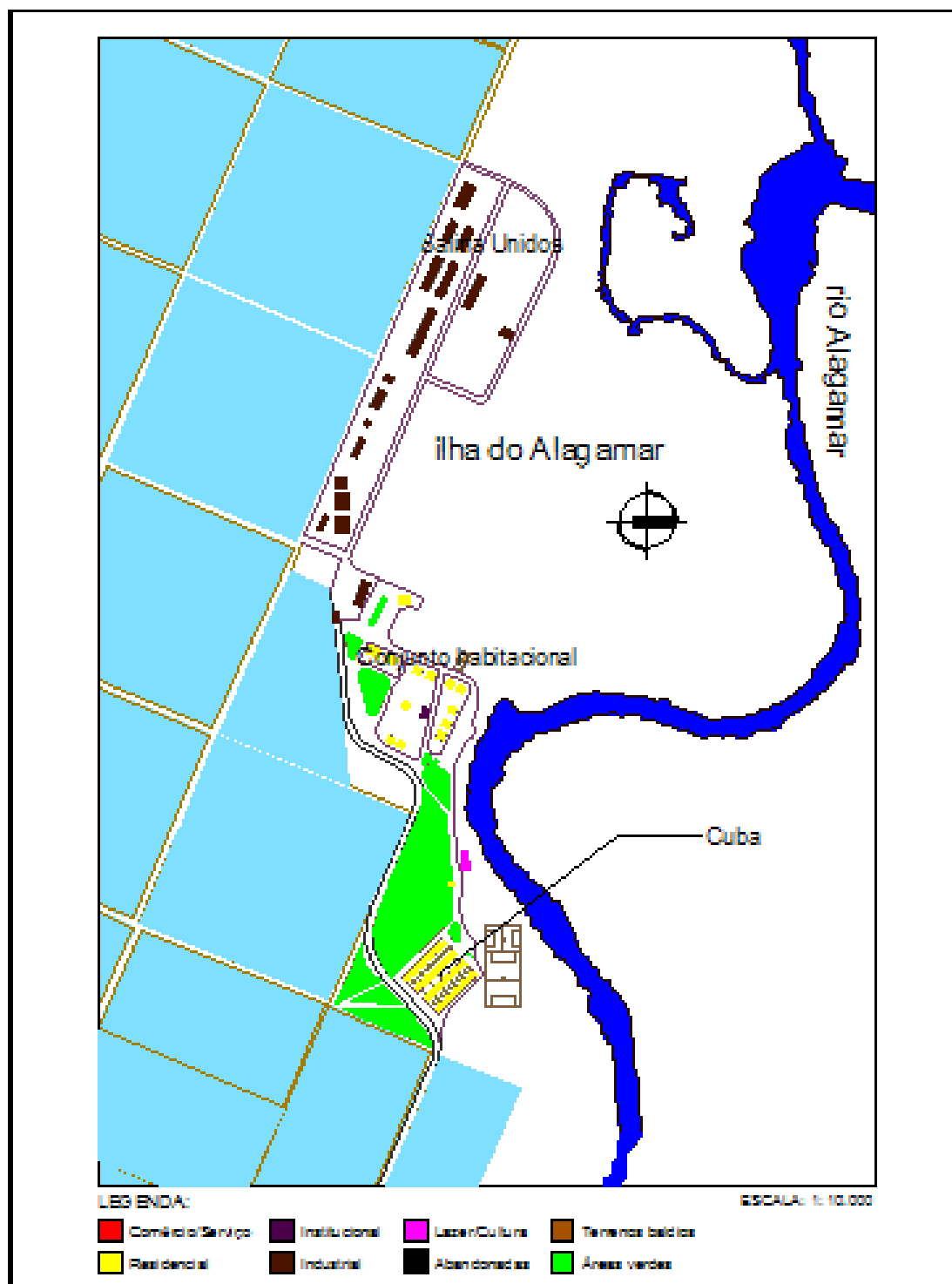
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 41 – Vista externa do clube recreativo Unidos na ilha do Alagamar.

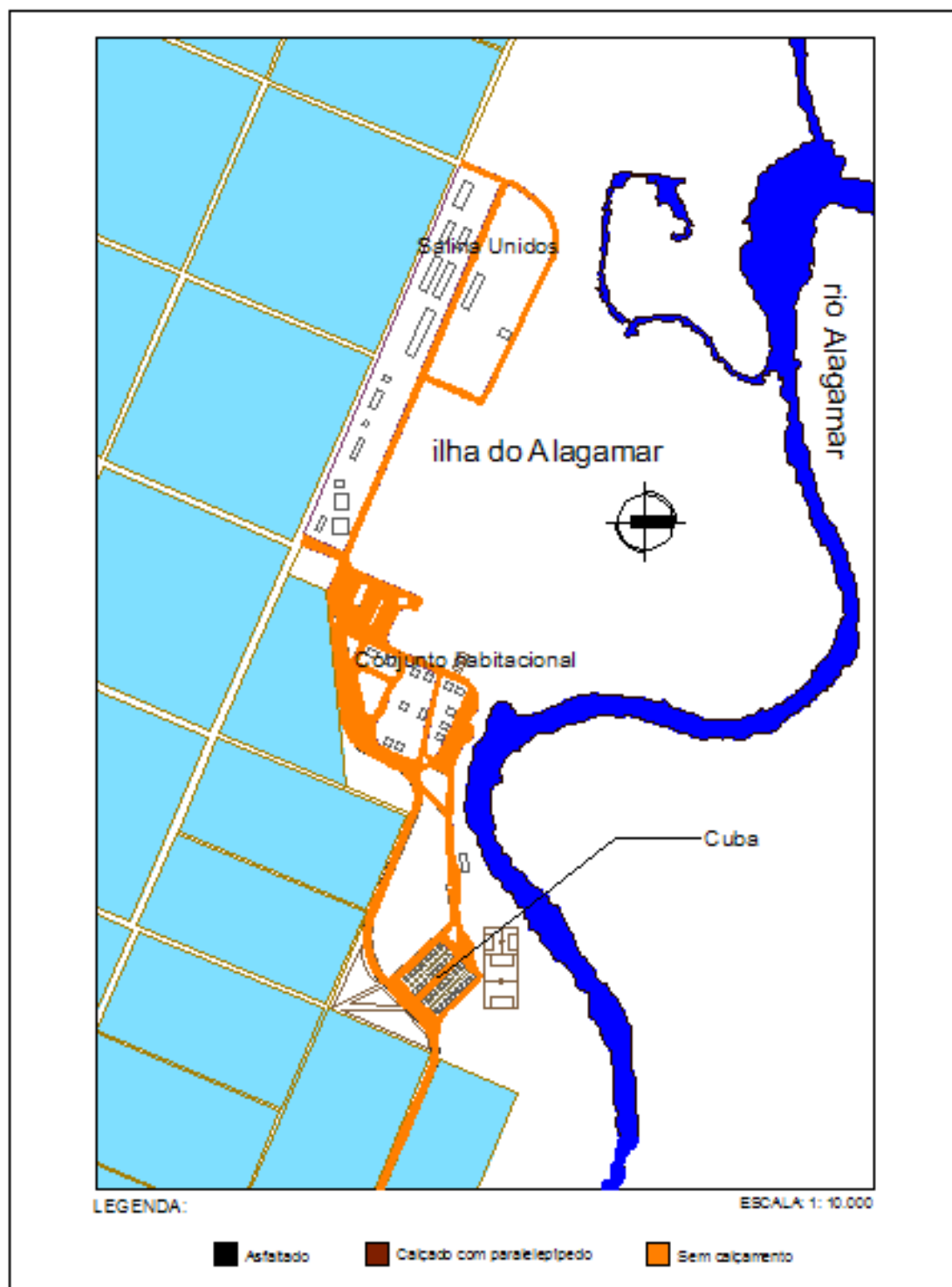
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Figura 43 - Conjunto habitacional na ilha do Alagamar
Tipologia de uso do solo urbano.



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: Elaboração própria com o uso de foto do satélite Ikonos cedida pelo IDGMA, 2002.

Figura 44 - Conjunto habitacional na ilha do Alagamar
Tipologia de material da malha viária.



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: Elaboração própria com auxílio da foto do satélite Ikonos cedida pelo DEMA, 2002.

A elite e o Centro

Ao contrário da indústria salineira, a elite é um agente social que não necessita de grandes áreas, mas apenas, da melhor área intra-urbana: o seu Centro.

Dessa forma, a elite construiu, ao longo do tempo, um espaço oriundo de um processo espacial chamado de centralidade o qual tem na forma espacial do Centro da cidade sua materialização física.

Essa elite tratou de agarrar com “unhas e dentes” este Centro, adotando-o para si como seu *locus*: local de moradia e de trabalho. Tendo, assim, o privilégio, dentro da cidade, de escolher seu próprio lugar. Como foi mostrado, várias foram as artimanhas utilizadas por essa elite para proteger sua “conveniente” localização no espaço urbano da cidade de Macau.

Um desses mecanismos, já comentado anteriormente, foram as ações de higienização, verificadas na ocasião, pela expulsão das antigas feiras e zonas de prostituição do Centro para a periferia. Além desta proteção, a elite tratou, historicamente, de dotar o Centro de toda a infra-estrutura e equipamentos necessários à sua acomodação.

Tal fato pode ser observado na existência e nos cuidados estéticos das praças, canteiros e áreas de lazer; no tipo e qualidade da pavimentação e limpeza das ruas; no calçamento e alinhamento dos passeios públicos; na presença de sinalização de tráfego de carros e pedestres; na existência de infra-estrutura de iluminação pública e de sistema de abastecimento d’água encanada e de saneamento; na presença dos equipamentos de saúde, cultura e lazer, prestação de serviço, assim como, dos órgãos de atendimento público, além de ter a sua porta um comércio voltado às suas necessidades.

A implementação destes investimentos, assim como, a instalação dos equipamentos citados, além de gerar um conforto a esta elite, também concorre para a valorização de seus imóveis, aumentando, assim, o seu patrimônio com o dinheiro público. É, em suma, uma forma de transferência de riquezas públicas para a privada.

Para amenizar esta forma, das muitas que existem, de enriquecimento da elite com o dinheiro público e torná-la algo natural aos olhos de todos, a burguesia utiliza-se da imposição ideológica de que o Centro é a própria representação da cidade. Ou seja, é vendida a idéia de que o Centro pertence a todos devendo ser visto com orgulho por todos, justificando e, ao mesmo tempo, tornando aceitáveis os investimentos e melhoramentos realizados neste local para o bem da cidade e envaidecimento de sua população.

Para a perpetuação desta forma de beneficiamento e enriquecimento com o dinheiro público, utilizando-se da organização espacial da cidade, é necessária a localização desta elite num ponto específico do espaço urbano, pois sua localização dispersa dentro da cidade, tornaria inviáveis tais práticas de acumulação, pelo fato desta situação hipotética implicar na distribuição uniforme, e não concentrada, de tais benefícios a toda a cidade.

Tal fato explica a recíproca não verdadeira para a não localização das “melhores e maiores” residências na periferia urbana da cidade de Macau. Estas residências localizam-se, de modo concentrado, numa determinada área da cidade – muito embora, dividam este espaço com residências de um padrão arquitetônico e tipológico inferior, ainda sim fica caracterizada a segregação –, para, assim, poder exercer sua dominação espacial.

Os salineiros e as áreas sociais

Por fim, coube aos salineiros aquilo que restou. Ou seja, aquilo que não serviu nem para a elite, tampouco para a indústria: a periferia urbana. Esta periferia, formada pelos bairros Porto de São Pedro, Valadão e Nossa Senhora dos Navegantes, representou, ao longo da história, o local de moradia dos trabalhadores do sal e ao contrário do Centro, é caracterizada pela carência dos diversos serviços e equipamentos urbanos.

Suas construções apresentam um precário estado de conservação resultado dos baixos salários a que estes trabalhadores foram e são submetidos pelas empresas produtoras de sal.

Além das péssimas condições de suas moradias, o entorno, como foi mencionado, somente contribui para o agravamento do quadro. De modo, que, se por um lado, a indústria salineira age oprimindo seus trabalhadores com o pagamento de salários indignos, fato que se reflete diretamente na condição de suas habitações, o gestor público, por sua vez, age indiferentemente, ou seja, não age. Não dota esta periferia dos equipamentos e serviços públicos necessários. A feição desta periferia, que se assemelha à própria feição de seus moradores, retrata um lugar pobre, sofrido e abandonado. (ver Figuras 45, 46 e 47)

Analisando com mais atenção a questão da importância ou não da periferia urbana da cidade de Macau para a indústria salineira, pode-se ver que este espaço é de fundamental importância para a indústria pelo fato de abrigar sua força de trabalho.

A periferia urbana da cidade de Macau constitui-se, ao longo do tempo, como o local de reprodução da força de trabalho – Já que os conjuntos habitacionais construídos com essa finalidade não comportam todos eles, sendo, apenas, uma minoria agraciada com uma casa –, que sustentou e sustenta a indústria salineira: “*A grande maioria dos trabalhadores de salinas mora nos bairros proletários denominados de Porto de São Pedro e Valadão.*” (FERNANDES, 1995, p.23).

Além de abrigar seus trabalhadores sem custos adicionais para isso, a periferia detém uma outra importância: abriga também o exército de reserva à espera do milagre empregatício. Exército este que faz lembrar àqueles que têm um trabalho – por piores que sejam as condições –, que é bom cuidar deste pouco para não acabar sem nada.

Enfim, pôde-se, aqui, demonstrar, através da identificação dos principais agentes sociais transformadores e modeladores do espaço urbano da cidade de Macau, assim como, do rastreamento de suas respectivas formas espaciais resultantes das práticas e processos sociais descritos, como está organizada a cidade de Macau.

Sobre esta organização a conclusão que se chega é que o espaço urbano da cidade de Macau é um metal que protege uns e fere outros, forjado a partir da ganância da indústria salineira, esperteza de sua elite e trabalho do salineiro.

No item que se segue será mostrado o mapeamento de 110 habitações pesquisadas pertencentes aos trabalhadores das salinas localizadas, em sua grande maioria, na cidade de Macau para a comprovação da localização espacial destes trabalhadores na periferia urbana.

Além disto, serão caracterizadas e analisadas as condições sócio-econômicas destes trabalhadores e suas famílias, assim como, os aspectos locacionais, legais e tipológicos de suas habitações.



Figura 45 – Vista da rua Pedro Lopes pertencente ao Valadão.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 46 – Vista do bairro Nossa Senhora dos Navegantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 47 – Vista da rua Portela situada no Valadão.

Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

5 – OS TRABALHADORES DAS SALINAS E A PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE MACAU

Esta parte do trabalho consiste no enfoque dado àquele que se constituiu no elemento mais fraco da estrutura social representada pelos agentes sociais identificados ao longo do trabalho, assim como sua forma espacial respectiva: os trabalhadores das salinas e a periferia urbana da cidade de Macau.

A finalidade, aqui, pretendida, é comprovar, em primeira instância, a localização destes trabalhadores na periferia urbana da cidade, ou seja, nos bairros Porto de São Pedro, Valadão e Nossa Senhora dos Navegantes. Uma vez comprovada sua localização espacial, buscou-se, então, caracterizar e analisar a população formada pelas famílias destes trabalhadores, assim como, as condições sócio-econômicas destes trabalhadores e suas famílias e os aspectos locacionais, legais e tipológicos de suas habitações e entorno.

Para tanto, realizou-se o mapeamento das habitações destes trabalhadores os quais foram divididos em dois grupos distintos: 1) Grupo I – os “antigos” salineiros, ex-trabalhadores das salinas tradicionais os quais realizavam a produção, extração, empilhamento e transporte do sal segundo moldes artesanais; 2) Grupo II – os “novos” salineiros, trabalhadores das salinas mecanizadas os quais realizam a produção, extração, empilhamento e transporte do sal com o auxílio da máquina.

A formação do Grupo I foi obtida através do contato direto e individual com cada um deles por parte do pesquisador, contabilizando um total de 50 ex-salineiros residentes na cidade de Macau. Já a formação do Grupo II foi obtida a partir de uma solicitação prontamente atendida pela empresa Salinor S.A. a qual forneceu ao pesquisador uma listagem aleatória com nomes e endereços de 60 trabalhadores, sendo 10% destes, moradores do conjunto habitacional localizado na ilha do Alagamar de propriedade da empresa, sendo os demais, ou seja, 54 trabalhadores, residentes na cidade de Macau.

Além do mapeamento dos 110 trabalhadores, realizou-se, também, a aplicação de um questionário sócio-econômico e o levantamento físico e fotográfico de cada habitação pesquisada. (ver Exemplar do Questionário Aplicado)

Se o mapeamento destes trabalhadores comprova o processo de ocupação concentrada numa determinada área da cidade por parte deste agente social identificado como o trabalhador das salinas, por sua vez, a elaboração de um perfil sócio-econômico da população formada por estes trabalhadores e suas famílias, assim como, a realização de um levantamento físico e fotográfico para caracterização de suas habitações, comprovam as péssimas condições de vida e habitabilidade a que é submetida tal população.

Localização espacial

De acordo como o mapeamento realizado das 110 habitações de “antigos” e “novos” trabalhadores das salinas, verificou-se a predominante localização destas habitações numa determinada área da cidade, especificamente, em sua periferia urbana formada pelos bairros: Porto de São Pedro, Valadão e Nossa Senhora dos Navegantes (ver Figuras 48, 49, 50, 51 e 52).

Dos 50 ex-trabalhadores ou “antigos” trabalhadores pertencentes ao Grupo I, cerca de 90% estão localizados na periferia da cidade. Sendo apenas 10% situados no Centro. (ver Quadro 1.1-I em Anexo)

No Grupo II constituído por 60 trabalhadores da empresa Salinor S.A., a situação não é tão diferente. Há, também, neste Grupo, um predomínio na localização das habitações destes trabalhadores na periferia. Embora seja menor quando comparado ao Grupo I, fica, ainda sim, constituído o predomínio na localização das habitações nesta área com 67%. O restante encontra-se localizado no Centro e no conjunto habitacional na ilha de Alagamar fora dos limites urbanos na ilha do Alagamar. (ver Quadro 1.1-II em Anexo)

Figura 48 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Localização residencial dos ex e atuais salineiros

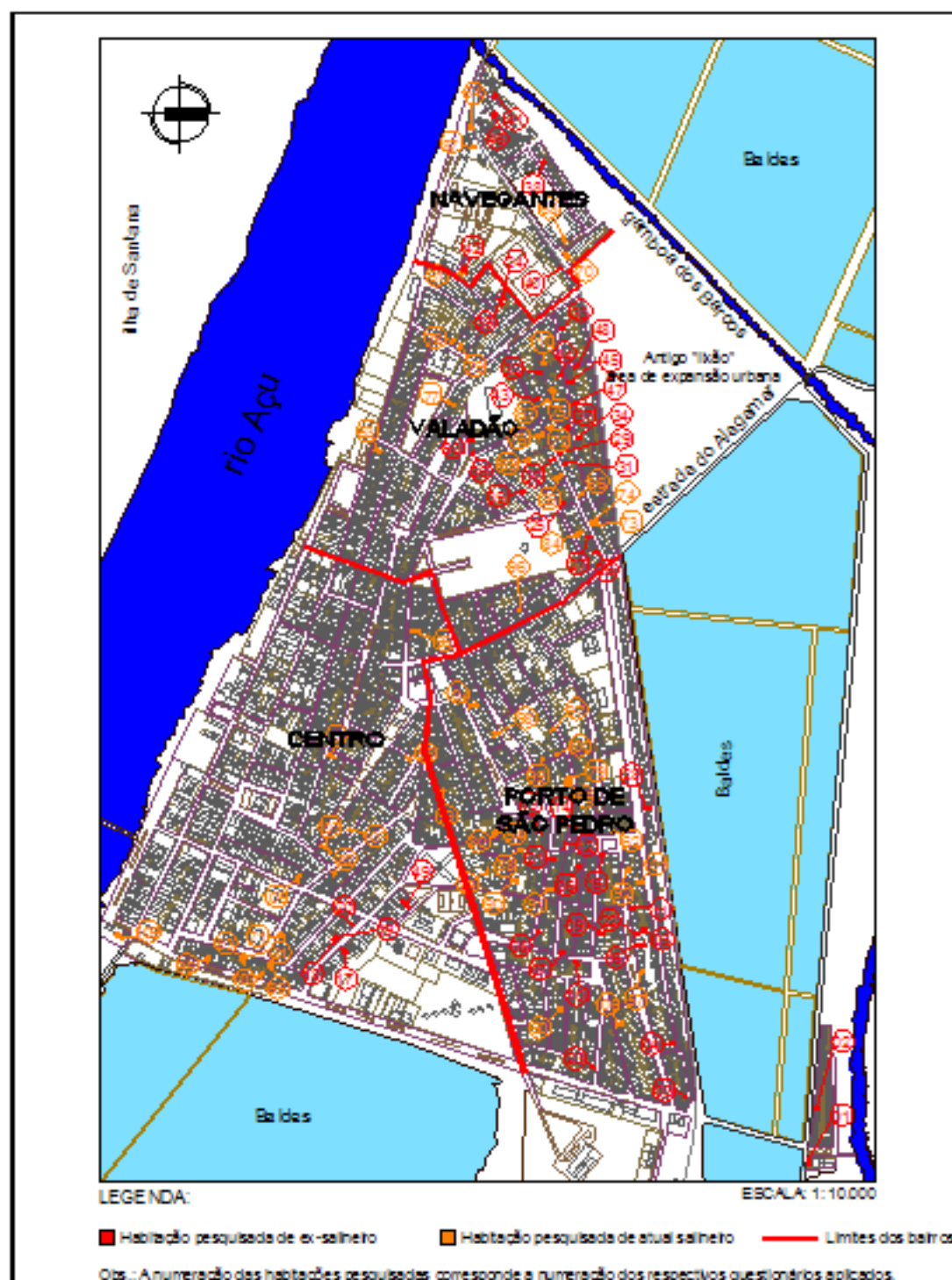
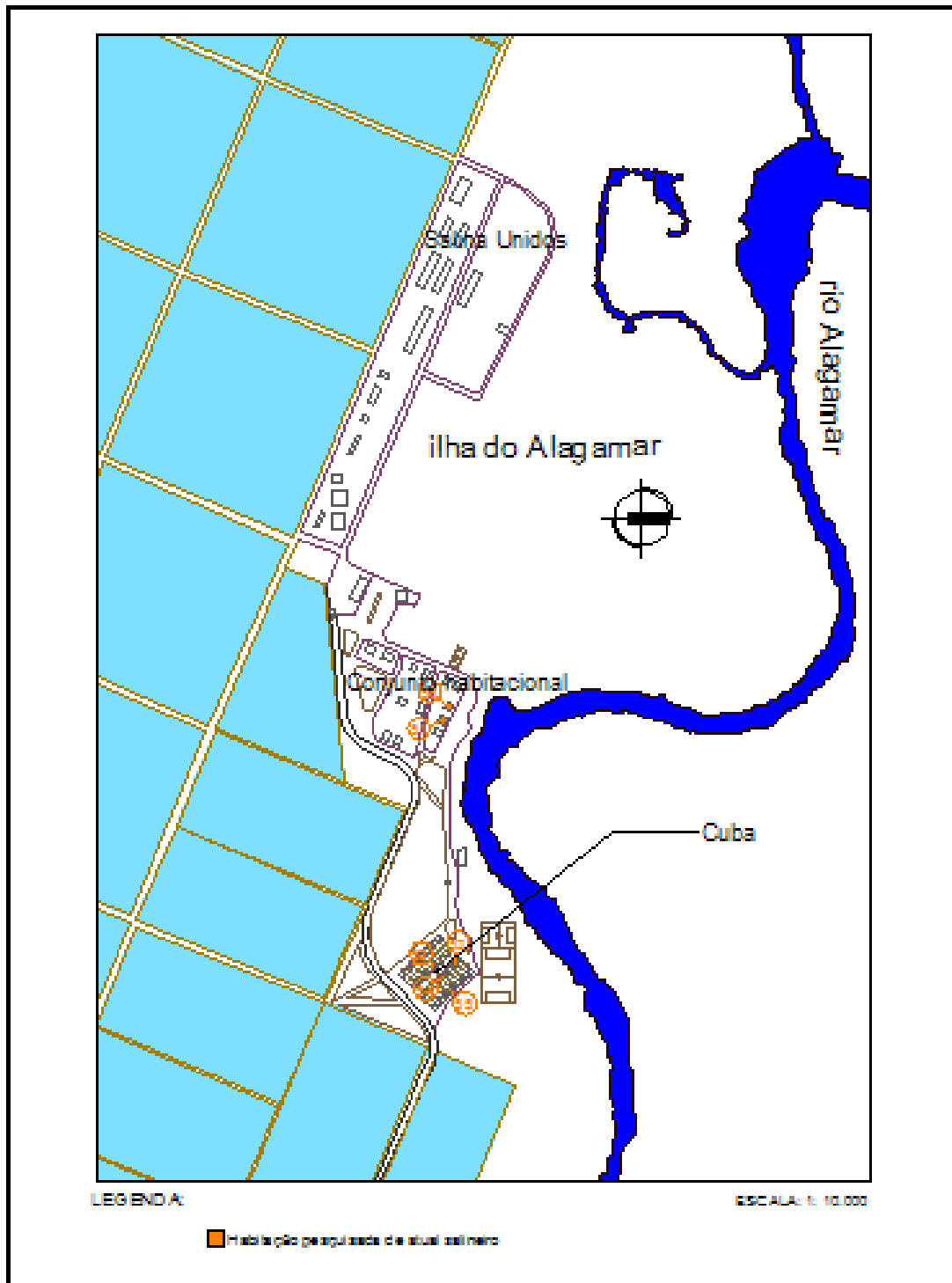
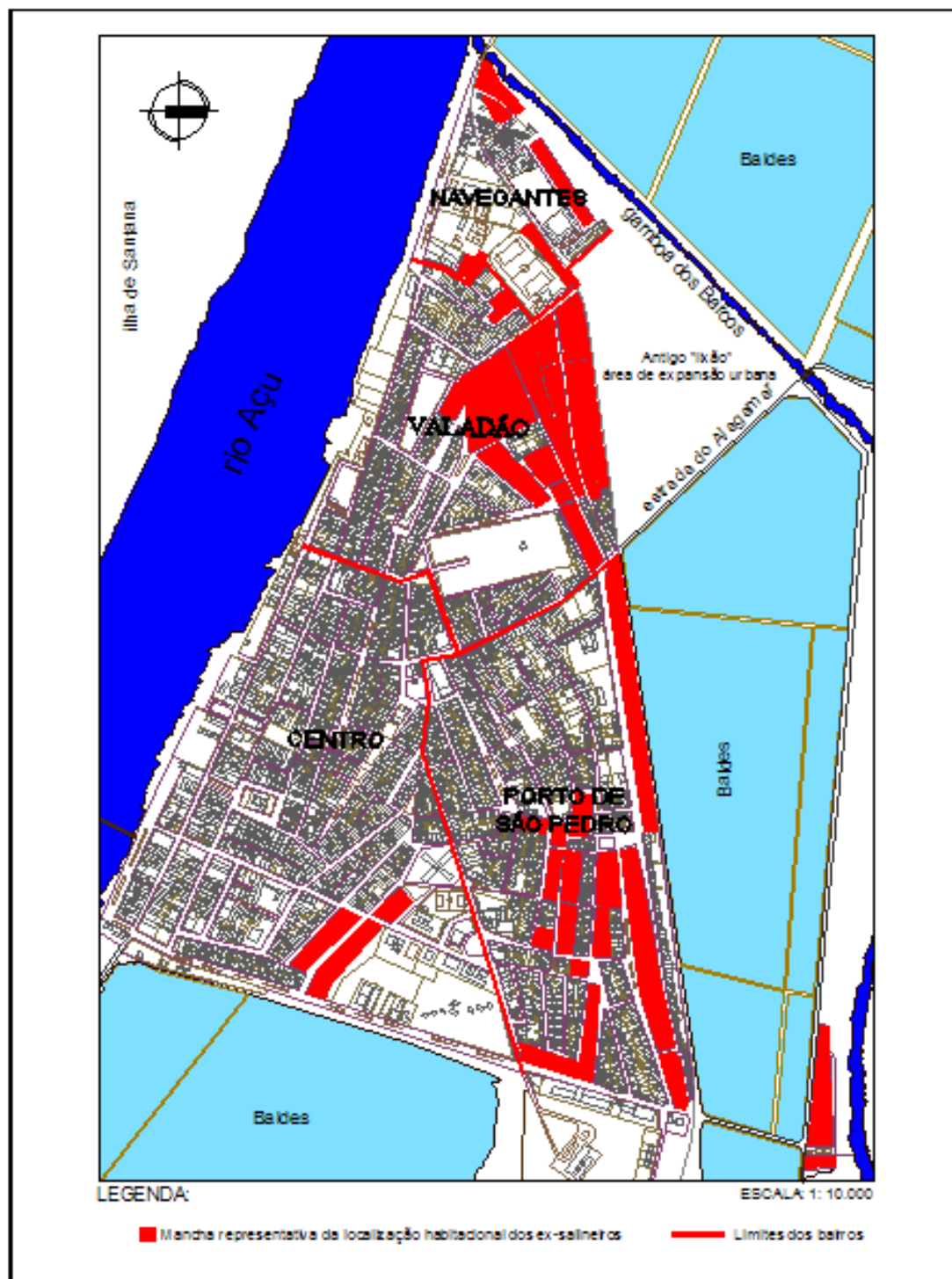


Figura 49 - Conjunto habitacional na ilha do Alagamar
Localização residencial dos atuais salineiros



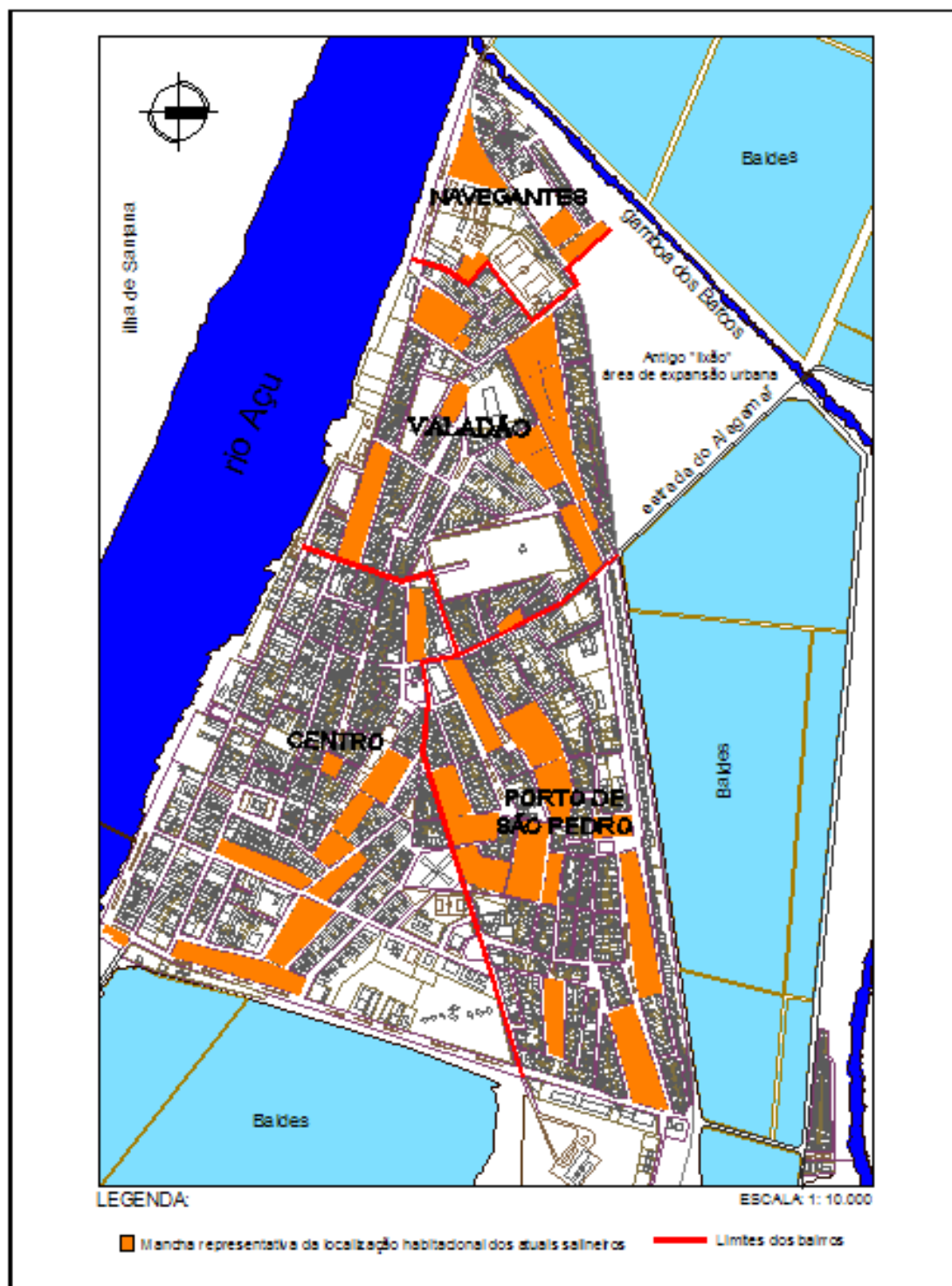
Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: Elaboração própria com auxílio de foto de satélite (concedida pelo ICGMA, 2002).

Figura 50 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Mancha representativa da localização habitacional dos ex-salineiros



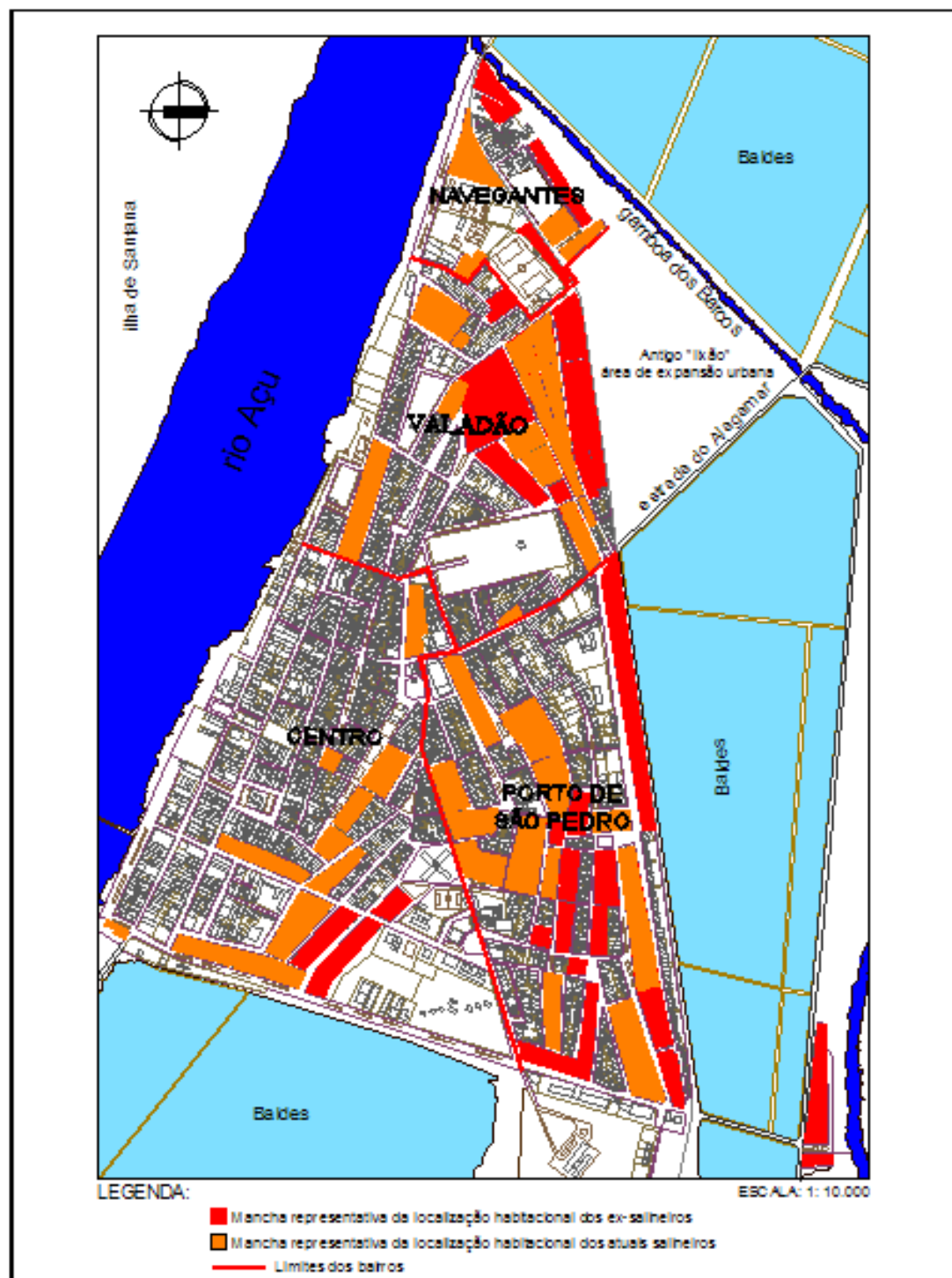
Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedida pelo IDB/A, 2002.

Figura 51 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Mancha representativa da localização habitacional dos atuais salineiros



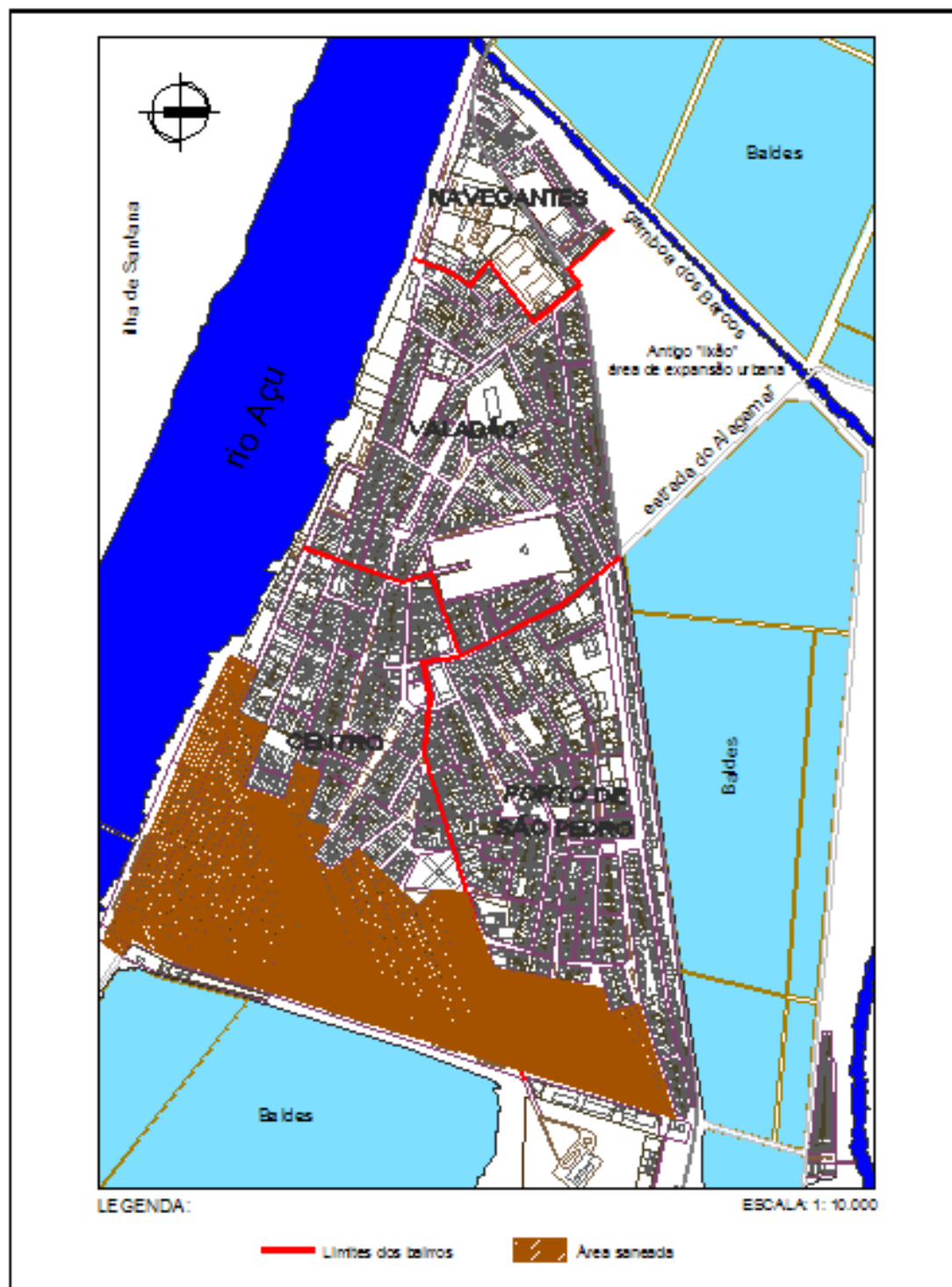
Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedida pelo IDEMA, 2002.

Figura 52 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Mancha representativa da localização habitacional dos salineiros



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento em campo realizado em setembro/novembro de 2004.
Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedida pelo ID BIA, 2002.

Figura 53 - Perímetro urbano atual da cidade de Macau
Área onde foi realizado o saneamento básico



Fonte: Elaboração própria a partir do mapeamento realizado pela CAERN em novembro de 2004.
Mapa Base: mapa digitalizado do município de Macau cedido pela CAERN com atualização e complementação realizadas pelo autor com auxílio de foto do satélite Ikonos cedido pelo IDBIA, 2002.

Este fato confirma a teoria, aqui, desenvolvida ao comprovar com a realização do mapeamento das habitações dos trabalhadores das salinas, a ocupação concentrada destes trabalhadores na periferia urbana da cidade. Além disto, ao comparar a localização de diferentes gerações de trabalhadores das salinas, tendo sido confirmado uma mesma localidade para ambos os grupos, têm-se, então, ratificada a destinação desta área como *locus* de reprodução da força de trabalho da indústria salineira.

Perfil sócio-econômico

A avaliação dos questionários aplicados a partir da elaboração dos quadros (ver Anexo) onde são abordadas diversas variáveis que compõem o perfil sócio-econômico de uma população composta pelos trabalhadores das salinas e suas famílias demonstra certa equiparação e nivelamento das condições sociais e econômicas para os diferentes grupos.

No que se refere ao número de famílias ocupando uma mesma residência, ambos os grupos apresentam somente 1 família por residência e, geralmente, essa família é formada por até 4 membros.

O tempo de moradia destas famílias nas habitações visitadas, em sua maioria, não supera o período de 10 anos. (ver Quadro 01) Além disso, Verifica-se uma baixa densidade demográfica, não havendo, portanto, problemas relacionados com alto índice de adensamento de pessoas numa habitação. Para o Grupo I, esta densidade manteve-se em torno de 0,08hab/m² (média obtida dividindo-se o número total de moradores por grupo pelo somatório da área útil construída de suas habitações). Para o Grupo II, esse índice teve um pequeno decréscimo permanecendo em 0,06hab/m². (média obtida dividindo-se o número total de moradores por grupo pelo somatório da área útil construída de suas habitações) (ver Quadros 4.2-I e 4.2-II em Anexo)

Esta afirmação é reforçada com o dado que relaciona o número de moradores por dormitório. No Grupo I, a relação se deu de 1 morador por dormitório. Já o Grupo II, houve um empate técnico das faixas de 1 morador por dormitório e 2 moradores por dormitório. De qualquer forma, é um dado que reflete que o problema nestas habitações não reside na falta de espaço. (ver Quadros 4.1-I e 4.1-II em Anexo)

Com relação ao trabalhador – chefe da família –, é, predominantemente, do sexo masculino. No Grupo I, sua faixa etária é acima de 60 anos. Já no Grupo II, a faixa etária é menor, pertencente ao intervalo de 40 a 49 anos.

A respeito de suas naturalidades, verifica-se uma total divergência entre os grupos. Enquanto no Grupo I, 70% não são naturais do município de Macau, indicando a vinda para a cidade para servir como mão-de-obra na atividade salineira, no Grupo II, 72% tem naturalidade macauense.

O analfabetismo é marca característica presente no Grupo I, fato comprovado pelo alto índice de 78% correspondente àqueles que não sabem ler nem escrever e sem nunca ter freqüentado uma escola. Tal constatação é fruto do fato do trabalho executado por esta mão-de-obra ser, eminentemente, braçal e sem nenhuma qualificação técnica e profissional, além, evidentemente das condições sociais, sobretudo educacionais, do País a 4 ou 5 décadas atrás.

No Grupo II, este alarmante quadro foi, felizmente, revertido, pois 93% dos trabalhadores pertencentes a este grupo sabem ler e escrever onde 37% completaram o ensino médio. (ver Quadro 01)

QUADRO 01 – RESUMO COMPARATIVO¹⁶				
CARACTERIZAÇÃO DO MORADOR				
Variável analisada	Grupo I		Grupo II	
	Faixa predominante	%	Faixa predominante	%
Número de famílias por residência	1	82	1	93
Número de moradores por residência	Até 4	62	Até 4	75
Tempo de moradia (anos)	Até 10	55	Até 10	26
Sexo	Masculino	100	Masculino	95
Idade (anos)	Acima de 60	96	De 40 a 49	37
Nasceu neste município?	Não	70	Sim	72
Sabe ler e/ou escrever?	Não	78	Sim	93
Qual o grau de escolaridade?	Não frequentou a escola	78	Ensino médio completo	37
Condição de ocupação	Aposentado	70	Ocupação remunerada	100
Qual a participação na renda econômica Familiar?	Co-responsável	58	Principal responsável	53
Possui quantos trabalhos?	Não tem	94	Somente 1	82
Tem carteira assinada?	Não	94	Sim	98
Qual a renda no trabalho principal? (salário mínimo)	1	84	1	53
Qual a renda econômica familiar?	Até 2	60	1	30

Fonte: Elaboração própria, 2004.

Observando-se a questão econômica, vê-se que as condições gerais da renda familiar de ambos os grupos analisados não são animadoras. Suas rendas baseiam-se em 1 a 2 salários mínimos. Os ex-salineiros que representam o Grupo I, recebem, de forma prevalecente, 1 salário mínimo – fruto de uma aposentadoria conseguida à duras penas.

¹⁶ Estas variáveis encontram-se detalhadas nos quadros, em anexo, construídos a partir das análises dos questionários aplicados.

A complementação da renda familiar deste trabalhador deve-se ao acréscimo do salário mínimo recebido por suas esposas, ou ainda, em forma de pensão quando estas já faleceram, já que a complementação via desenvolvimento de ocupação remunerada é difícil em face da idade avançada e das conseqüências físicas do trabalho nas salinas tradicionais que tanto o consumiu. Com relação aos funcionários da Salinor, seus ordenados variam de acordo com as funções desempenhadas seguindo uma rígida hierarquia de cargos na empresa. De maneira geral, aqueles que não são técnicos, engenheiros ou chefes de setores, ganham, em sua maioria, à exemplo do Grupo I, 1 salário mínimo, com um agravante: a renda familiar depende fundamentalmente deste salário, uma vez que suas esposas, geralmente, não possuem emprego, cuidando, apenas, das tarefas domésticas. Deste modo, muitos precisam complementar sua renda desenvolvendo outras atividades o que gera um conflito, já que o serviço na salina consome muito do seu tempo.

Caracterização da habitação

Uma vez analisado o conteúdo – aspectos sociais e econômicos das famílias dos trabalhadores das salinas –, é hora de deter-se ao continente, ou seja, os espaços que abrigam estas famílias: o entorno (aspectos locacionais da habitação) e a unidade habitacional (aspectos legais e tipológicos da habitação).

Aspectos locacionais

A análise do entorno é aqui tratada como características locacionais da habitação. Neste item são levantadas questões como: a existência ou não de determinados serviços e equipamentos públicos nos bairros ocupados por estas famílias, como por exemplo: o calçamento, coleta de lixo, abastecimento d'água entre outros.

A análise dos questionários mostra a presença de pavimentação das ruas, predominantemente, calçadas com paralelepípedo, assim como a realização da coleta pública do lixo doméstico. (ver Quadro 02) No que se refere ao abastecimento d'água, este é feito por meio de uma rede geral, assim como a iluminação pública. Ambos atendem toda a extensão do perímetro urbano. (ver Quadro 02)

Além da presença destes serviços, observou-se a existência de equipamentos educacionais e de saúde. Registrada as presenças é, agora, vez de apontar as carências observadas e suas conseqüências. Tais carências são notadas, principalmente, na inexistência, apontada, de forma quase unânime por parte dos entrevistados, dos equipamentos públicos como: equipamentos culturais e centros comunitários. A ausência destes equipamentos implica, necessariamente, no impedimento do desenvolvimento da “individualidade” e do poder de organização e mobilização social desta população, amputando as pernas que conduzem o indivíduo da condição de “consumidor” à condição de “cidadão”. Sobre o conceito de consumidor, Santos assim se expressa:

O consumidor (e mesmo o eleitor não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas. (SANTOS, 2002, p.42)

Outra questão que impede a transição do indivíduo da condição de “consumidor” à “cidadão”, é a distribuição desigual da informação (SANTOS, 2002). Estar na periferia significa dispor de menos meios de acesso às fontes de informação (biblioteca, livraria, universidade), assim como dos agentes que detêm o poder decisório sobre a coletividade (prefeitura, fórum). Sobre esta questão a inclusão digital se coloca, atualmente, como um avanço no sentido de permitir uma maior distribuição da informação.

Porém, verificou-se que isto é uma realidade ainda muito distante. No Grupo I, 74% não possuem nem linha telefônica quanto mais acesso à informação digital. Já o Grupo II, apresenta 50% das habitações com linhas telefônicas e um pequeno percentual incipiente com acesso a internet.

Talvez a maior carência encontrada na periferia urbana de Macau, por se tratar de um elemento básico, diretamente relacionado ao bem estar social e a saúde pública, seja a falta de saneamento. Os dados coletados demonstram a falta de um sistema de esgoto sanitário, implicando na destinação deste material em fossas negras, sendo a água servida despejada, comumente, nas ruas, correndo por entre o meio-fio e a pavimentação da via pública em direção às valas que por sua vez, jogam-na no rio Açu (ver Figuras 54 e 55).

Este quadro – que fere a dignidade humana, expondo o ser humano a condições que põem em risco sua vida e que, por fim, ridiculariza nossa Constituição –, é marca característica da cidade de Macau, a qual tem incorporada ao cheiro salgado de seu chão, a fedentina da lama corrente em suas ruas. (ver Quadro 02)

Felizmente, no ano de 2004, deu-se início a obra de saneamento da cidade de Macau. Infelizmente, o prazo inicial para o término da obra já se esgotou e, ela não foi concluída.

Tal fato não causa tanto espanto já que tornou-se uma prática corriqueira no País obras públicas e, até privadas, inconclusas. O que causa, realmente, espanto é a falta de sensibilidade dos nossos governantes em iniciar tal obra, pelo Centro da cidade ao invés dos bairros periféricos que são mais carentes de tais serviços e que, certamente, abriga uma população mais necessitada a qual com a implantação do saneamento seria de maior serventia. (ver Figura 53)

Como conseqüência deste quadro, estar, além das doenças causadas por esta moléstia, a proliferação de ratos e insetos apontada, de forma prevalecente, pelos dois grupos abordados. Como se não bastasse, há, ainda, o agravamento desta situação com a inexistência do programa federal de saúde familiar que deveria atuar na promoção da saúde e prevenção de doenças. (ver Quadro 02)



Figura 54 – Vista do encaminhamento da água servida para vala que despeja no Rio Açú.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 55 – Vista mostrando a água servida sendo despejada na via pública.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Um ponto contraditório observado na análise dos dados, refere-se à presença ou não de áreas verdes na periferia urbana da cidade. O Grupo I, com 56%, afirma não haver, ao passo que, 80% das respostas fornecidas pelo Grupo II, são positivas.

Buscando-se uma explicação para tal contradição, encontra-se nas condições em que se verificam tais áreas verdes a resposta mais plausível. As poucas praças e canteiros existentes na periferia urbana de Macau, encontram-se em péssimos estados de conservação e sem arborização adequada que propicie áreas de sombreamento e lazer. Fato este que gera certa dificuldade na identificação por parte da própria população de que tais áreas sejam, realmente, áreas verdes ou não.

A incerteza não se restringe a identificação de uma área verde. A incerteza é, também, demonstrada na insegurança apontada pelos dois grupos, evidenciada pela ausência de postos policiais. (ver Quadro 02)

Quando perguntado sobre a frequência dos deslocamentos ao Centro da cidade, obteve-se respostas opostas. O Grupo I, com um índice de 60%, revelou ir raramente ao centro da cidade, talvez em razão da idade já avançada desta população. O Grupo II, com 57%, afirmou ir ao Centro da cidade constantemente para resolver assuntos particulares, ir ao banco, Prefeitura e etc.

QUADRO 02 – RESUMO COMPARATIVO¹⁷				
CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO: aspectos locacionais				
Variável analisada	Grupo I		Grupo II	
	Faixa predominante	%	Faixa predominante	%
Tipo de pavimentação da rua?	Paralelepípedo	82	Paralelepípedo	55
Quanto ao destino do lixo	Coleta pública	96	Coleta pública	97
Quanto ao destino do esgoto sanitário?	Fossa negra	92	Fossa negra	62
Qual a forma de abastecimento d'água?	Rede geral	100	Rede geral	100
Sua rua dispõe de energia elétrica?	Sim	100	Sim	100
Sua habitação dispõe de linha telefônica com acesso a internet	Não	74	Somente linha telefônica	50
Existe algum equipamento cultural instalado em seu bairro?	Não	92	Não	78
Existem problemas com a proliferação de ratos e/ou insetos em sua rua?	Sim	84	Sim	75
Existe posto de saúde em seu bairro?	Sim	54	Sim	70
Existe posto policial em seu bairro?	Não	60	Não	92
Existem áreas verdes em seu bairro?	Não	56	Sim	80
Existe centro comunitário em seu bairro?	Não	98	Não	93
Existem creches ou escolas em seu bairro?	Sim	84	Sim	90
Existe programa de saúde familiar em seu bairro?	Não	98	Não	98
Com que frequência vai ao Centro da cidade?	Raramente	60	Constantemente	57

Fonte: Elaboração própria, 2004.

¹⁷ Estas variáveis encontram-se detalhadas nos quadros, em anexo, construídos a partir das análises dos questionários aplicados.

Aspectos legais e tipológicos

Aqui, analisou-se a unidade habitacional em si, suas características legais – no que se refere às condições de aquisição e quitação do imóvel pelo proprietário –, e tipológicas – que dizem respeito à classificação da habitação em relação à espécie, tipo, usos, grau de conservação, materiais utilizados, número de cômodos, taxa de ocupação no terreno, densidade demográfica, densidade de moradores por dormitório e lote padrão.

As habitações pesquisadas são classificadas como particular permanente, do tipo casa. São edificações térreas, construídas com materiais duráveis, contendo de 6 a 10 cômodos sendo 2 deles, destinados à dormitório. A condição do imóvel como do terreno é caracterizado como próprio – já pago. Em sua maioria, é destinada, exclusivamente, ao uso residencial. (ver Quadro 03)

No que se refere ao grau de conservação, verifica-se um melhor estado das habitações do Grupo II o qual apresenta um total de 52% das habitações em bom estado e apenas 18% num estado precário. (ver Quadro 2.10-II em Anexo) Ao passo que no Grupo I, o estado de conservação das edificações se concentra no conceito intermediário com 62%, e, apresentando o conceito precário para 28% de suas habitações, correspondendo a quase um terço do total. (ver Quadro 2.10-I em Anexo) (ver Figuras 58, 59, 61, 62 e 63)

Na avaliação realizada, verificou-se um grande contraste entre as habitações analisadas, com exemplares que variam desde a extrema condição de deterioração e degradação das condições habitacionais até a comodidade de uma residência planejada para garantir todo o conforto e funcionalidade possíveis. Como é o caso das habitações do conjunto localizado na ilha de Alagamar ocupado por uma minoria de trabalhadores da empresa Salinor. Estas residências apresentam-se divididas em 4 padrões tipológicos, onde a destinação de cada tipologia obedece a uma hierarquia de cargos, onde os melhores padrões são ocupados pelos técnicos, engenheiros e chefes de setores.

De modo geral, são boas construções, apresentando o bom estado de conservação. Estas casas térreas, isolada de ambos os lados e com terrenos de boas proporções. O piso é de madeira (taco) e cerâmica. As paredes são de alvenaria rebocada e pintada. A cobertura é composta por telha de fibro-cimento fixada e sustentada por tesouras de madeira. Internamente esta cobertura é escondida por um forro de madeira. (ver Figuras 37 e 40)

Externamente, ela é encoberta pela platibanda de alvenaria. Suas esquadrias são de vidro e madeira. Verifica-se, além das esquadrias, o uso de painéis de elementos vazados. A divisão interna de seus ambientes é pensada de modo a garantir uma boa funcionalidade, sendo bem definida e delimitada as áreas: social, íntima e serviço.

A situação oposta, onde se verificam os casos mais graves e preocupantes deram-se dentro dos 28% das habitações consideradas precárias pertencentes aos ex-salineiros do Grupo I. Nestes casos, a construção apresentou sinais contundentes de desgaste de sua estrutura física.

O chão, geralmente, de terra batida apresenta baixas e fissuras onde se acumulam impurezas, além de não combater a umidade do solo. Nas paredes corroídas, pode-se ver a alvenaria que sem proteção do reboco e da pintura, também se deteriora. (ver Figuras 58 e 59)

O velho telhado sustentado por carnaúbas evidencia falhas e imperfeições em sua constituição, necessitando de reparos o qual, por sorte, não enfrenta muitas chuvas durante o ano.



Figura 56 – Vista externa da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 57 – Vista interna da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro, no Porto da Pescaria.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 58 – Vista interna da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 59 – Vista externa da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 60 – Vista externa da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 61 – Vista interna da residência de ex-salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 62 – Vista externa da residência de ex-salineiro localizada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 63 – Vista interna do corredor de acesso à residência de ex-salineiro localizada no Centro da cidade.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 64 – Vista externa da residência de salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 65 – Vista interna da residência de salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 66 – Vista externa da residência de salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.



Figura 67 – Vista interna da residência de salineiro localizada no Porto de São Pedro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

QUADRO 03 – RESUMO COMPARATIVO¹⁸				
CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO: aspectos legais e tipológicos				
Variável analisada	Grupo I		Grupo II	
	Faixa predominante	%	Faixa predominante	%
Espécie	Particular permanente	100	Particular permanente	100
Tipo	Casa	100	Casa	100
Número de cômodos	De 6 a 10	72	De 6 a 10	77
Número de dormitórios	2	54	2	62
Condição	Próprio – Já pago	94	Próprio – já pago	73
Condição do terreno	Próprio	94	Próprio	73
Há outro uso do imóvel além do residencial?	Não	92	Não	90
Material da cobertura	Durável	100	Durável	100
Material das paredes	Durável	100	Durável	100
Estado de conservação do imóvel	Regular	62	Bom	52
Número de pavimentos	1	95	1	90
Tipo de recuo	Posterior	68	Posterior	75

Fonte: Elaboração própria, 2004.

Organograma habitacional representativo da periferia urbana da cidade de Macau

Baseado nos levantamentos físicos e fotográficos realizados em 110 casas, sendo 104 destas, localizadas em Macau, estando, em sua grande maioria, inseridas na periferia urbana desta cidade, como demonstrou o item Localização espacial, elaborou-se, aqui, um organograma habitacional representativo destas habitações. A elaboração deste organograma foi possível graças à observação da semelhança no conteúdo programático, assim como, da própria estrutura de distribuição dos ambientes internos das habitações pesquisadas.

¹⁸ Estas variáveis encontram-se detalhadas nos quadros, em anexo, construídos a partir das análises dos questionários aplicados.

Esta semelhança observada vai além do programa e disposição dos ambientes internos, está, também, presente em termos volumétricos e na própria constituição dos materiais utilizados.

Às observações das estruturas e conteúdos programáticos dos exemplares habitacionais visitados, adicionou-se mais alguns dados como: o cálculo do lote padrão (média aritmética, feita por grupo, de todas as larguras e comprimentos dos terrenos onde se encontram as edificações pesquisadas a qual, pelo uso de uma nova média aritmética com os valores achados por grupos, chegou-se as dimensões do que seria o lote padrão da periferia urbana de Macau) (ver cálculo do lote padrão em Anexo); a relação que indica o número predominante de cômodos (ver Quadros 2.3-I, 2.3-II em Anexo), assim como, a relação que mostra o número de dormitórios predominantes nas habitações analisadas (ver Quadros, 2.4-I e 2.4-II em Anexo); e, por fim, as taxas prevalecentes para ocupação do lote. (ver Quadro 4.3-I e 4.3-II em Anexo)

Baseado na conjunção destes dados, pôde-se, enfim, elaborar um organograma interpretativo do que é a realidade habitacional da periferia urbana da cidade de Macau (ver Figura 56).

O organograma é composto, inicialmente, por um espaço chamado Área – local destinado a receber visitas não íntimas ao núcleo familiar, assim como, visitas rápidas. Saindo deste cômodo, chega-se à Sala – caracterizada por ser um local de convívio e lazer da família, onde pode-se receber convidados que se pressupunha existir intimidade. É neste local onde, geralmente, fica a televisão – aparelho responsável pela aglutinação, comumente à noite, da família para assistir às novelas. (ver Figura 56)

Deste cômodo tem-se acesso a um dos dois quartos e ao corredor que por sua vez dá acesso ao outro quarto e à cozinha. O primeiro quarto, com janela para rua, é, predominantemente, ocupado pelo proprietário da casa. Enquanto que o segundo é ocupado pelos filhos. No final da casa está a cozinha – cômodo em que se realizam as atividades domésticas e refeições diárias.

Neste local, verifica-se também, durante as refeições o contato mais íntimo da família. Deste ambiente, tem-se acesso ao único banheiro da habitação, como também, ao serviço – local destinado, geralmente, à lavagem de roupas que posteriormente são estendidas no varal no quintal (área livre) e engomadas na própria cozinha. (ver Figura 56)

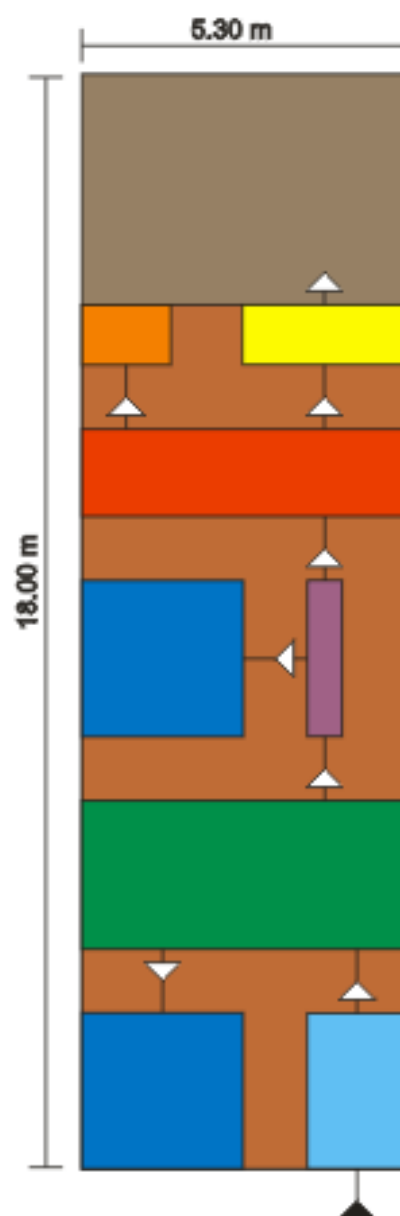
Para completar a caracterização, além da descrição da estrutura organizacional da habitação da periferia urbana de Macau, é importante destacar sua volumetria e indicar seus materiais construtivos. Com relação à volumetria, esta habitação é caracterizada por ser um volume retangular com um comprimento, pelo menos, 3 vezes maior que sua largura. Este volume é abrigado por uma cobertura em duas águas, estando a cumeeira paralela a seu comprimento. Em alguns casos, esta cumeeira fica escondida por uma platibanda, já em outros casos permanece à mostra.

A este volume, juntam-se outros tantos que, horizontalmente e sem espaços entre eles, vão formando a volumetria do quarteirão e espalhando-se por toda a periferia da cidade. Os materiais construtivos empregados nestas habitações são: piso de chão batido, cimento queimado ou cerâmica; paredes de alvenaria, às vezes rebocada, às vezes rebocada e pintada, às vezes nua (sem revestimento); o telhado é constituído por telha cerâmica do tipo colonial com estrutura em madeira barata, observando-se, em alguns casos, a utilização da carnaúba – madeira encontrada na região.

A finalidade desta caracterização da unidade habitacional da periferia urbana da cidade de Macau foi criar um símbolo gráfico representativo deste importante elemento construtivo que abrigou o trabalhador das salinas da cidade de Macau – o mais fraco e ao mesmo tempo mais forte agente social deste espaço urbano.

Figura 68 - Organograma habitacional representativo da Periferia urbana da cidade de Macau.

Legenda:



Fonte: Elaboração própria

6 – SEGREGAÇÃO: UMA GEOGRAFIA DE DOMINAÇÃO

Uma vez identificados os principais agentes sociais transformadores e modeladores do espaço urbano da cidade de Macau, assim como seus processos sociais e formas espaciais resultantes, constatou-se a necessidade de se descobrir qual o elemento responsável por equacionar e dar sustentação a co-presença de diversos agentes com diferentes práticas e objetivos atuando no espaço urbano? E, ainda, o que tornou possível a co-existência de distintas formas espaciais produzidas neste espaço urbano?

A conclusão a qual se chega é que o único elemento que satisfaz tal condição responde pelo nome de segregação social no espaço urbano, representando uma força vital e, portanto, essencial para o estabelecimento, funcionamento e manutenção desta estrutura. Esta parte do trabalho é dedicada à explicação deste fenômeno, assim como, sua atuação no espaço urbano da cidade de Macau.

Espaço urbano: campo de luta pelas “localizações”

Para Villaça (2001), existe, atualmente, um consenso de que o espaço urbano é algo produzido pelo trabalho social dispendido na criação de algo socialmente útil. Para este autor, trata-se de um equívoco a idéia de que a terra urbana é um dom gratuito da natureza e que por isso não tem valor ou não é possível controlar sua oferta. Trata-la dessa maneira, para Villaça (2001), é equipará-la ao ar, ou mesmo às águas tal como se encontram na natureza. Acrescenta ainda, que considerar a terra urbana produto não produzido, só porque sua base material o é, é o mesmo que reduzir um produto produzido à sua matéria-prima. Se a terra urbana é um produto, logo esse produto adquire um valor o qual o mercado trata de atribuir-lhe um preço – expressão monetária do valor.

Sobre esta questão, Villaça (2001) considera a existência de dois valores: o primeiro, com menor importância, é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. Já o segundo, é o valor produzido pela aglomeração, determinado pelos locais onde os objetos são produzidos e consumidos: as localizações no espaço urbano.

Dessa forma, Villaça (2001, p.74) apresenta uma questão fundamental do espaço urbano: a localização, ou seja, “[...] o valor de uso produzido pelo trabalho coletivo dispendido da construção da cidade.” Para ele, a localização urbana é um tipo particular de localização onde as relações somente podem existir com um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtos e dos consumidores entre os locais de moradias e os de produção e consumo.

A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. Chama atenção, entretanto, que o transporte de energia, as comunicações e a infra-estrutura podem inexistir no espaço urbano, como em aldeias primitivas ou em partes de espaços urbanos algumas décadas atrás. Já o transporte de pessoas não. Villaça (2001), deixa claro, que as condições de deslocamento do ser humano, associadas ao ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infra-estruturas desse mesmo ponto, sendo a acessibilidade o elemento mais importante na produção de localizações do que a própria disponibilidade de infra-estrutura. Sobre a questão da localização e acessibilidade no espaço urbano, Milton Santos (2002, p.81) assim se expressa:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* [grifo no original] vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* [grifo no original] poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.

Dessa forma, a terra urbana só interessa enquanto “terra-localização”, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade, sendo a “acessibilidade”, o valor de uso mais importante para a terra urbana.

Muito embora toda e qualquer terra o tenha, o grau maior ou menor de acessibilidade indicará o trabalho dispendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. (VILLAÇA, 2001) Sendo assim, os terrenos da periferia têm menos trabalho social incorporado em sua produção do que os do centro, ao passo que quanto mais central for o terreno, mais trabalho dispendido existirá na produção desta centralidade, desse valor de uso.

A segregação como estrutura do espaço urbano

Em seus estudos sobre a estrutura¹⁹ urbana das metrópoles brasileiras, Villaça (2001) revela que a segregação espacial dos bairros residenciais das elites é uma das características mais marcantes destas metrópoles, sendo, portanto, um processo fundamental para a compreensão de suas estruturas espaciais. Neste processo de segregação, marcado fundamentalmente pela concentração numa determinada região geral ou conjuntos de bairros da metrópole pelas camadas de alta renda, Villaça (2001) destaca a criação de sítios sociais muito particulares. Sobre o termo “sítio social”, Santos (1993, p.96) diz que:

Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quando aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alugar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

¹⁹ Villaça considera estrutura como sendo: “(...) *um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações.*” (BASTIDE, 1971, p.1, apud VILLAÇA, 2001, p.12)

Villaça (2001) lembra que para entendermos o funcionamento da estrutura espacial intra-urbana das metrópoles brasileiras e, portanto, o processo de segregação espacial de suas elites, é necessária a compreensão de dois fatos: 1) quando o autor afirma que existe uma tendência à concentração numa determinada região ou conjuntos de bairros no espaço urbano das camadas de alta renda, isso não implica necessariamente no impedimento da co-presença, nem do crescimento de outras classes no mesmo espaço. Ainda assim, fica caracterizada a concentração por parte das camadas de alta renda numa determinada região geral ou conjuntos de bairros da metrópole e, portanto, a segregação espacial. 2) O mais importante por se tratar da questão fundamental em que reside a chave para a compreensão do processo de segregação: por que a segregação dá-se a partir da concentração de bairros ocupados pelas camadas de alta renda numa determinada área da metrópole, e não, em bairros espalhados aleatoriamente por toda a cidade?

Sobre este questionamento, Villaça (2001) explica que se o principal motivo da segregação fosse a busca por posição social, *status*, proteção dos valores imobiliários, ou proximidades a “iguais”, bastaria haver, segundo ele, a segregação por bairros ocupados pelas camadas de alta renda espalhados aleatoriamente por toda a cidade. Isto, complementa o autor, não ocorre.

O que ocorre é a concentração destes bairros numa determinada área ou região da metrópole. A explicação para tal fato estar, nesta forma ser a única possível da elite exercer a “dominação do espaço urbano”, entendida por Villaça (2001, p.328), como sendo: “[...] *o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano.*”

A dominação do espaço urbano pela elite se apóia em dois aspectos que se complementam: a questão formal – além do padrão ser concentrado de disposição das camadas de alta renda no espaço urbano das nossas metrópoles, este, também, desenvolve-se segundo setores de círculo a partir do centro da cidade mantendo o acesso a este, possibilitando o seu controle. Além disso:

O deslocamento de nossas burguesias segundo setores e não círculos concêntricos decorre também de suas diminutas dimensões e do enorme desequilíbrio entre as classes sociais existentes no Brasil. Nos países do Primeiro Mundo, as classes médias são enormes, constituem a maioria da população e não só formam círculos concêntricos, como se deslocam mais ou menos igualmente, mantendo, assim o padrão de círculos concêntricos. (VILLAÇA, 2001, p.153)

O segundo aspecto é o controle por essa elite de três mecanismos: 1) um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; 2) outro de natureza política – o controle do Estado, com a localização dos seus aparelhos, da produção da infra-estrutura e da legislação urbanística; 3) a ideologia – “[...] *aquela versão da realidade social dada pela classe dominante com vistas a facilitar a dominação. Essa versão tende a esconder dos homens o modo real de produção de suas relações sociais. Por intermédio da ideologia, a classe dominante legitima as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.*” (VILLAÇA, 2001, p.343)

E quais são as vantagens advindas da dominação do espaço urbano tão obstinadamente perseguidas pela elite? Sobre esta questão Villaça (2001) argumenta que são várias as vantagens obtidas com este processo, que vão desde a concentração do oferecimento da infra-estrutura (com destaque para o sistema viário que possibilita a otimização da acessibilidade desta área ao centro) que somente é possível graças à questão formal descrita há pouco, ao passo que numa situação hipotética de dispersão da elite em diferentes áreas da cidade, este oferecimento da infra-estrutura teria que abranger praticamente toda a cidade para atender a elite; até o mais importante beneficiamento observado por Villaça que trata-se do controle na otimização do tempo gasto nos deslocamentos humanos.

[...] é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. [...] O benefício ou recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento. As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento. Ao fazê-lo, tornam piores as condições de deslocamento das demais classes. (VILLAÇA, 2001, p.328)

Sobre este aspecto, Villaça (2001, p.333) fala que *“A disputa por localizações é uma disputa pela otimização (não necessariamente minimização) dos gastos de tempo e energia.”* Porém lembra ele, que há uma diferença vital entre o dispêndio de tempo e o de energia: a energia é recuperável e até mesmo armazenável, já o tempo não. Daí a afirmação de que: *“A mais poderosa força que atua sobre a estruturação do espaço urbano é o controle do tempo de deslocamento do ser humano.”* (VILLAÇA, 2001, p.357)

Para concluir, é importante observar que a forma com que está estruturado o espaço urbano de nossas metrópoles é baseada na segregação, como meio de dominação espacial que viabiliza a apropriação desigual por parte das camadas de alta renda dos frutos do trabalho despendido na produção deste espaço.

Neste sentido, a segregação é um processo necessário para que haja esse domínio, podendo ser definida como *“[...] uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa exerce sua dominação através do espaço urbano”*. (VILLAÇA, 2001, p.360)

O resultado desta dominação apresenta implicações tanto do ponto de vista das “localizações” dentro do espaço urbano, como também, no que se refere à constituição física da cidade. No que se refere a “localização”, as camadas de alta renda ocupam os melhores “pontos” da cidade, otimizando o tempo despendido nos seus deslocamentos diários.

No que se refere à fisionomia de “suas áreas”, imprimem a estas um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano. Embora o cotidiano dessa elite se dê, fundamentalmente, neste espaço, construído para ela e cada vez mais abastecido para suprir suas necessidades, proporcionando todo o conforto possível, é passada a idéia de que este espaço é a cidade e o resto sua periferia como forma de justificar e tornar natural cada vez mais a sua hegemonia.

A segregação social na terra do sal

Villaça (2001) mostra em seus estudos que os conflitos sociais no espaço urbano são motivados pela disputa por localizações. Dada uma localização, esta determinará o grau de acessibilidade deste ponto aos demais pontos da cidade, principalmente, ao Centro. Sendo a acessibilidade, apontada por Villaça (2001), o bem maior que o espaço urbano pode oferecer.

Em Macau, a luta pelas localizações tem início com a chegada, instalação e formação do seu principal e mais poderoso agente social: a indústria salineira. Em sua instalação, este agente escolheu não a cidade de Macau, mas a região onde está, acanhadamente, situada a cidade, tornando-se a detentora de grande parte de suas terras, inclusive, como já foi dito, da área onde está localizada a cidade de Macau.

Uma vez instalada e de posse de grande parte das terras, este agente escolheu seletivamente as melhores áreas para o desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e extração do sal marinho. As “sobras” que restaram desta escolha couberam a cidade. E assim, tem início o processo de segregação social na terra do sal, exatamente com a escolha e ocupação das áreas destinadas à produção do capital pela indústria salineira, segregando a própria cidade.

É bem verdade que estas “sobras” ocupadas, hoje, pela cidade de Macau, constitui-se, também no interesse desta indústria que ao eleger suas áreas de produção e extração do sal, soube, sabiamente, “permitir” o crescimento da cidade, porque para ela – a indústria –, tal fato era imprescindível, já que a cidade seria o local gratuito de reprodução da sua força de trabalho, assim como de seu exército de reserva. Enquanto que o local de trabalho constitui-se no local de produção, o local onde se mora, constitui-se no local de reprodução. A cidade de Macau é importante para a indústria salineira, não por outro motivo, senão o de ser ela – a cidade –, o celeiro de sua força de trabalho. Macau até os dias de hoje, constitui-se numa cidade eminentemente operária e sua serventia para indústria salineira é nada mais nada menos do que ser a “senzala dos seus escravos”.

Nesta perspectiva, a ocupação da área onde está localizada a cidade pela indústria salineira, representa a manifestação espacial do processo de acumulação de capital, onde a cidade em si participa deste processo, essencialmente, como o *locus* da reprodução da força de trabalho.

A acumulação de capital, a produção de mais-valia, é a força que impulsiona a sociedade capitalista. Por sua própria natureza, a acumulação de capital necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada [grifo nosso], da expansão da atividade de circulação na medida em que mais produtos se tornam mercadorias e da expansão do campo de controle da classe capitalista. (HILL, 1977, apud GOTTDIENER, 1993, p.93)

Encravada em meio às áreas de salinas e delimitada por condições naturais assim como humanas – resultado das transformações e adequações da natureza pelo homem –, deu-se a cidade a qual ainda seria palco da disputa entre dois personagens: a elite e os trabalhadores do sal. Na disputa pelas “localizações” intra-urbanas, ou seja, dentro da cidade, a elite tratou de “criar” e “assegurar” sua permanência na área mais acessível da cidade e, ao longo do tempo, concentrou todos, ou quase todos, os investimentos de infra-estrutura e circulação de riquezas e mercadorias. Este lugar, fazendo jus a sua maior qualidade – a centralidade –, é denominado até hoje de Centro.

A verificação da presença desta elite no Centro da cidade ficou evidenciada, aqui, nos registros fotográficos de exemplares de suas habitações concentradas neste Centro. Tais construções destacam-se por apresentar materiais de acabamento, grau de conservação e estilo diferenciados das demais. Já a ocupação da periferia urbana pelos trabalhadores das salinas ficou comprovada pelo mapeamento realizado de suas habitações.

A ocupação do Centro pela elite fez criar na cidade de Macau o mais conhecido padrão de segregação: Centro x Periferia. Onde o primeiro é dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, sendo ocupado pelas classes de mais alta renda. Já a segunda, sub-equipada, é ocupada pelos excluídos, onde o espaço atua como um mecanismo de segregação. (ver Figura 69)

Não há nesta estrutura espacial o chamado setor de círculo descrito por Villaça (2001) pois não há mobilidade dos agentes sociais. As diferentes formas espaciais construídas por tais agentes encontram-se bastante cristalizadas e definidas.

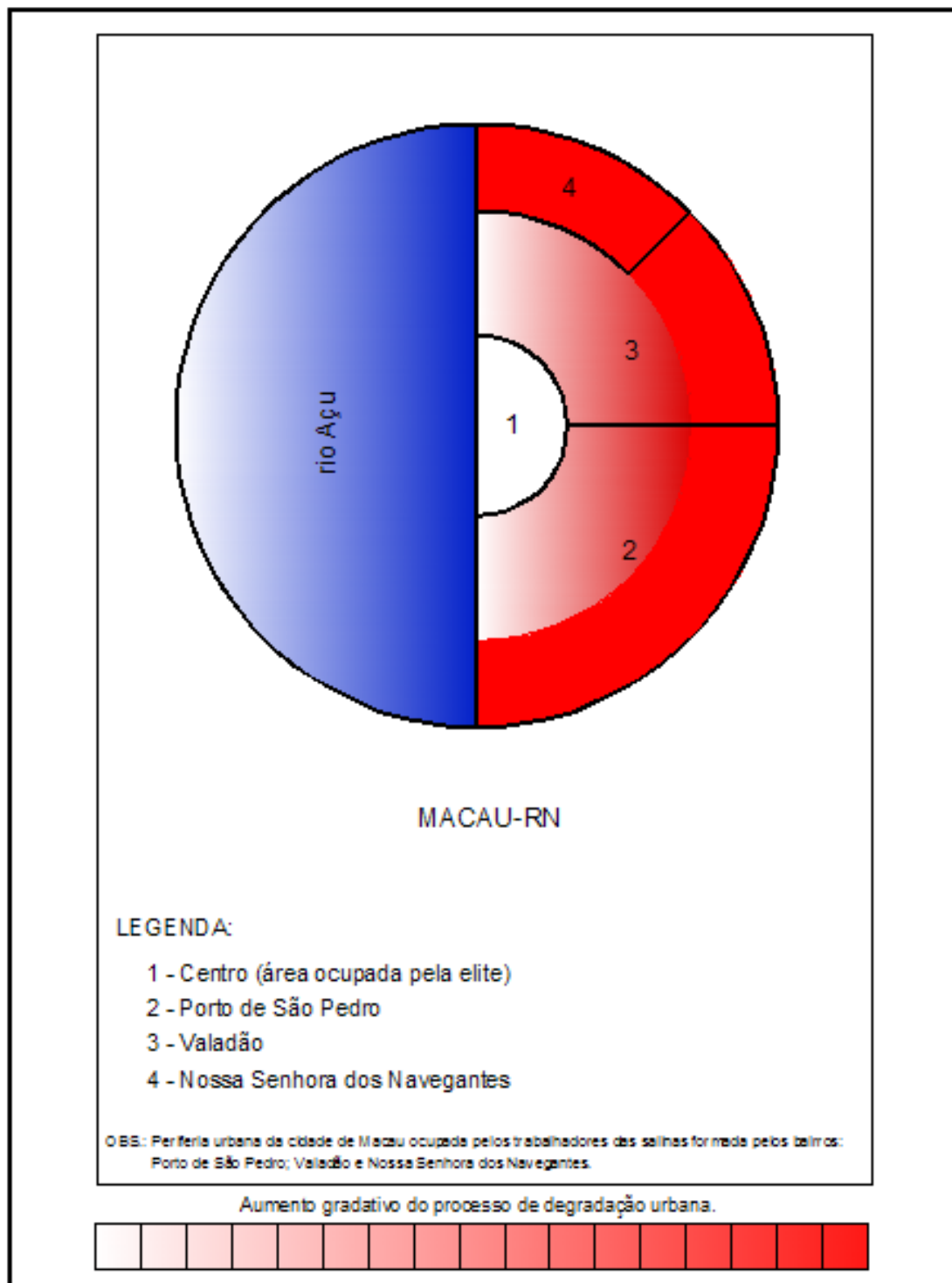
Segundo Corrêa (2000), este padrão caracterizado pela segregação da elite junto ao centro, enquanto os pobres ocupavam a periferia, foi representado graficamente pelo geógrafo alemão J. G. Kohl em 1841, com base na distribuição das classes sociais nas cidades europeias numa época, salientada por este autor, em que “[...] *os efeitos do capitalismo sobre a organização espacial não se faziam sentir plenamente: tratava-se, em realidade, da cidade pré-industrial.*” (CORRÊA, 2000, p.66) A explicação para a ocorrência deste padrão de segregação residia no fato de que:

[...] a mobilidade intra-urbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância. A localização central da elite se devia, pois, a uma questão de acessibilidade às fontes de poder e de prestígio. (CORRÊA, 2000, p.68)

Como a segregação é um processo dialético – já que à medida que há a segregação de uns, há também, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação dos outros –, quando as camadas de alta renda se segregarem numa determinada área da cidade, automaticamente, segregam as demais camadas no que restou dela. É o caso ocorrido na cidade de Macau, ao ocupar o Centro, a elite se auto-segrega, determinando, assim, a segregação das classes menos favorecidas na periferia urbana da cidade num tipo de segregação chamada de segregação imposta, como é o caso, por exemplo: dos trabalhadores das salinas.

Enfim, a segregação social na terra do sal constitui-se numa força vital para a estruturação, articulação e manutenção das ações engendradas ao longo do tempo por seus agentes sociais, materializadas no espaço urbano. Esta forma espacial específica do espaço urbano chamada segregação, além de reflexo das ações destes agentes sociais, é, também, condição necessária para a co-existência destas formas espaciais.

Figura 69 - Estrutura espacial representativa da segregação social na terra do sal.



Fonte: Elaboração própria.

Segregação, sim; guetos, não.

O conflito no espaço urbano dá-se pela luta por localizações, onde aqueles que possuem as melhores localizações possuem também o domínio sobre o espaço urbano, podendo, assim, exercer sua dominação. Tal é a importância do lugar ocupado pelo indivíduo no espaço urbano que a relação estabelecida entre o indivíduo e o lugar que ele ocupa expressa um valor: o valor do indivíduo. Onde este valor é maior quanto melhor é a localização deste indivíduo no espaço urbano.

Portanto para dois indivíduos em iguais condições físicas, intelectuais, sociais e econômicas, será mais ou menos cidadão aquele que ocupará um melhor ou pior ponto do território (SANTOS, 2002). De modo que as condições dadas não serão iguais, já que a componente territorial determinará um pior ou melhor indivíduo com menores ou maiores chances de crescimento na vida a partir de oportunidades que lhe serão apresentadas. Desta forma, aquele que possui uma melhor localização, possuirá também maiores e melhores oportunidades simplesmente pelo fato da componente territorial lhe facilitar o acesso aos bens e serviços os quais lhe são garantidos, mas que lhes faltam.

A esta situação de injustiça social ocasionada pela dimensão espacial resultante da organização das cidades brasileiras baseadas na segregação social (Villaça, 2001), é que devem recair as atenções daqueles que estudam as cidades.

Sobre este aspecto, as soluções que se colocam sejam, pelo menos a médio e curto prazo, não o combate à organização espacial em si – já que esta, como foi colocado em capítulo anterior que tratou deste assunto, é um produto social e, portanto, reflexo da sociedade onde uma mudança representa grandes, porém necessárias, e demoradas transformações as quais não se pode esperar tanto –, mas sim, o cuidado maior por parte de todos, sobretudo do poder público, às áreas segregadas da cidade.

Neste sentido, a aceitação e compreensão dos caminhos tomados por nossas cidades baseados na segregação social é o ponto de partida para o estabelecimento da justiça social no espaço urbano.

Uma vez aceito o fato de nossas cidades serem segregadas e identificadas tais áreas sociais é hora de impedi-las que além de serem segregadas, sejam também guetos esquecidos e ignorados por todos. Num primeiro momento é preciso estabelecer como afirma Marcuse (2004), a diferença entre a segregação socialmente aceitável da indesejável para então combater, prioritariamente, aquilo que não se deseja.

No que se refere à cidade de Macau, deu-se, aqui, um grande passo para a compreensão de sua organização espacial, sobretudo, na identificação das áreas segregadas e no alerta para que tais áreas não se tornem guetos. Para tanto, é necessária a descentralização dos investimentos públicos, estendendo-os a toda a cidade. É necessário tratar a cidade como um todo e não por partes com pesos e medidas diferentes.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender a organização espacial da cidade de Macau, mergulhamos em seu passado e perseguimos os seus mitos. Nas lembranças saudosistas dos nossos poetas e escritores da antiga Macau, descobrimos a chave para a compreensão de nossa realidade.

A nostalgia nos escritos escondia a origem de uma organização espacial segregada, dando indícios da formação e hegemonia de um centro ocupado por uma elite burguesa, intelectual e política, sobre os “subúrbios longínquos” separados por “enormes distâncias”. A descoberta desta incipiente configuração representou o esboço inicial para o entendimento da organização espacial da cidade de Macau.

Ainda mergulhado no passado, além da elite burguesa, intelectual e política, identificamos dois outros importantes personagens de nossa história: a indústria salineira e o trabalhador das salinas.

Retornando ao presente e de posse de uma bagagem histórica, era hora de nos debruçarmos sobre nosso objetivo. Agora com mais propriedade sobre este, foi iniciada a apreensão do objeto de estudo a partir da definição dos conceitos abordados e da identificação dos agentes sociais transformadores e modeladores do espaço urbano, assim como, das formas espaciais produzidas decorrentes das ações destes agentes. Sobre sua organização espacial a conclusão a qual se chegou é que o espaço urbano da cidade de Macau é um metal que protege uns e fere outros, forjado a partir da ganância da indústria salineira, esperteza de sua elite e trabalho do salineiro.

Uma vez identificados os agentes sociais e suas respectivas formas espaciais, foi dada uma atenção especial a este agente por se tratar do elemento mais fraco desta estrutura social.

Nesta ocasião pode-se comprovar sua localização nos bairros periféricos da cidade, além de evidenciadas as condições sócio-econômicas e habitacionais destes trabalhadores e suas famílias.

Após feito isto, sentiu-se, ainda, a necessidade de se questionar sobre como o espaço urbano conseguiu absorver diversos agentes com diferentes práticas e objetivos atuando no espaço urbano? E, ainda, o que tornou possível a co-presença de formas espaciais distintas neste espaço urbano?

De modo que a conclusão a qual se chegou é que o único elemento que satisfaz tal condição responde pelo nome de segregação social no espaço urbano, representando uma força vital e, portanto, essencial para o estabelecimento, funcionamento e manutenção desta estrutura.

Ao fim da busca que norteou todos os questionamentos e reflexões, aqui, desenvolvidas, chegamos, enfim, a um estado de espírito que percebe haver, ainda, a existência cada vez mais de perguntas do que respostas. Esse mesmo estado de espírito, embora cansado, percebe ter iniciado algo muito importante e, como todo o início, o fim parece estar muito longe. Porém, sabemos que é preciso começar.

Aquilo que pensamos ter iniciado com este trabalho nada mais é do que o pensar sobre a maior e mais complexa invenção humana: a cidade, em especial a cidade de Macau.

Este pensamento sobre a cidade aparece num momento muito oportuno, já que a cidade de Macau precisa se preparar para a elaboração do seu Plano Diretor Participativo com obrigatoriedade para municípios com mais de 20 mil habitantes, situados em regiões metropolitanas ou com vocação turística como preconiza o Estatuto da Cidade, considerado um das legislações urbanas mais avançadas do mundo.

Estamos, enfim, vivenciando, felizmente, um novo momento voltado para a problemática urbana.

[...] Quando usamos as palavras “revolução urbana”, estamos designando o conjunto complexo de transformações que permeiam toda a sociedade contemporânea e promovem uma mudança, de um período em que predominam as questões do crescimento econômico e da industrialização para o período em que a problemática urbana se torna decisiva. (HARVEY 1980, apud TADESCO, 1998, p.17)

A respeito da problemática urbana, suas soluções passam, necessariamente, pelo entendimento da cidade – fato que, obstinadamente, perseguimos ao longo deste trabalho. E se as cidades são realmente como dizem iguais as estrelas onde para entendê-las e preciso amá-las, este trabalho é uma prova de amor a uma cidade, e, sobretudo, um instrumento de sua libertação.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. *O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

BARROS, Benito. *Macauísmos: lugares e falares macauenses*. 2 ed. Macau (RN): ICEC, 2001.

BEZERRA, Hélio Antunes. *Realizações do prefeito Albino Gonçalves de Melo. 1º Centenário da ordenação sacerdotal do Monsenhor Joaquim Honório da Silveira (1902 – 2002)*. Natal (RN): Sebo Vermelho, 2002.

CADERNOS DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: Clima. n.2, Jun./Jul. 1972.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Nomes da terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1968.

COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO. São Paulo: América Magazine, n.1, 1968.

CORREIA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Ademir Araújo da. *Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau-RN*. Natal: UFRN/CCHLA, 1993.

DANTAS, Hélio. *Memórias de Macau*. Natal (RN): Gráfica Santa Maria, 1998.

FERNANDES. Aparício. *Macau: canto de amor e saudade*. Rio de Janeiro: Campeão, 1984.

FERNANDES, Geraldo de Margela. *Sal: uma economia em questão*. Natal (RN): UFRN/CCHLA, 1995.

FRANCO, Augusto de. *Terceiro setor. A nova sociedade civil e o seu papel estratégico para o desenvolvimento*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2003.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: USP, 1977.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA. *Anuário Estatístico – 2003*. Natal, 2003. 1 cd-rom.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço & Debates – segregações urbanas*. São Paulo, v. 24, n. 45, p.24-33, jan./jul. 2004.

MOURA, Getúlio. *Um Rio Grande e Macau: cronologia da história geral*. Natal (RN): G. Moura, 2003.

PINHEIRO, Aurélio. *Macau*. Natal (RN): EDUFRN, 2000.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MACAU - Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria do Planejamento, Escritório de arquitetura Luiz Forte Neto, 1979.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

_____ *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Luiz Gonzaga da. *História de Macau e seus dirigentes: 1935-2000*. Macau (RN), 2001.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

TADESCO, João Carlos. *Noções e conceituações sobre a cidade: considerações introdutórias de uma breve revisão bibliográfica*. In: *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediuph, 1998.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WANDERLEY, Walter. *Família Wanderley: História e Genealogia*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966.

_____ *Um passeio sentimental a minha terra*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1977.

www.salinator.com.br, site visitado no dia 30 de novembro de 2005.

9 – GLOSSÁRIO

Habitação – local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Podendo ser dividido quanto à espécie: permanente ou improvisado e coletivo.

Particular – quando destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços parentescos ou sentimentais, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.

Coletivo – quando destinado à habitação de pessoas cujo relacionamento se restringisse ao cumprimento de normas administrativas.

Improvisado – habitação onde a maioria de seus cômodos não se destine às atividades relacionadas à moradia.

Permanente – habitação onde a maioria de seus cômodos se destine às atividades relacionadas à moradia. As habitações permanentes podem ser classificadas quanto ao tipo (casa, apartamento e cômodo) e quanto à condição de ocupação (próprio, cedido, alugado ou outra condição).

Cômodo – todo compartimento coberto por um teto e limitado por paredes, que fosse parte integrante do domicílio particular permanente, com a exceção do corredor, garagem, depósito e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais.

Dormitório – todo cômodo que serve, em caráter permanente, como local de descanso e reposição das energias do morador.

Material das paredes – material empregado na construção das paredes externas da habitação podendo ser dividido em durável (paredes predominantemente de alvenaria) e não durável (paredes predominantemente de taipa, madeira reaproveitada, palha ou outro material não-durável).

Material da cobertura – material utilizado na construção da cobertura podendo ser dividido em durável (cobertura predominantemente de telha cerâmica, cimento-amianto ou laje de concreto) e não durável (cobertura predominantemente de zinco, madeira reaproveitada, palha ou outro material não-durável).

Grau de conservação – refere-se à avaliação baseada na aplicação de um conceito ao estado físico em que se encontra a habitação. Onde este conceito variou entre precário, regular e bom.

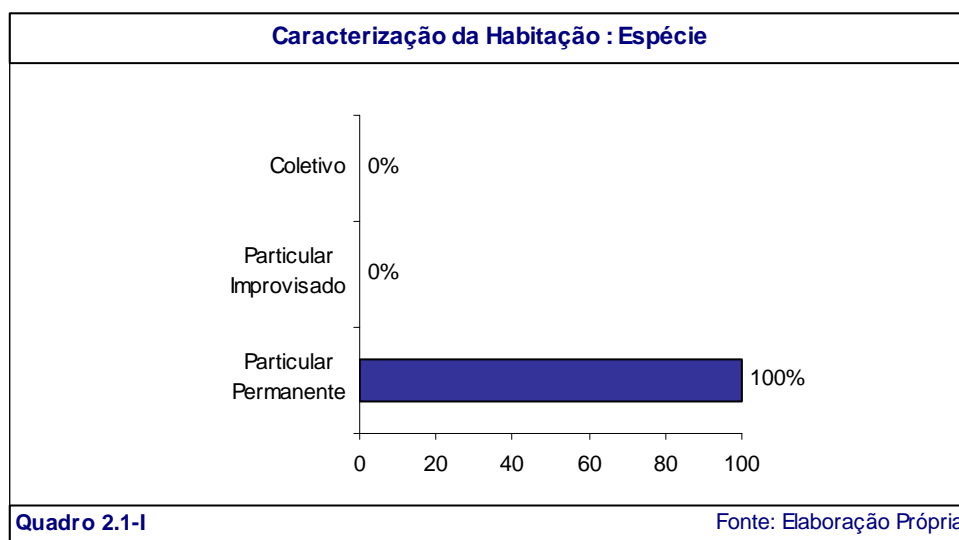
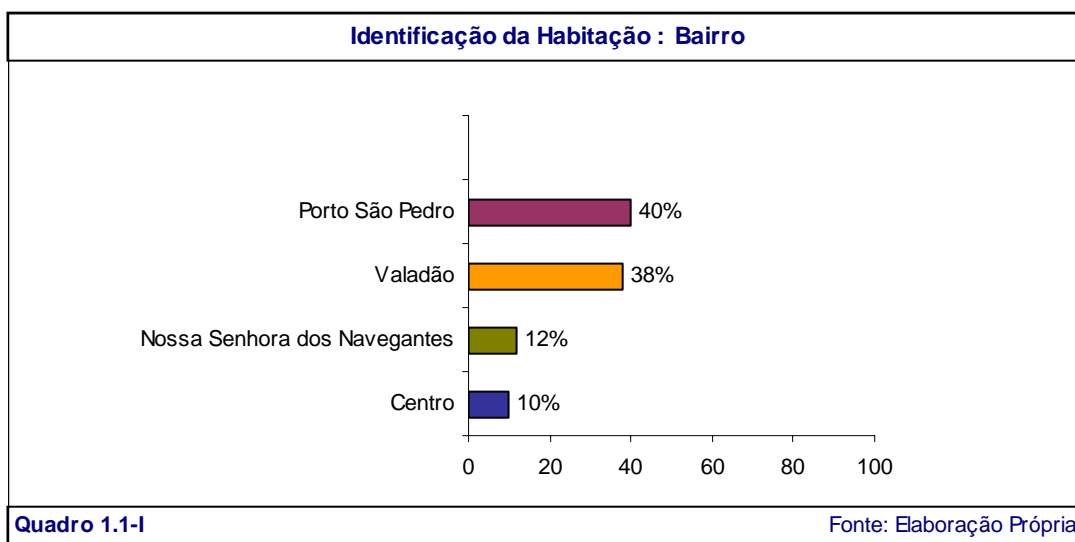
Precário – considerou-se como estado precário as habitações que tinham grandes problemas de deterioração, fissuras e rachaduras nas estruturas fundamentais da habitação: piso, parede e cobertura.

Regular – considerou-se como estado regular as habitações que tinham pequenos problemas de deterioração, fissuras e rachaduras nas estruturas fundamentais da habitação: piso, parede e cobertura.

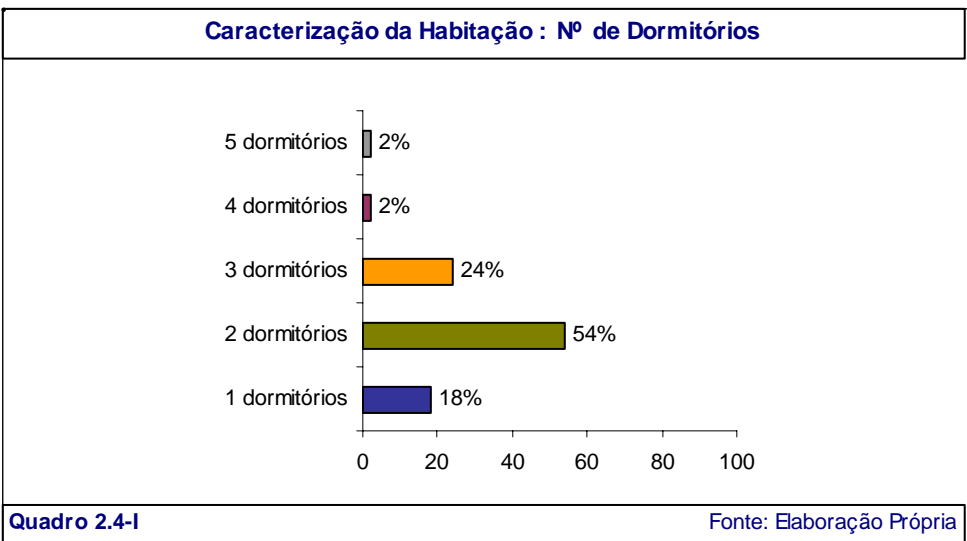
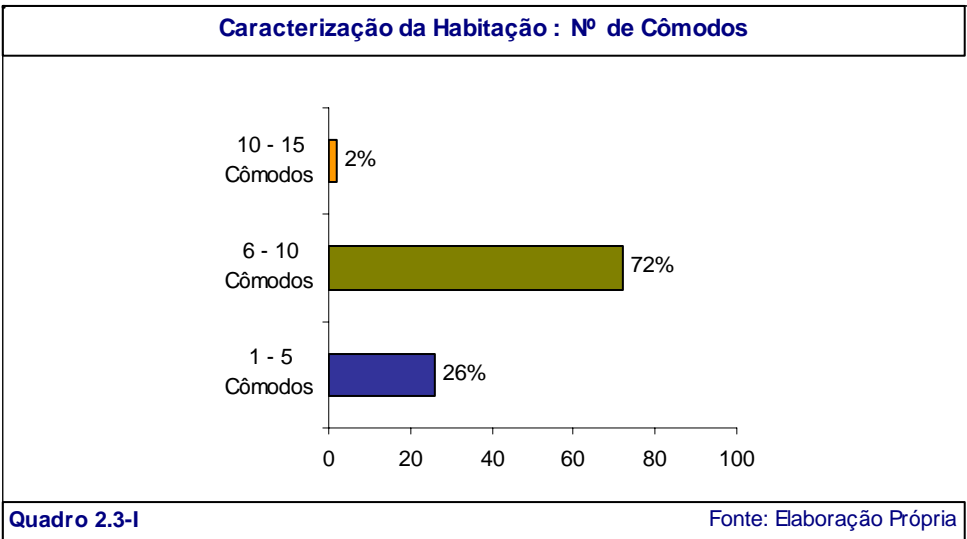
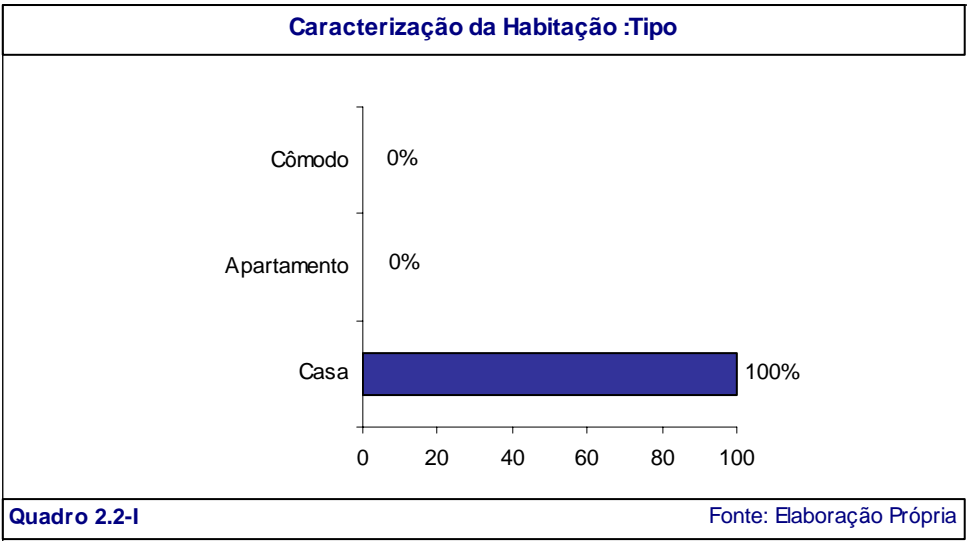
Bom – considerou-se como estado bom as habitações que não tinham problemas de deterioração, fissuras e rachaduras nas estruturas fundamentais da habitação: piso, parede e cobertura.

10 – ANEXOS

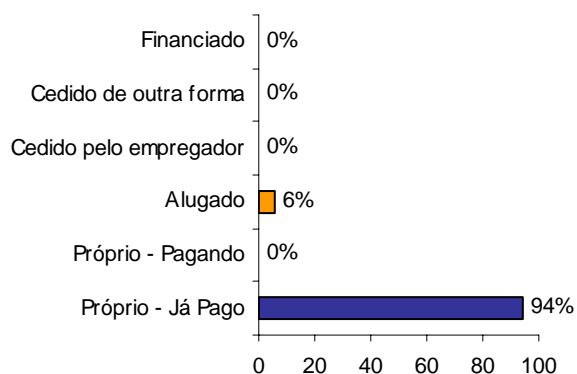
Gráficos²⁰ referentes ao Grupo I (ex-salineiros)



²⁰ Gráficos elaborados a partir dos dados levantados pelos questionários aplicados aos ex-trabalhadores das salinas e suas famílias. A maioria dos dados apresentados nestes gráficos foi sintetizada nos Quadros 01, 02 e 03 no item OS TRABALHADORES DE SALINAS E A PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE MACAU.



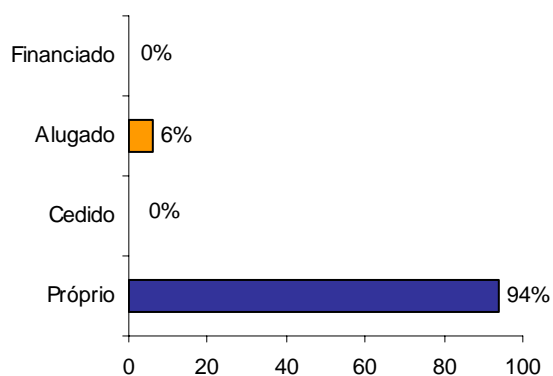
Caracterização da Habitação : Condição



Quadro 2.5-I

Fonte: Elaboração Própria

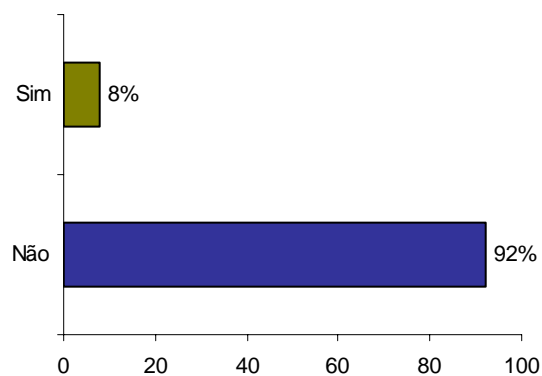
Caracterização da Habitação : Condição do Terreno



Quadro 2.6-I

Fonte: Elaboração Própria

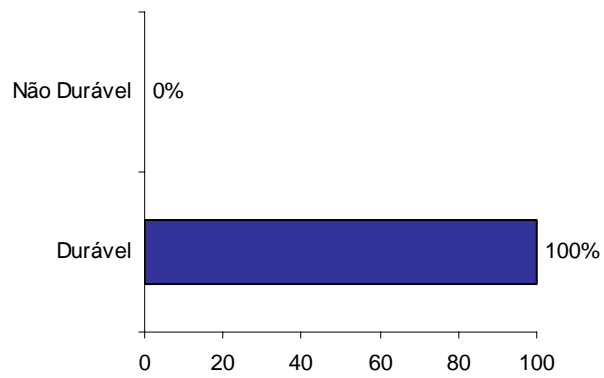
Caracterização da Habitação : Há outro uso do imóvel além do residencial ?



Quadro 2.7-I

Fonte: Elaboração Própria

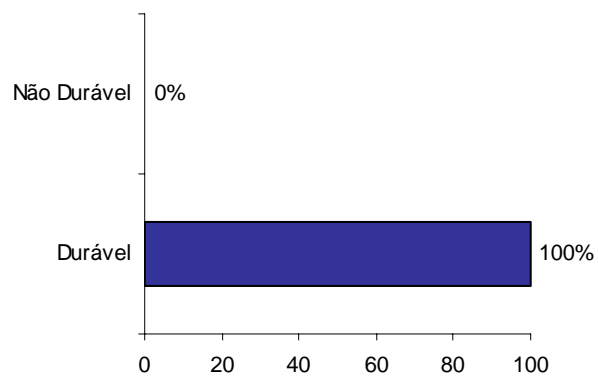
Caracterização da Habitação : Material da Cobertura



Quadro 2.8-I

Fonte: Elaboração Própria

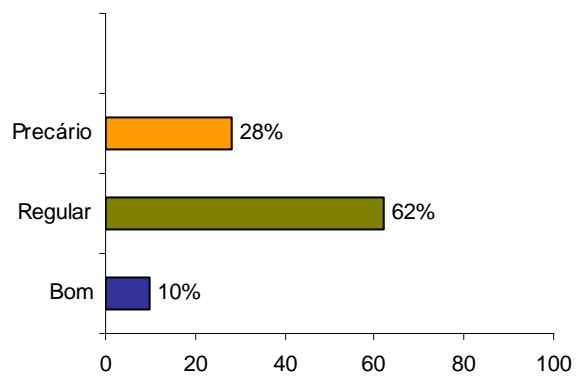
Caracterização da Habitação : Material das Paredes



Quadro 2.9-I

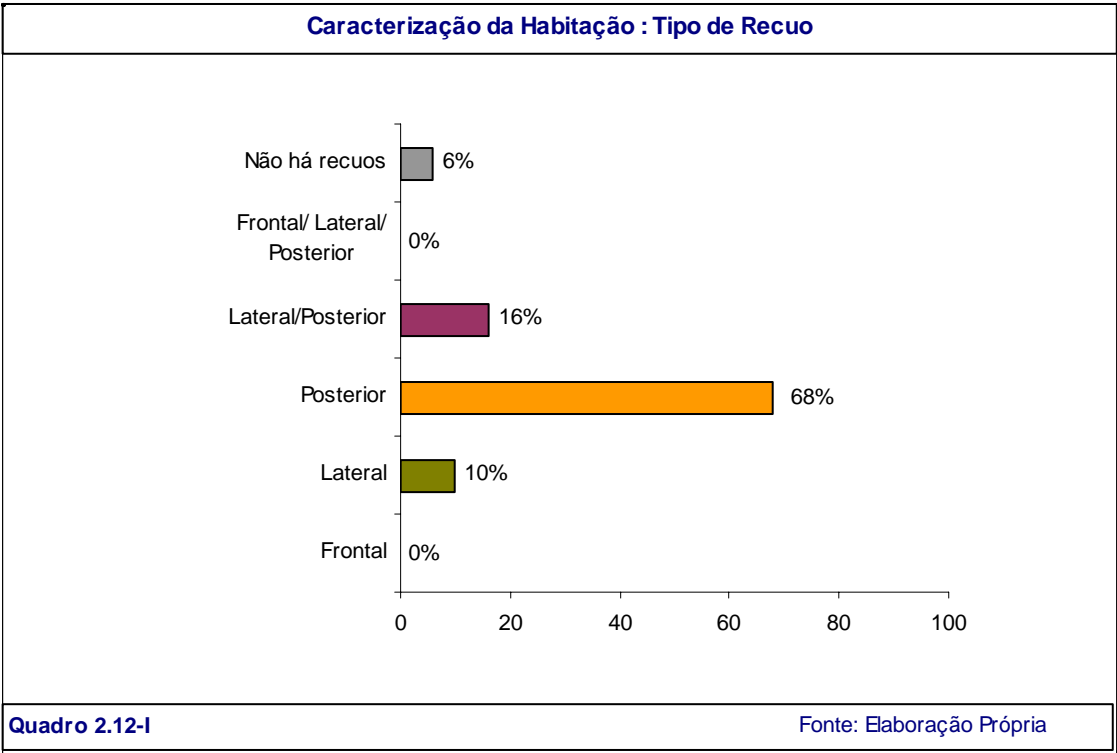
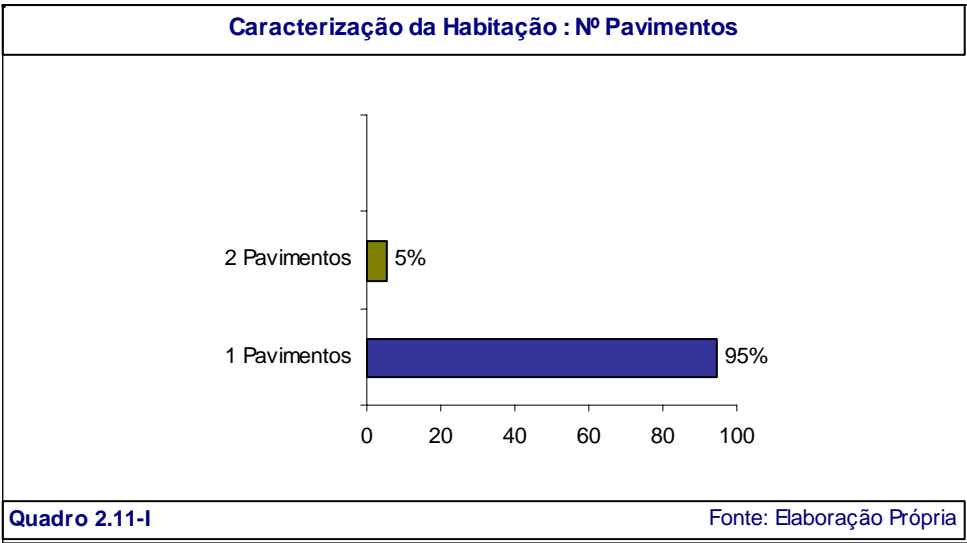
Fonte: Elaboração Própria

Caracterização da Habitação : Estado de Conservação do Imóvel

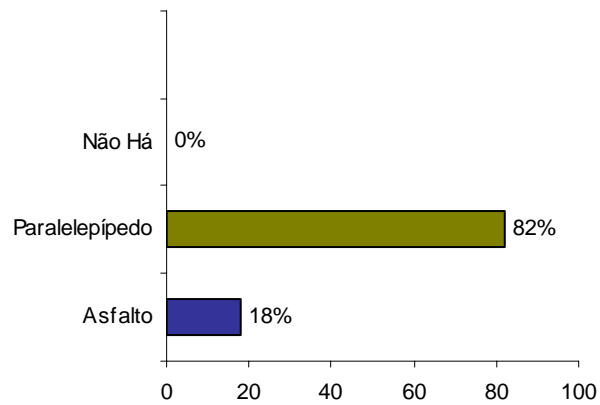


Quadro 2.10-I

Fonte: Elaboração Própria



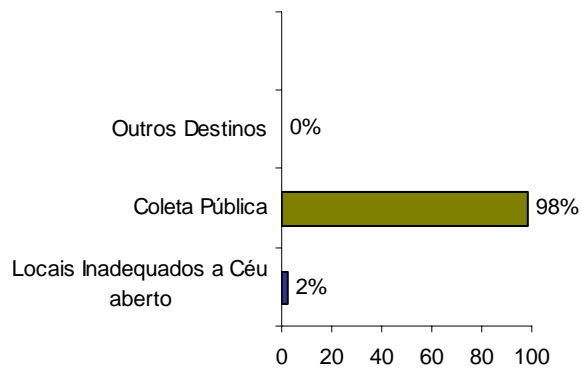
Caracterização da Habitação : Tipo Pavimentação da Rua



Quadro 2.13-I

Fonte: Elaboração Própria

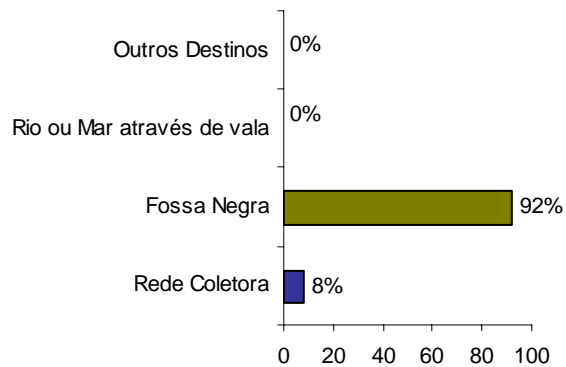
Caracterização da Habitação : Destino do Lixo



Quadro 2.14-I

Fonte: Elaboração Própria

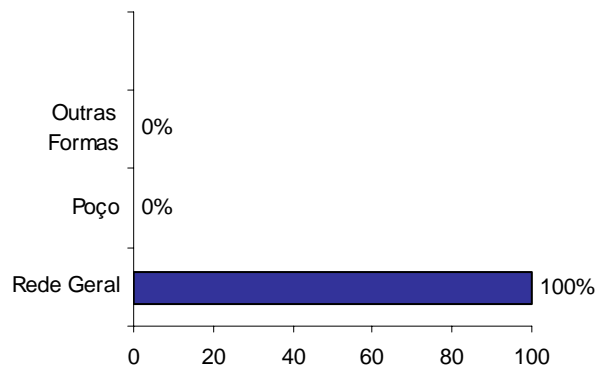
Caracterização da Habitação : Destino do Esgoto Sanitário



Quadro 2.15-I

Fonte: Elaboração Própria

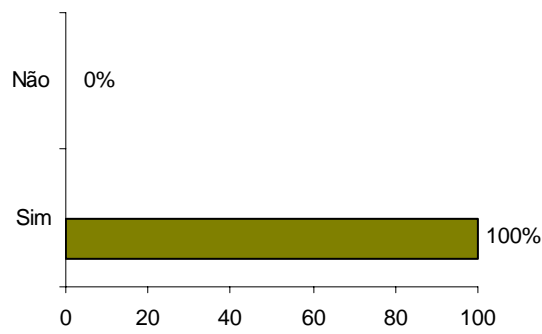
Caracterização da Habitação : Forma de Abastecimento de Água



Quadro 2.16-I

Fonte: Elaboração Própria

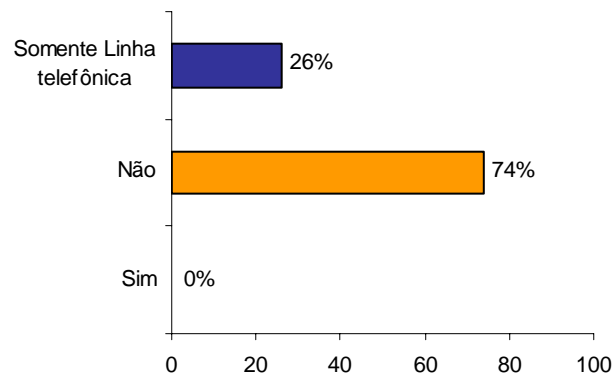
Caracterização da Habitação : Rua com Energia Elétrica?



Quadro 2.17-I

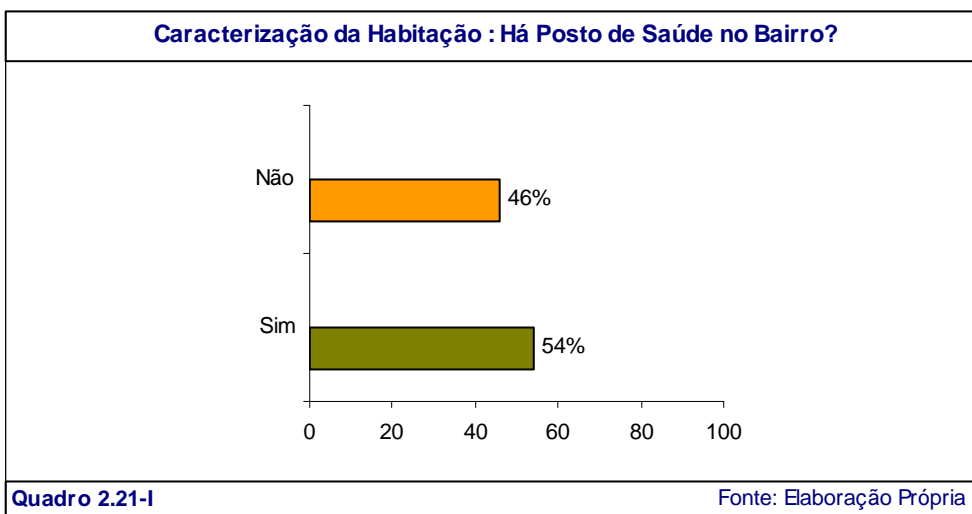
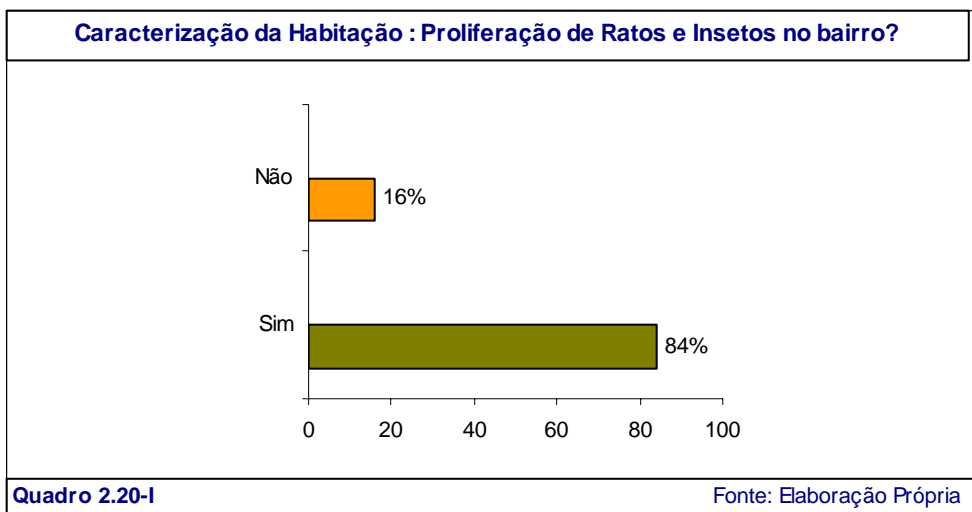
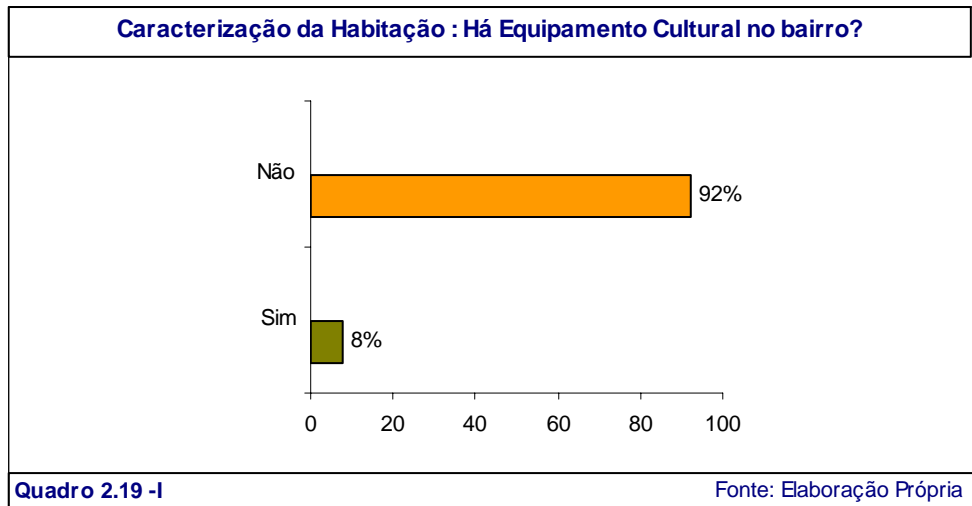
Fonte: Elaboração Própria

Caracterização da Habitação : Residências com Linha Telefônica e Acesso a Internet

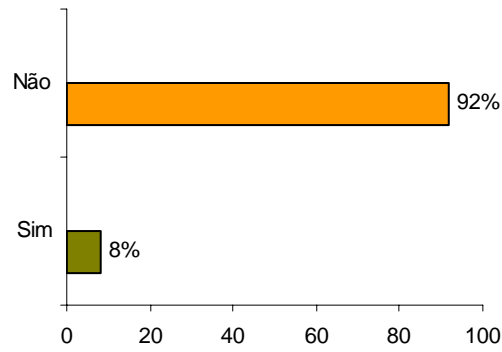


Quadro 2.18-I

Fonte: Elaboração Própria



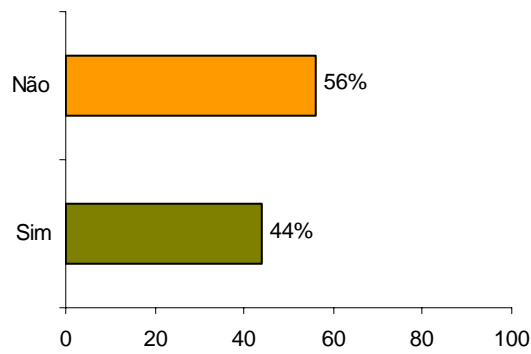
Caracterização da Habitação : Há Posto Policial no Bairro?



Quadro 2.22-I

Fonte: Elaboração Própria

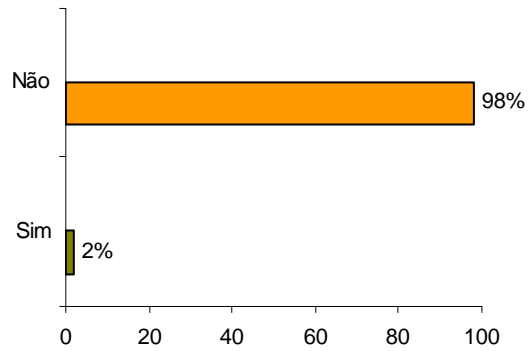
Caracterização da Habitação : Há Áreas Verdes no Bairro?



Quadro 2.23-I

Fonte: Elaboração Própria

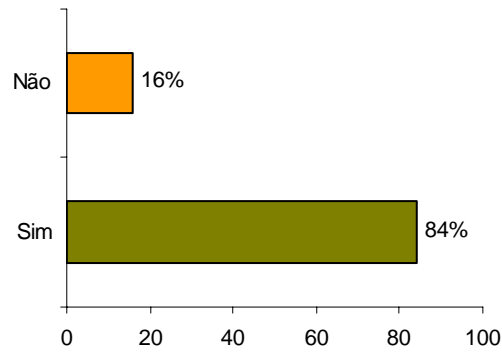
Caracterização da Habitação : Há Centro Comunitário no Bairro?



Quadro 2.24-I

Fonte: Elaboração Própria

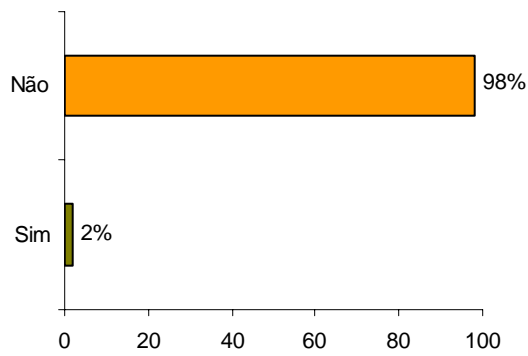
Caracterização da Habitação : Há Creches ou Escolas no Bairro?



Quadro 2.25-I

Fonte: Elaboração Própria

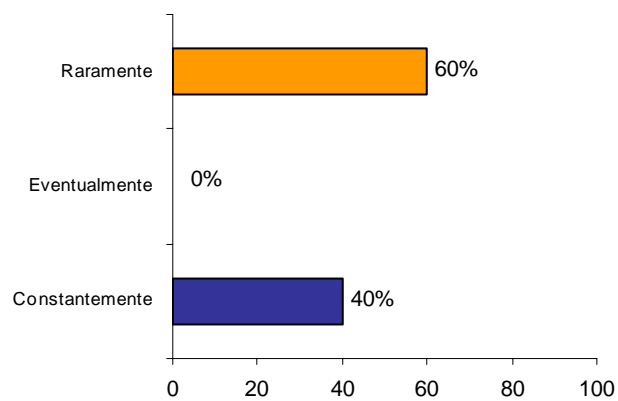
Caracterização da Habitação : Há Programa Saúde da Família no Bairro?



Quadro 2.26-I

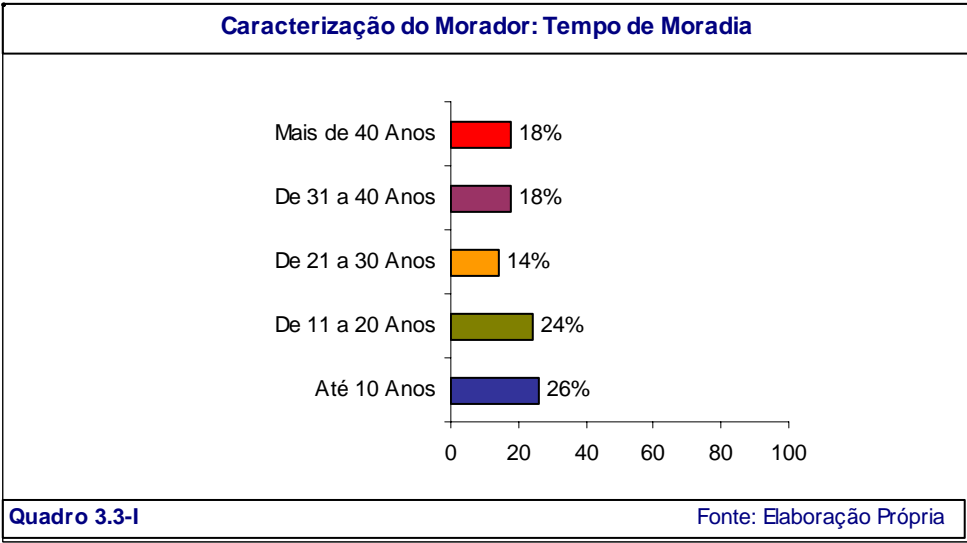
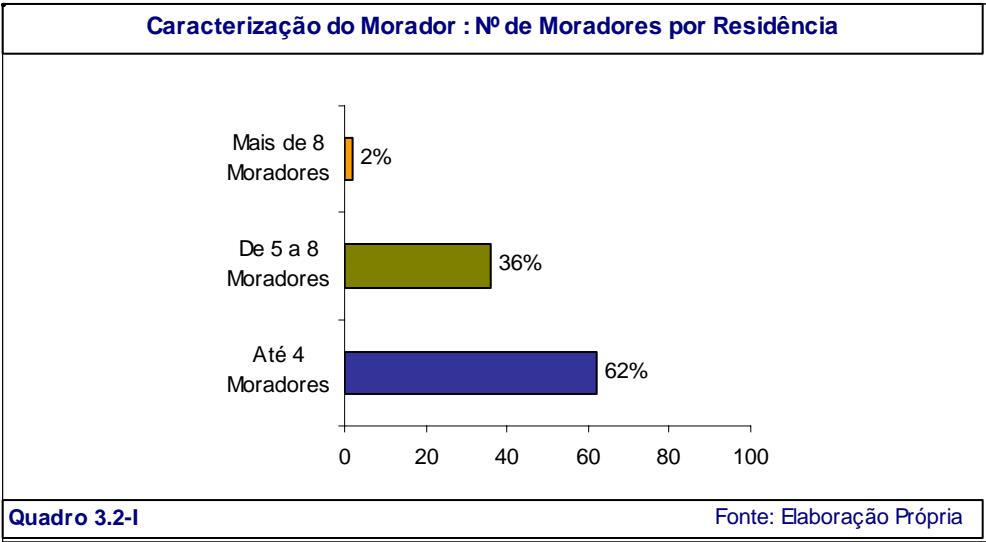
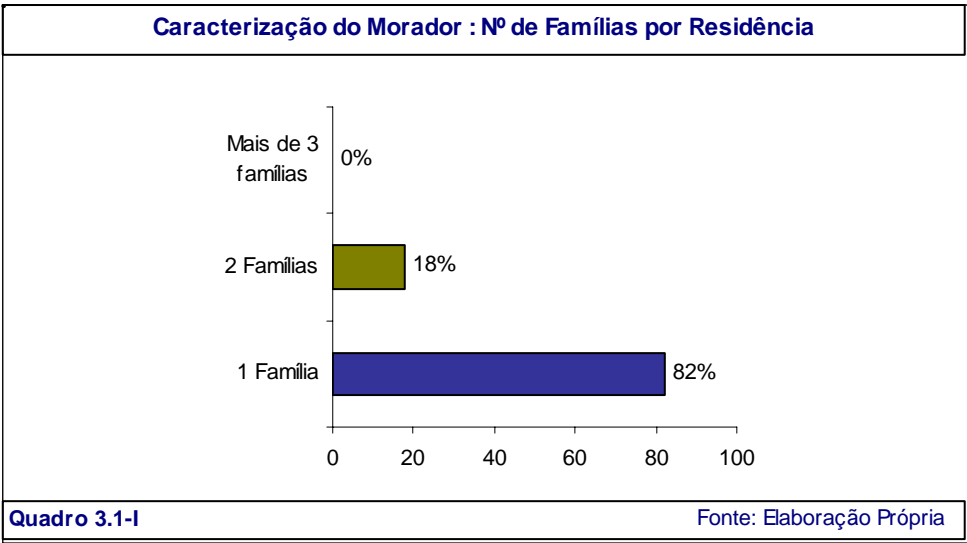
Fonte: Elaboração Própria

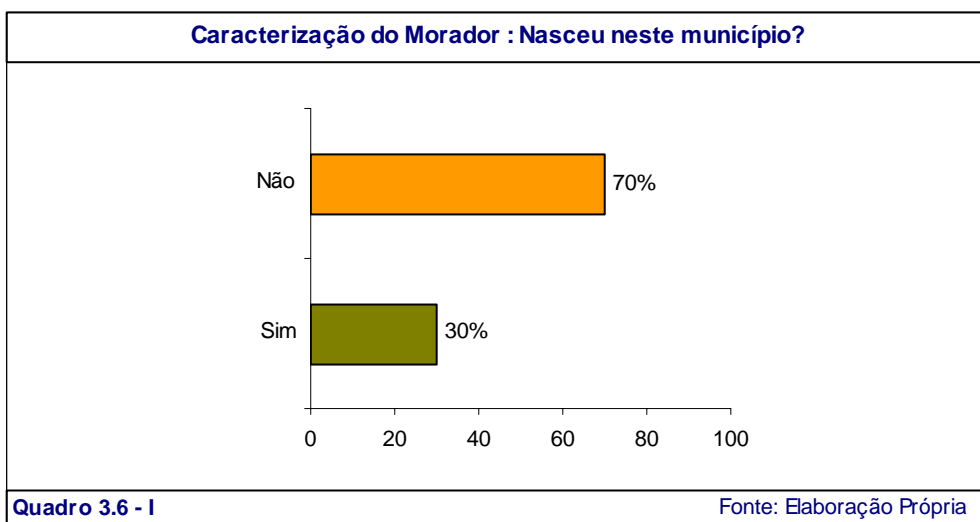
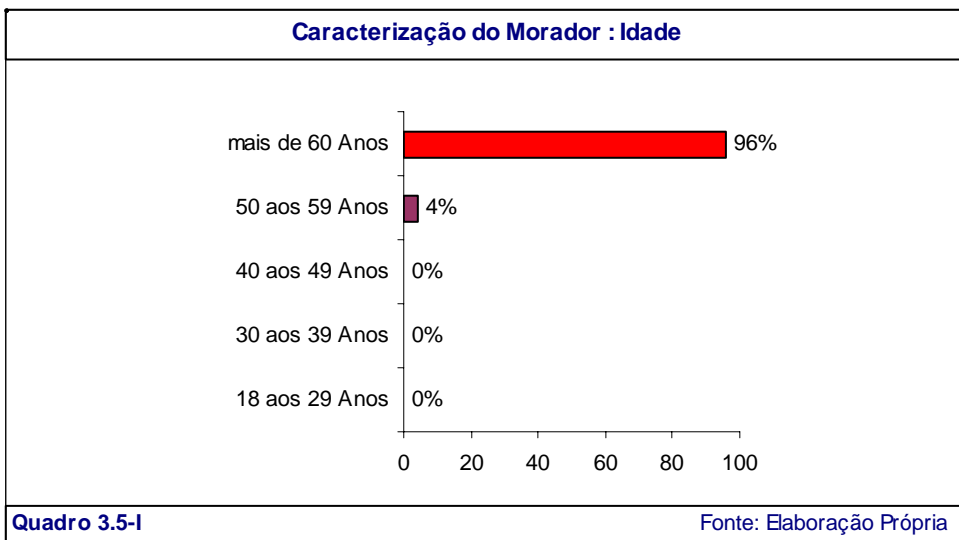
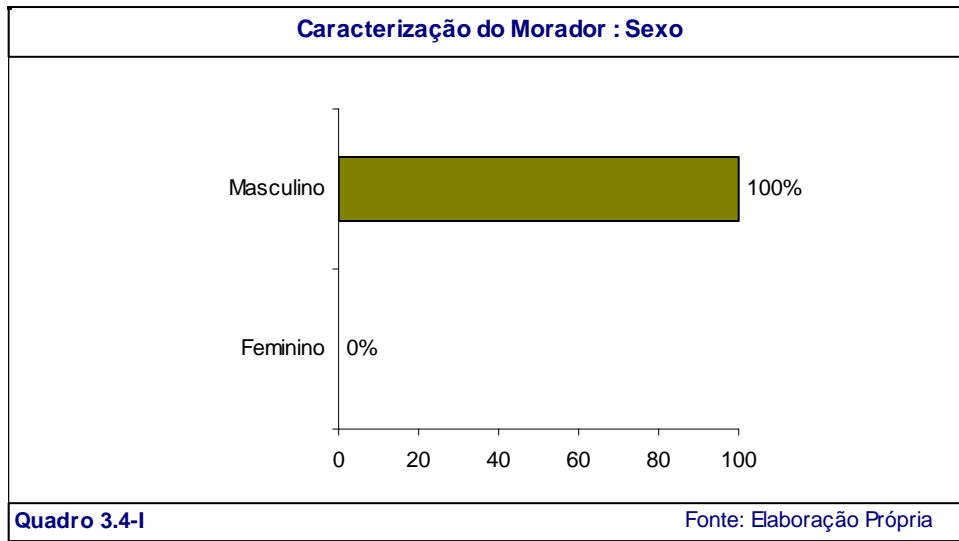
Caracterização da Habitação : Frequência de Ida ao Centro da Cidade



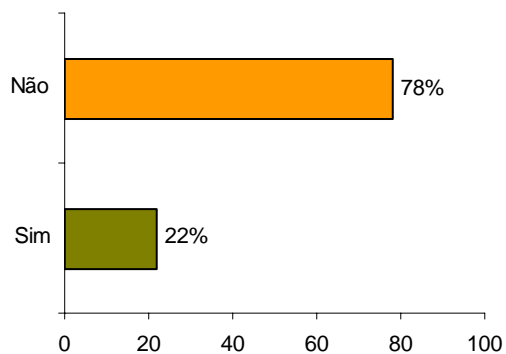
Quadro 2.27-I

Fonte: Elaboração Própria





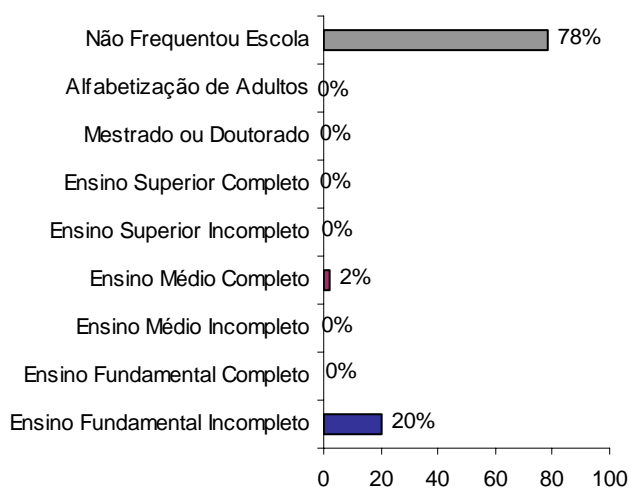
Caracterização do Morador : Sabe Ler e/ou Escrever?



Quadro 3.7 - I

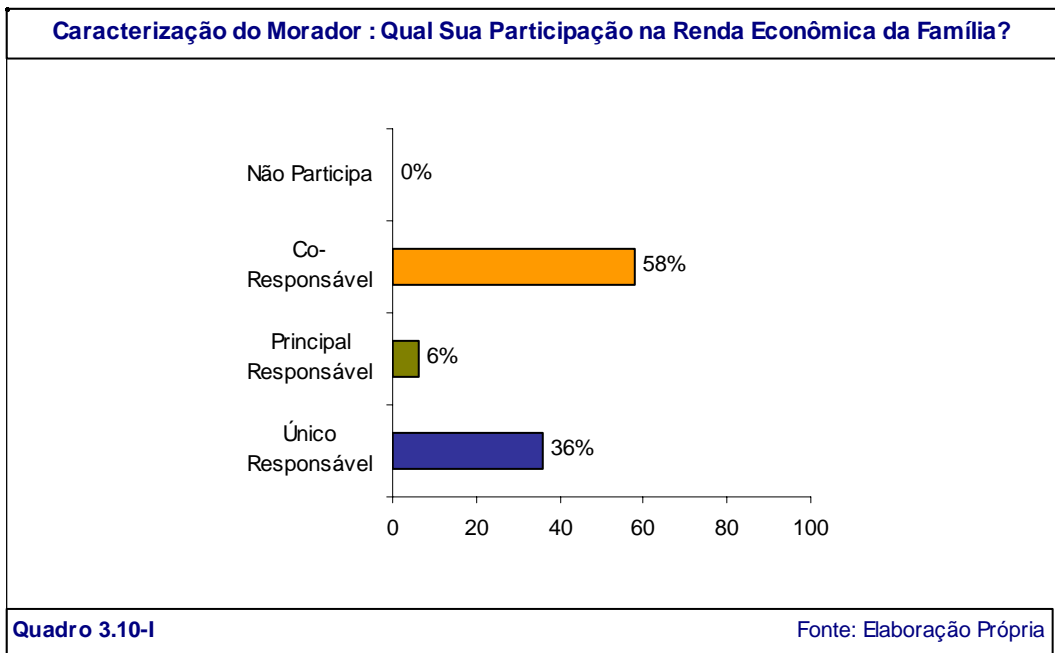
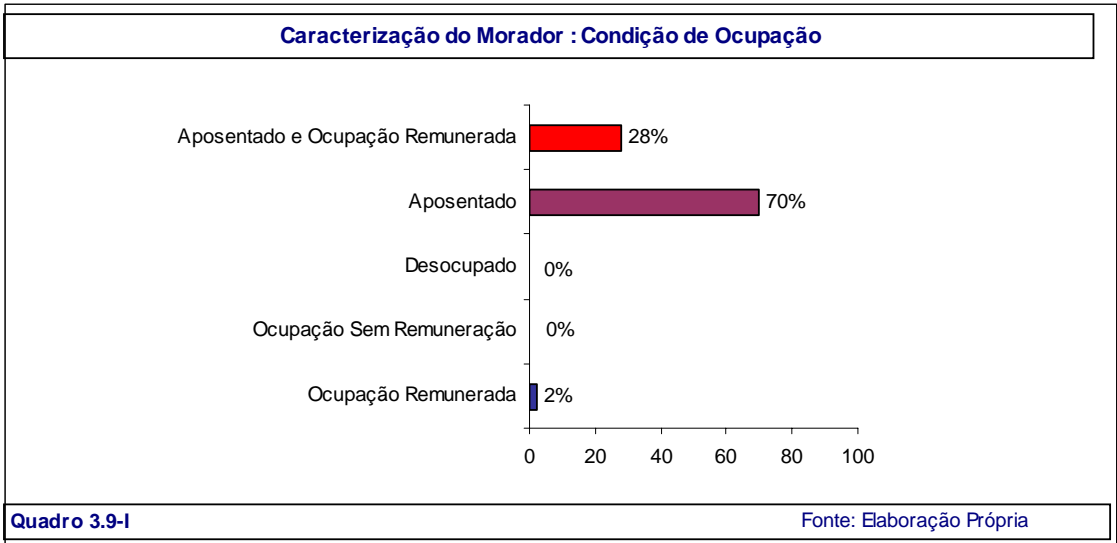
Fonte: Elaboração Própria

Caracterização do Morador : Qual seu Grau de Escolaridade?

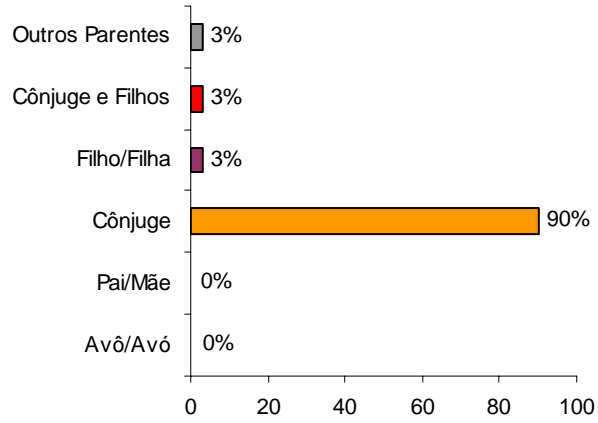


Quadro 3.8-I

Fonte: Elaboração Própria



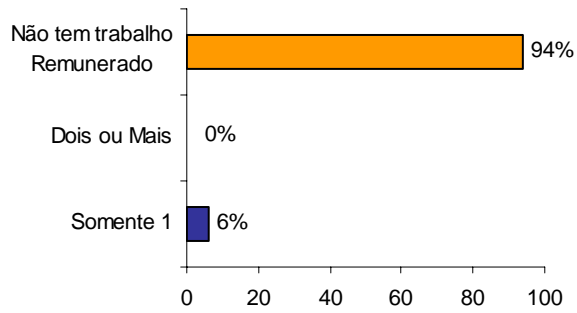
Caracterização do Morador : Qual sua Relação com a Pessoa Responsável Economicamente pela Família?



Quadro 3.11-I

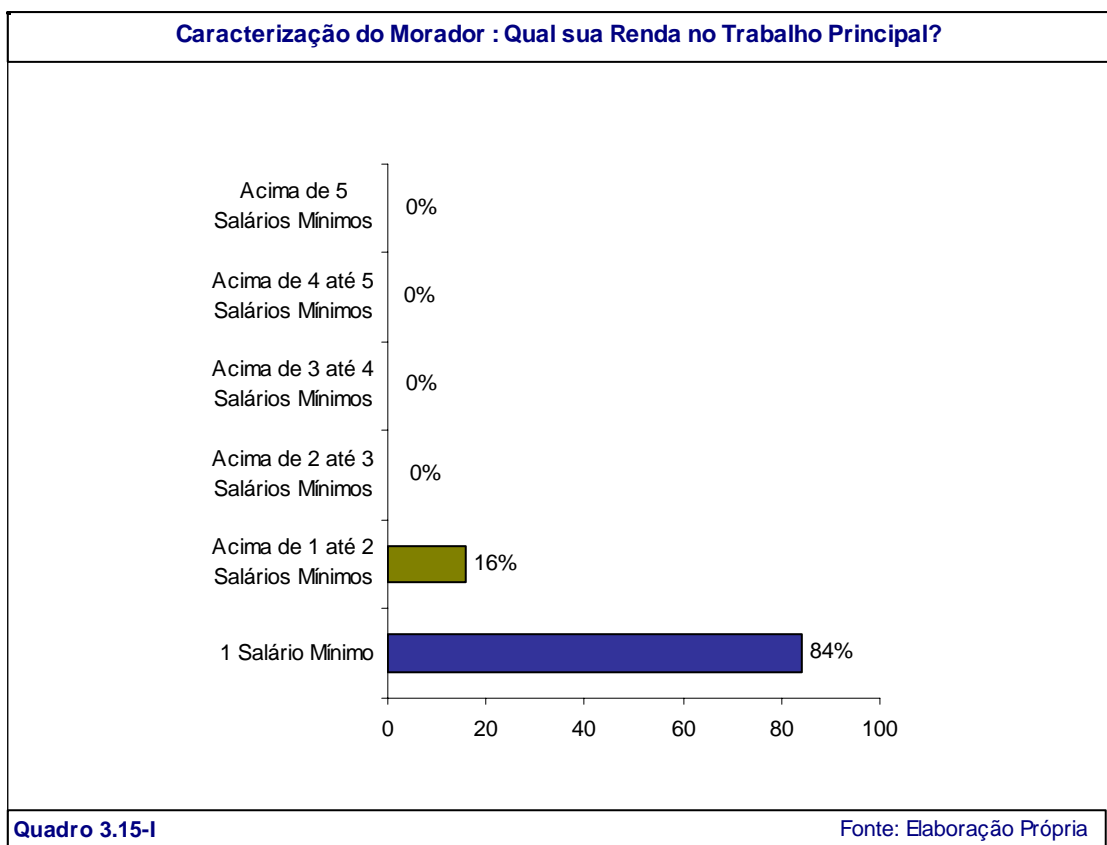
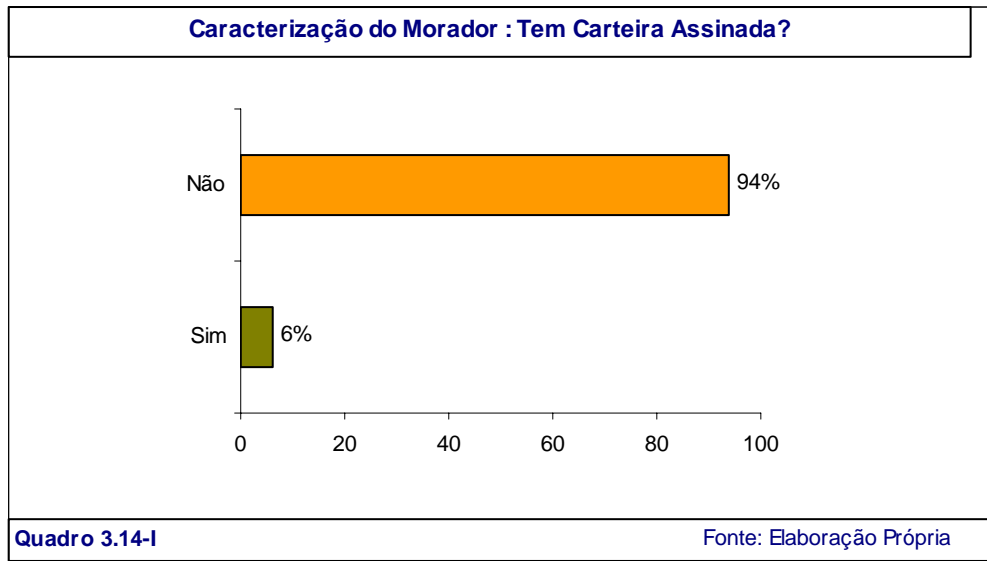
Fonte: Elaboração Própria

Caracterização do Morador : Possui quantos Trabalhos?

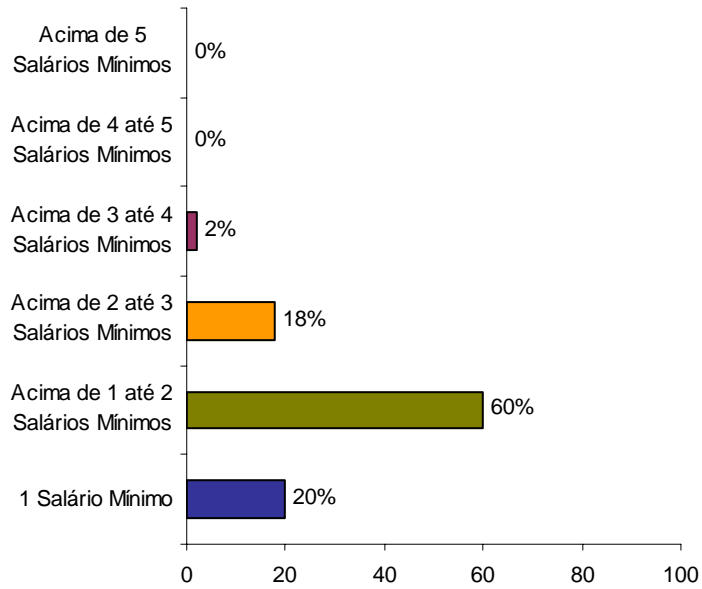


Quadro 3.12-I

Fonte: Elaboração Própria



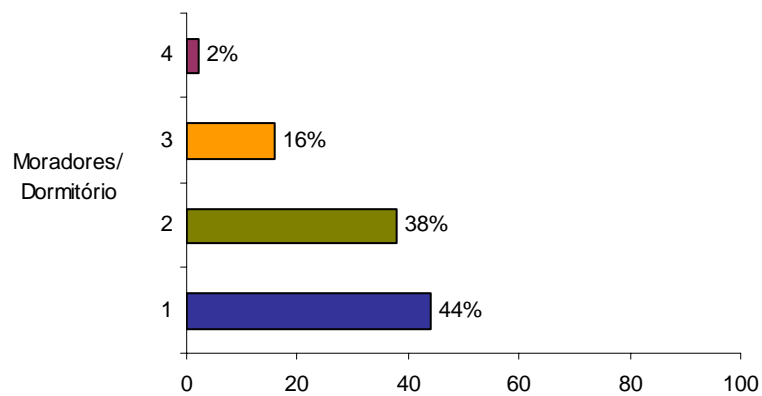
Caracterização do Morador : Qual sua Renda Total?



Quadro 3.16-I

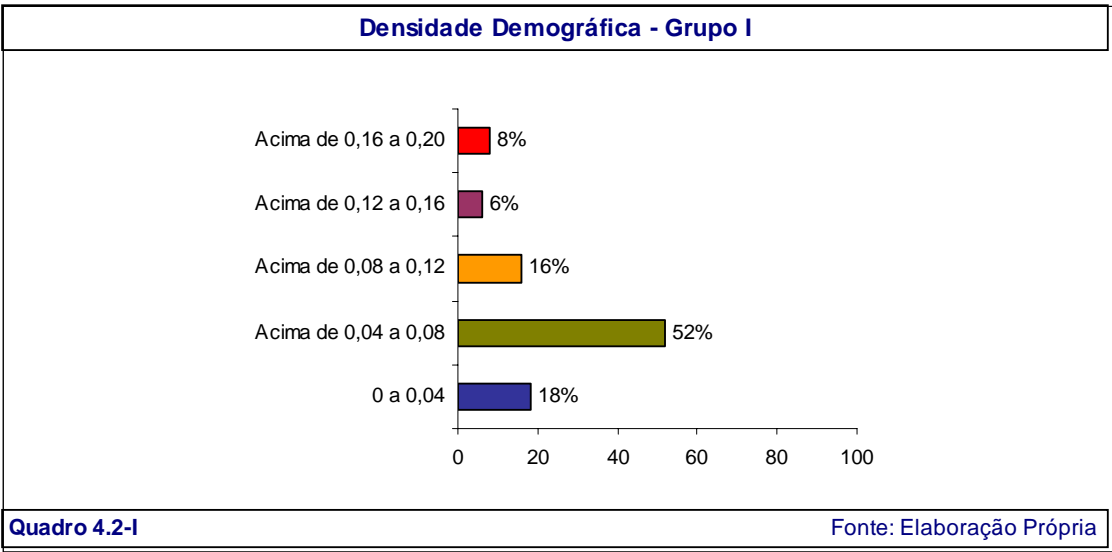
Fonte: Elaboração Própria

Nº Moradores X Cômodos que Servem como Dormitório



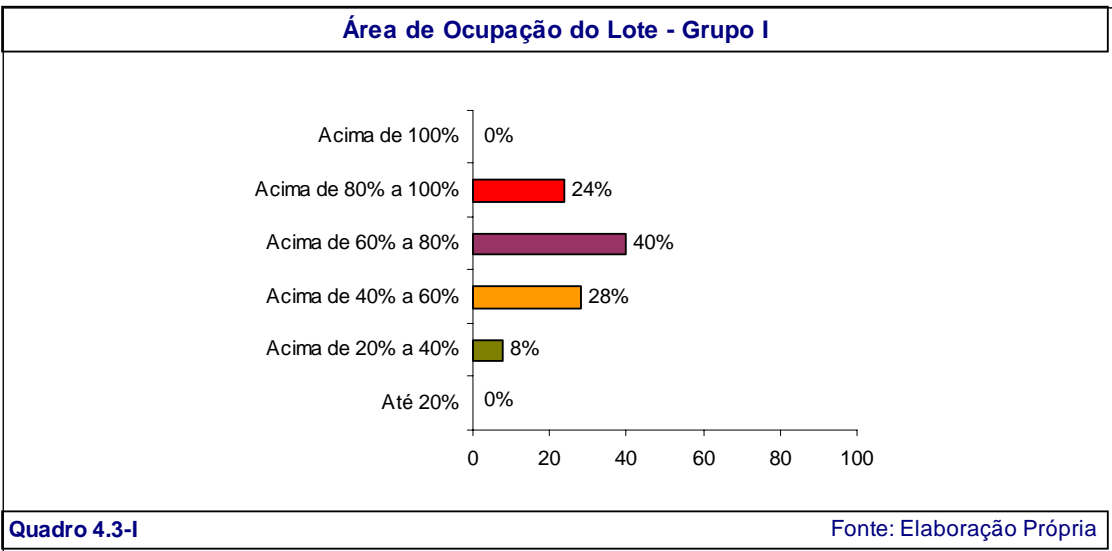
Quadro 4.1-I

Fonte: Elaboração Própria



Densidade Demográfica Geral - Grupo I

Total Moradores	206
Total Área Útil	<u>2727,78</u>
0,08 hab / m²	



Cálculo do Lote Padrão das habitações pesquisadas dos ex-salineiros localizadas na cidade de Macau-RN

1 – Cálculo da Média Aritmética da Largura e Comprimento das 50 habitações levantadas pertencentes à ex-salineiros;

2 – Cálculo da Zona de Intervalo – eliminação dos valores compreendidos no intervalo de 30% abaixo e acima das médias encontradas no item 1, para a realização de uma nova Média Aritmética.

3 – Cálculo do Lote Padrão – Cálculo da Largura Padrão e Comprimento Padrão realizada com os valores compreendidos entre a Zona de Intervalo.

1 -

1º Média Aritmética

Média da Largura	5,75
Média do Comprimento	18,15

2 -

Cálculo de Zona de Intervalo

Média da Largura	4,03	30% Menos
	5,75	
	7,48	30% Mais
Média do Comprimento	12,71	30% Menos
	18,15	
	23,60	30% Mais

3 -

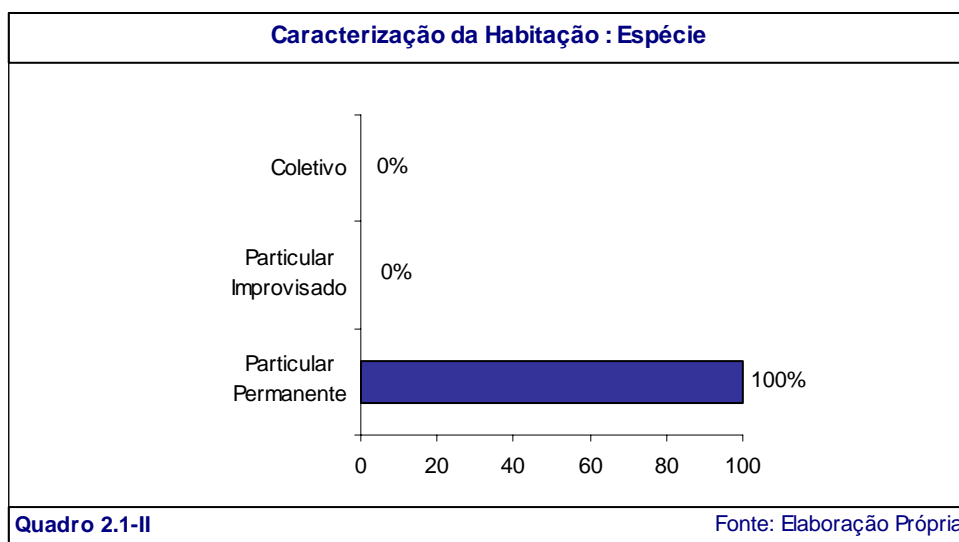
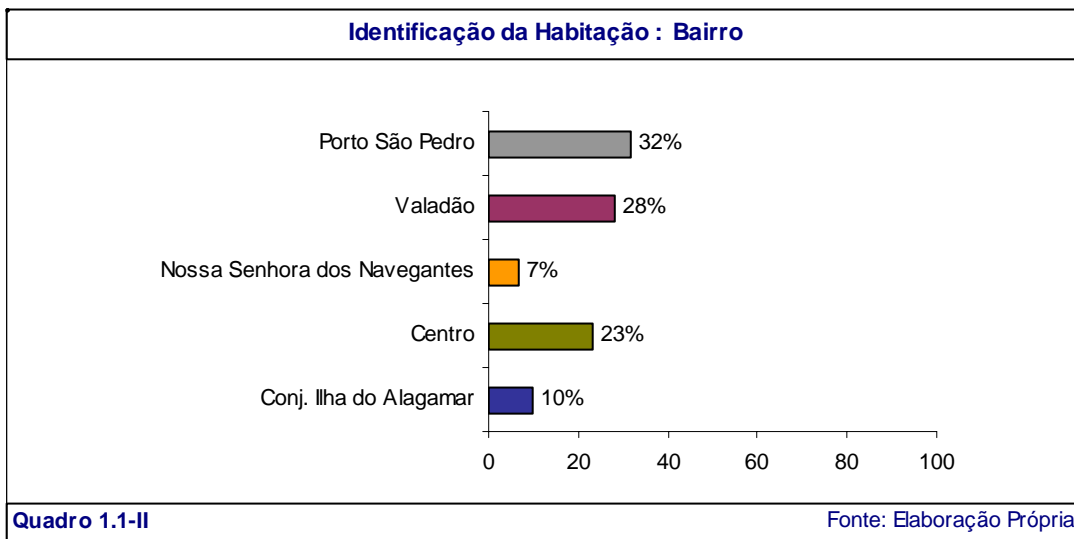
Cálculo do Lote Padrão

Largura Padrão	5,47	<i>(Média aritmética das larguras \geq a 4,03 m e \leq a 7,48 m)*</i>
Comprimento Padrão	18,60	<i>(Média aritmética dos comprimentos \geq a 12,71 m e \leq a 23,60 m)*</i>

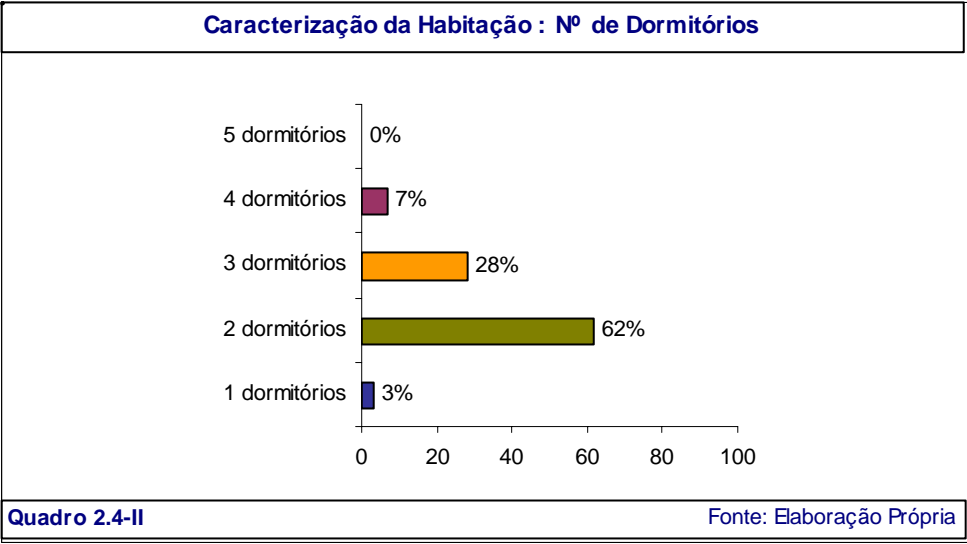
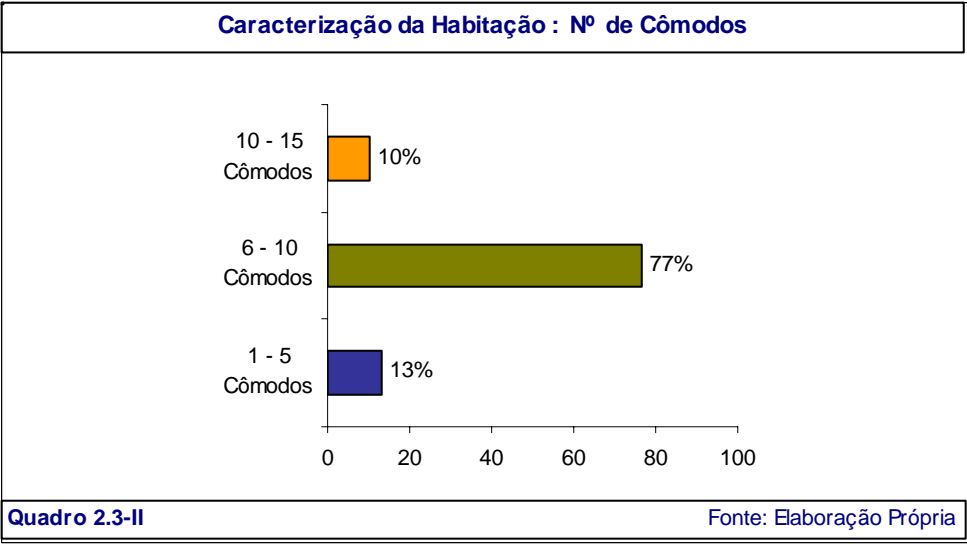
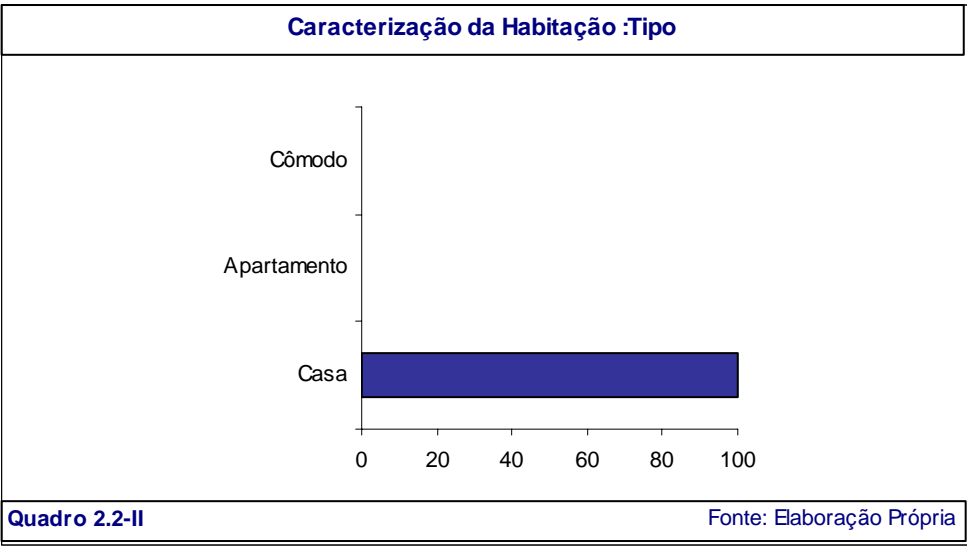
* Dados conforme cálculo da Zona de Intervalo - item 2

Área do Lote Padrão da habitação do ex-salineiro: 101,74 m²

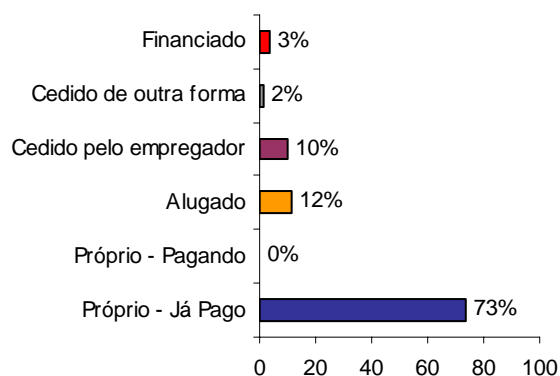
Gráficos²¹ referentes ao Grupo II (atuais salineiros)



²¹ Gráficos elaborados a partir dos dados levantados pelos questionários aplicados aos atuais trabalhadores das salinas e suas famílias. A maioria dos dados apresentados nestes gráficos foi sintetizada nos Quadros 01, 02 e 03 no item OS TRABALHADORES DE SALINAS E A PÉRFERIA URBANA DA CIDADE DE MACAU.



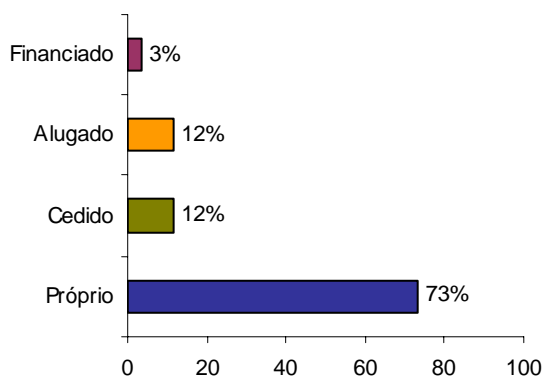
Caracterização da Habitação : Condição



Quadro 2.5-II

Fonte: Elaboração Própria

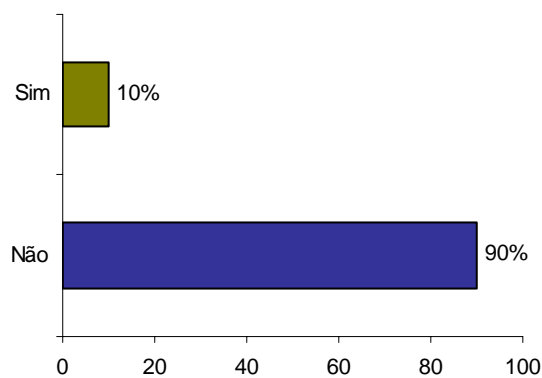
Caracterização da Habitação : Condição do Terreno



Quadro 2.6-II

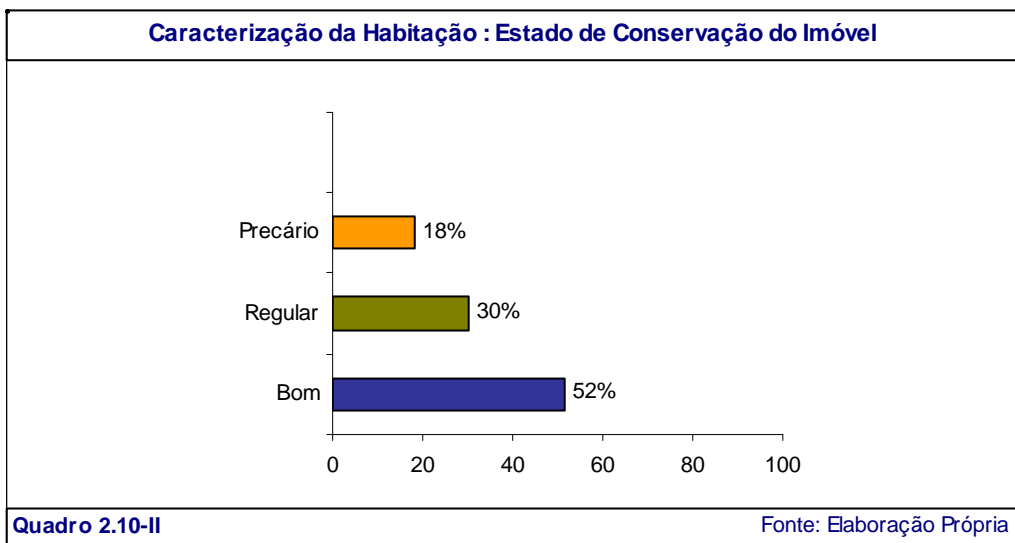
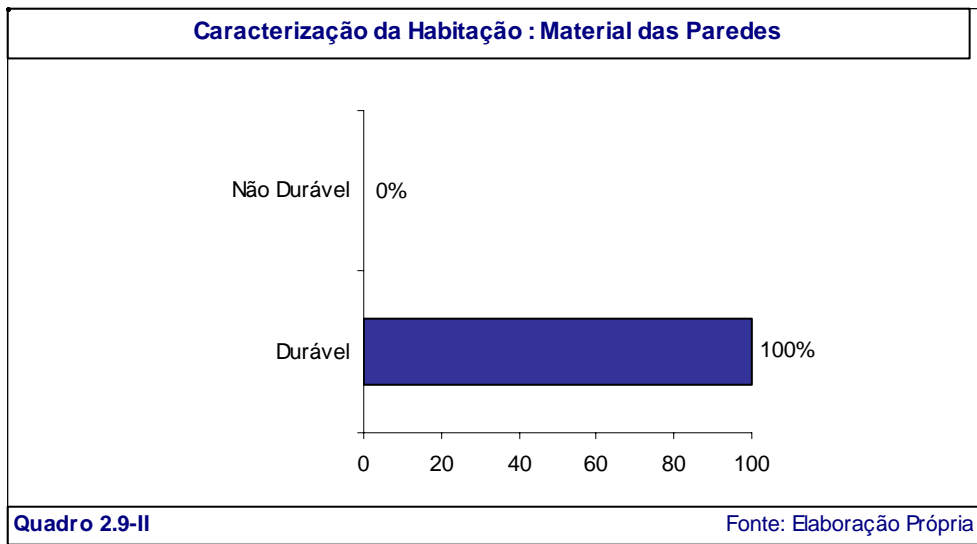
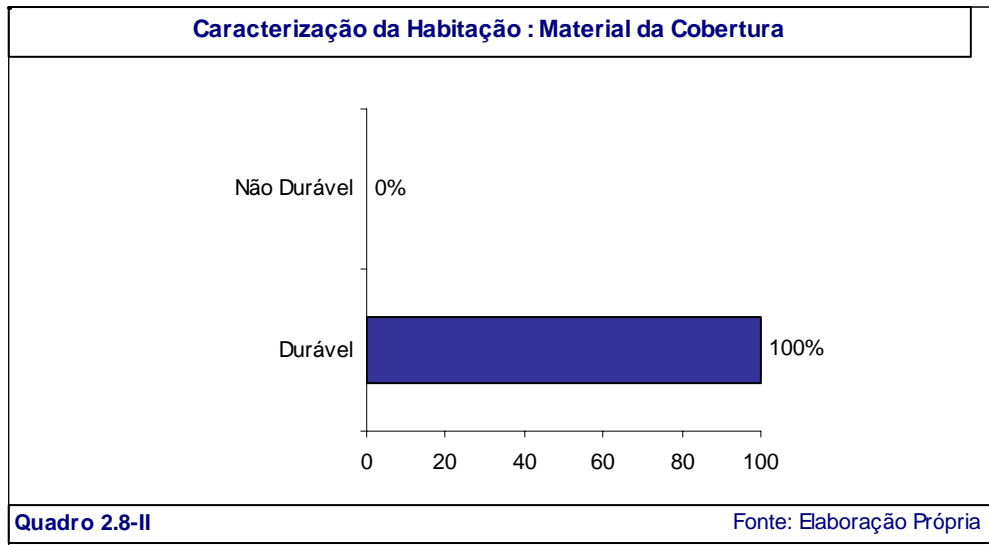
Fonte: Elaboração Própria

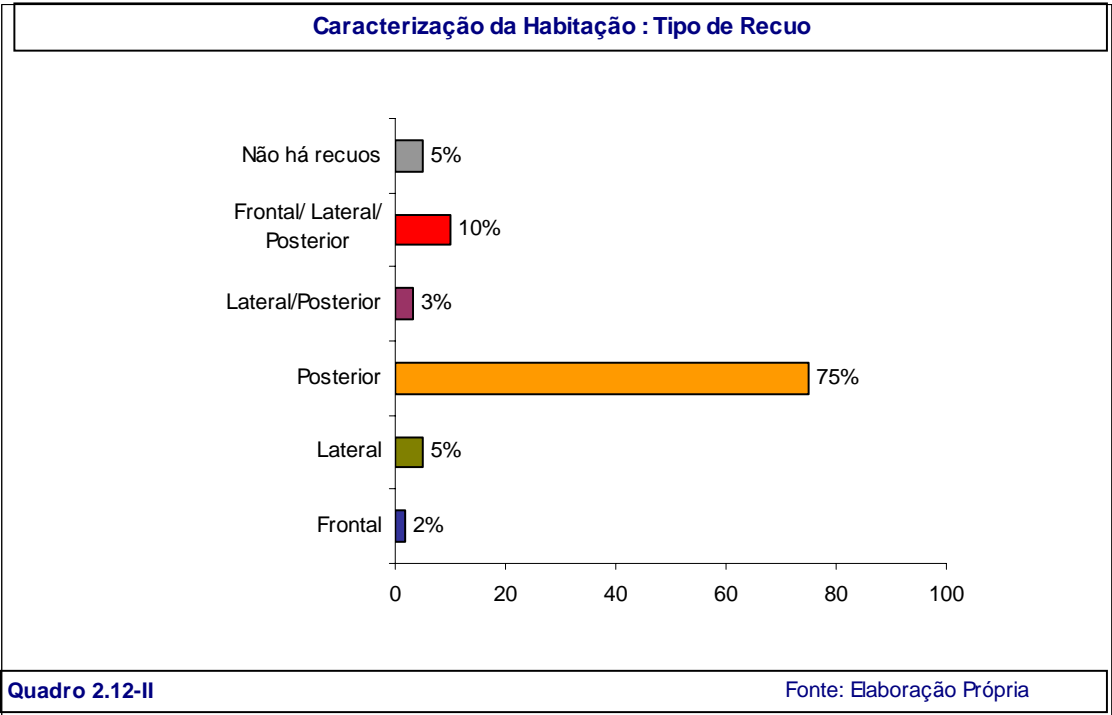
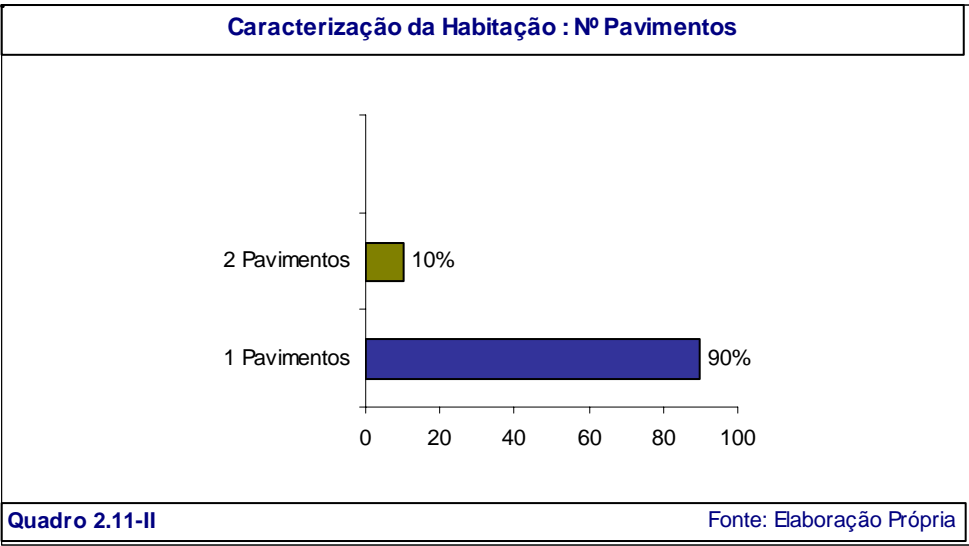
Caracterização da Habitação : Há outro uso do imóvel além do residencial ?



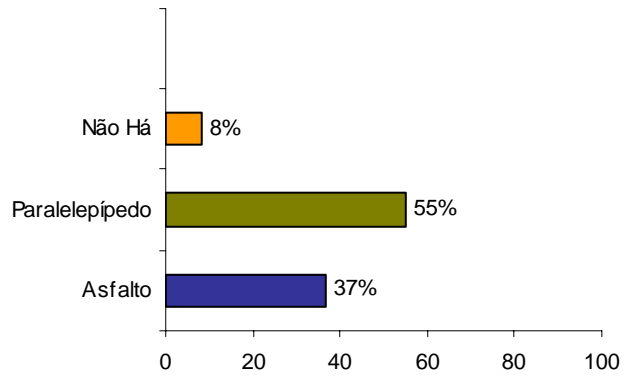
Quadro 2.7-II

Fonte: Elaboração Própria





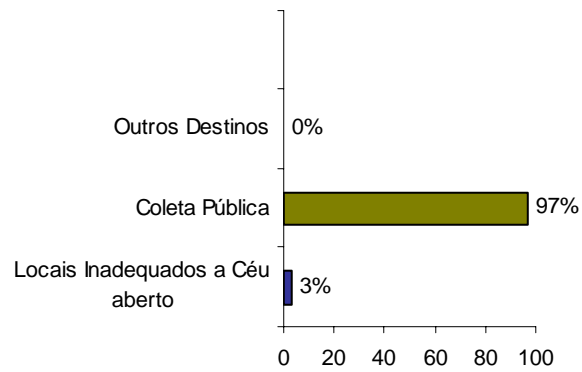
Caracterização da Habitação : Tipo Pavimentação da Rua



Quadro 2.13-II

Fonte: Elaboração Própria

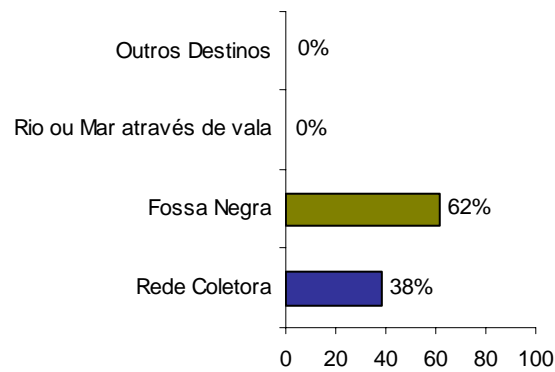
Caracterização da Habitação : Destino do Lixo



Quadro 2.14-II

Fonte: Elaboração Própria

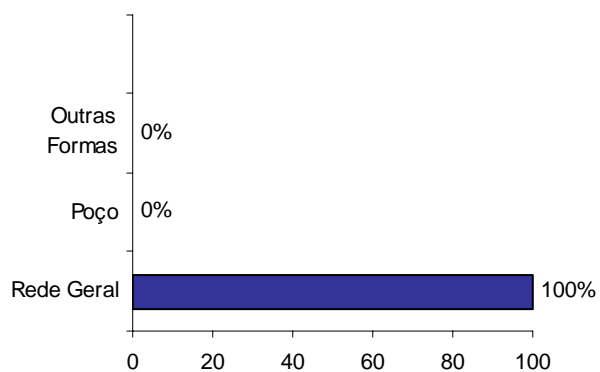
Caracterização da Habitação : Destino do Esgoto Sanitário



Quadro 2.15-II

Fonte: Elaboração Própria

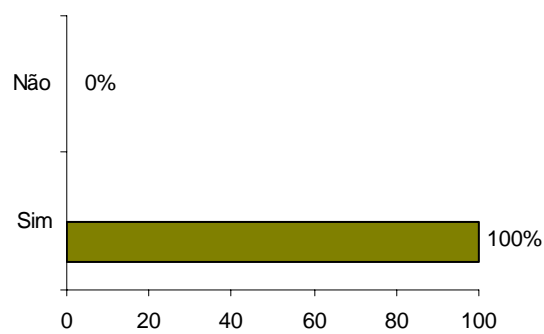
Caracterização da Habitação : Forma de Abastecimento de Água



Quadro 2.16-II

Fonte: Elaboração Própria

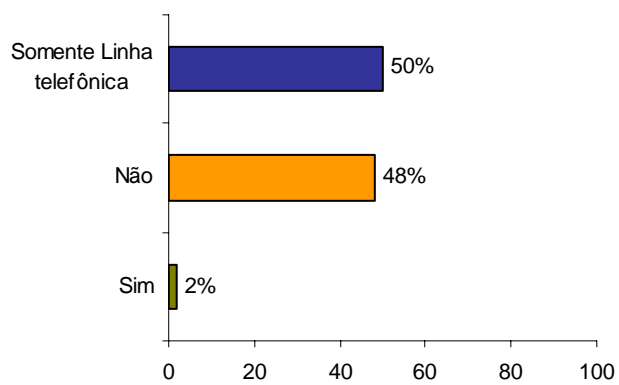
Caracterização da Habitação : Rua com Energia Elétrica?



Quadro 2.17-II

Fonte: Elaboração Própria

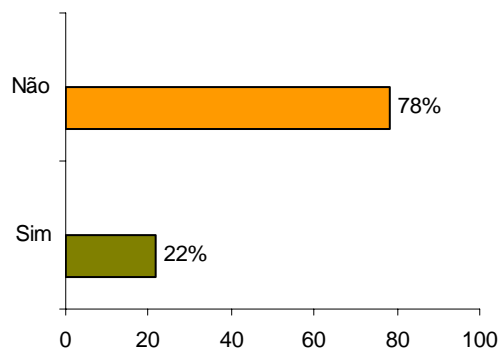
Caracterização da Habitação : Residências com Linha Telefônica e Acesso a Internet



Quadro 2.18-II

Fonte: Elaboração

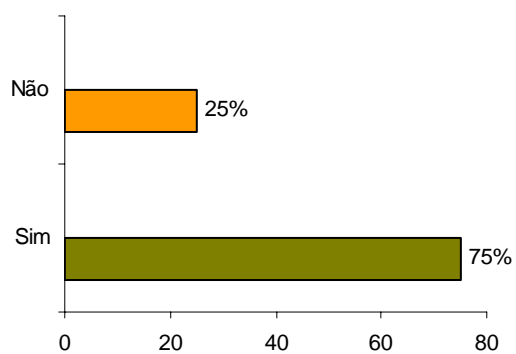
Caracterização da Habitação : Há Equipamento Cultural no bairro?



Quadro 2.19-II

Fonte: Elaboração Própria

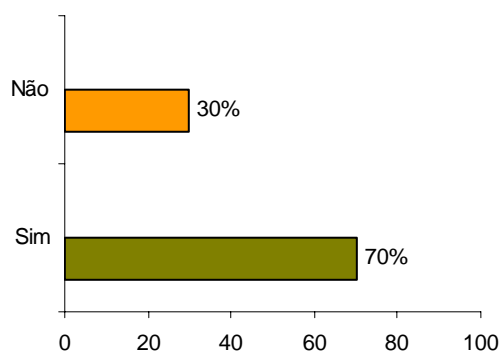
Caracterização da Habitação : Proliferação de Ratos e Insetos no bairro?



Quadro 2.20-II

Fonte: Elaboração Própria

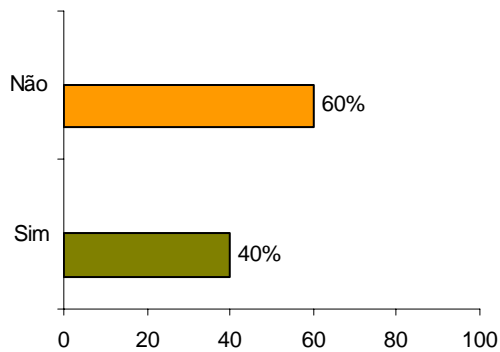
Caracterização da Habitação : Há Posto de Saúde no Bairro?



Quadro 2.21-II

Fonte: Elaboração Própria

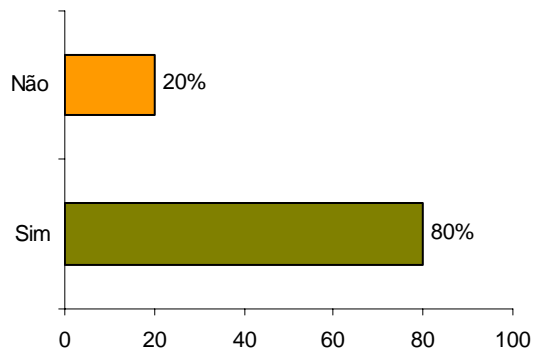
Caracterização da Habitação : Há Posto Policial no Bairro?



Quadro 2.22-II

Fonte: Elaboração Própria

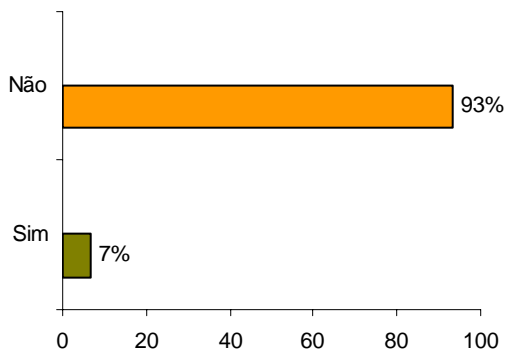
Caracterização da Habitação : Há Áreas Verdes no Bairro?



Quadro 2.23-II

Fonte: Elaboração Própria

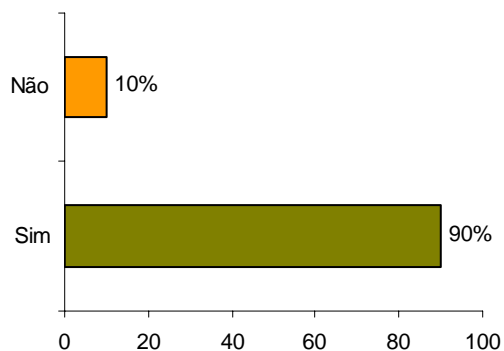
Caracterização da Habitação : Há Centro Comunitário no Bairro?



Quadro 2.24-II

Fonte: Elaboração Própria

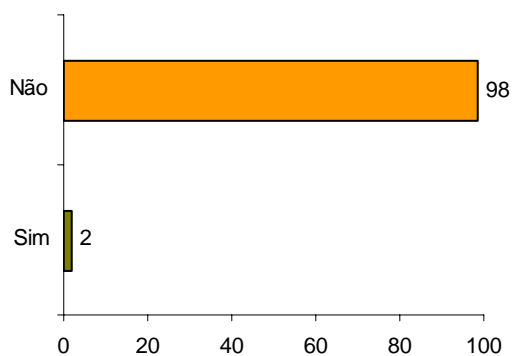
Caracterização da Habitação : Há Creches ou Escolas no Bairro?



Quadro 2.25-II

Fonte: Elaboração Própria

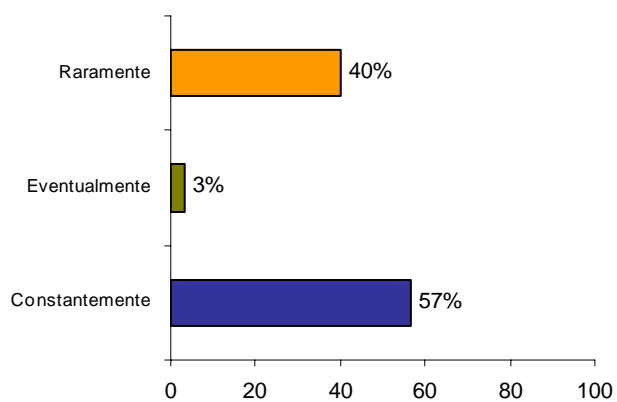
Caracterização da Habitação : Há Programa Saúde da Família no Bairro?



Quadro 2.26-II

Fonte: Elaboração Própria

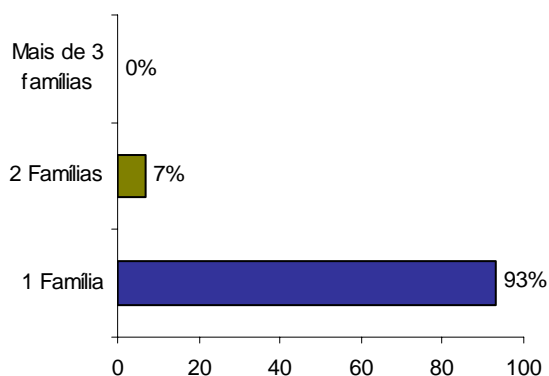
Caracterização da Habitação : Frequência de Ida ao Centro da Cidade



Quadro 2.27-II

Fonte: Elaboração Própria

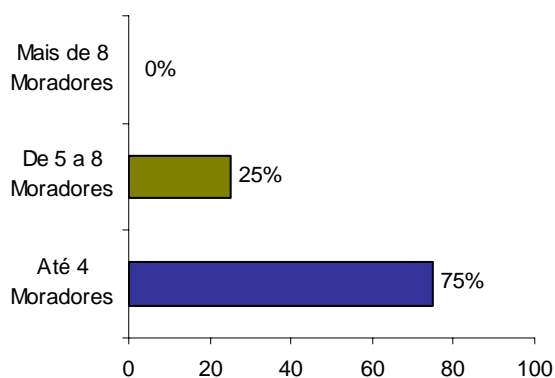
Caracterização do Morador : Nº de Famílias por Residência



Quadro 3.1-II

Fonte: Elaboração Própria

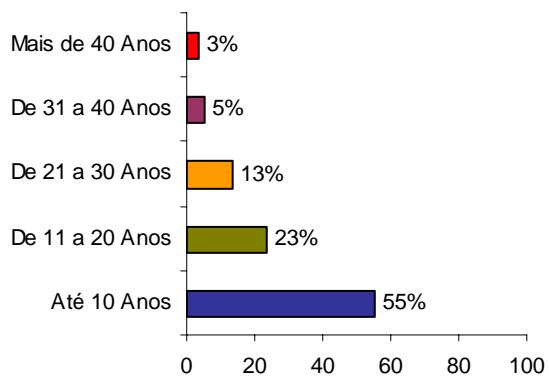
Caracterização do Morador : Nº de Moradores por Residência



Quadro 3.2-II

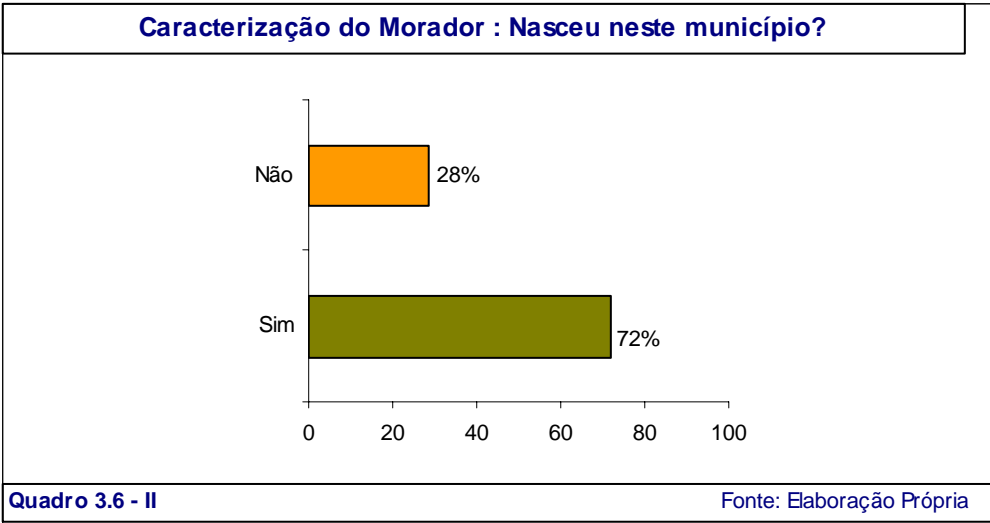
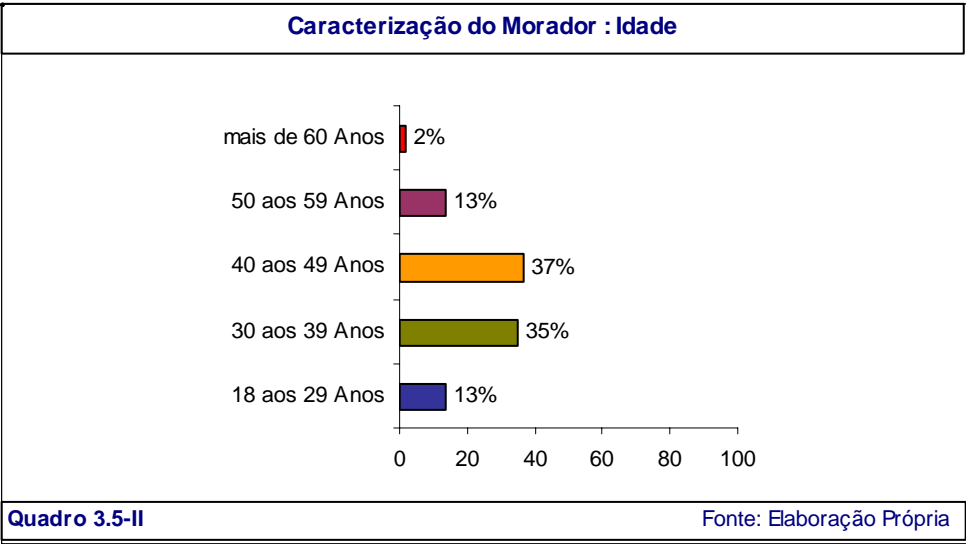
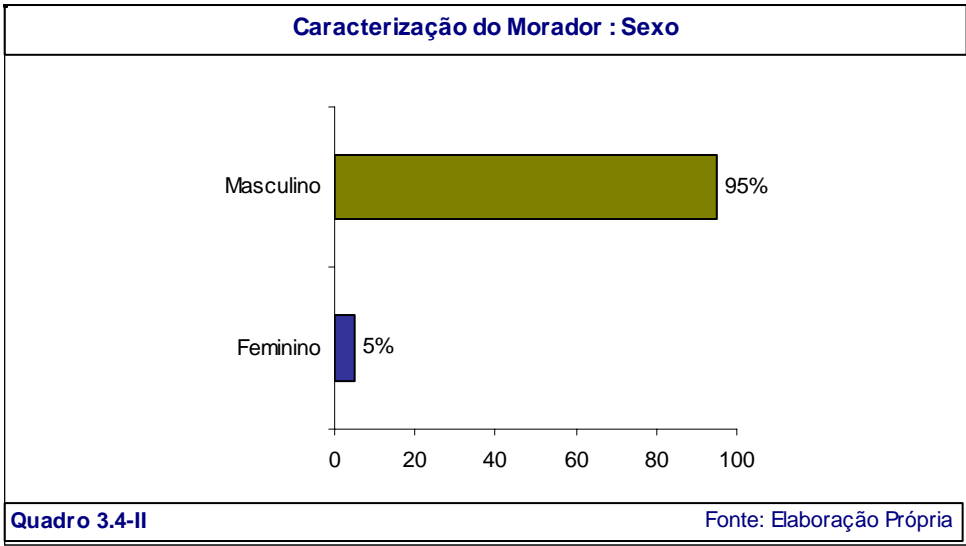
Fonte: Elaboração Própria

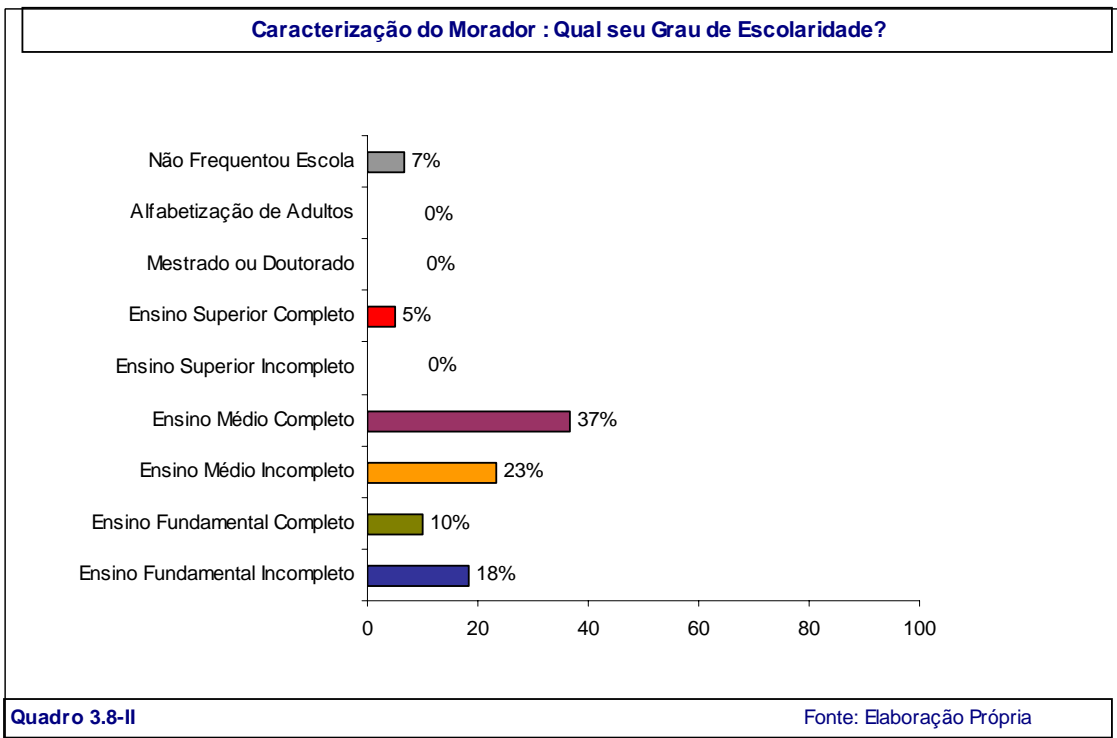
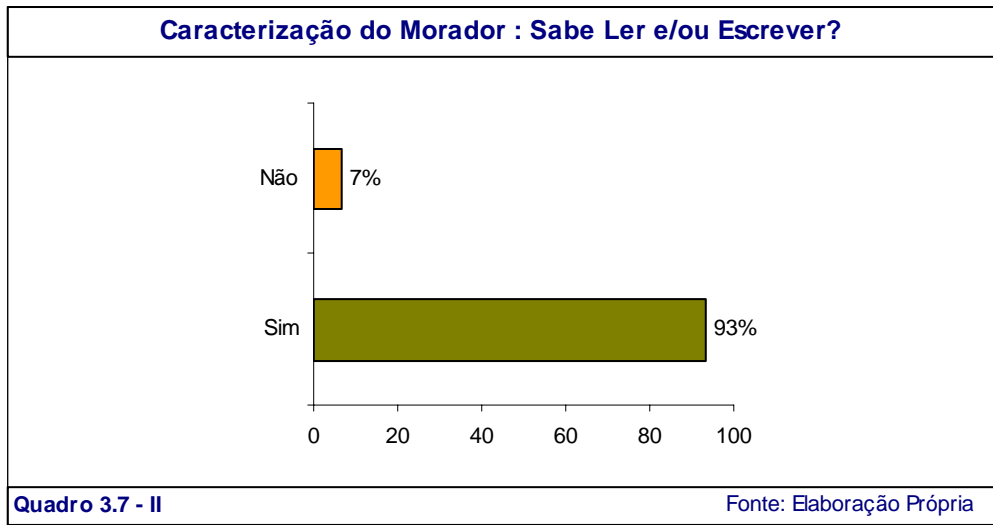
Caracterização do Morador: Tempo de Moradia

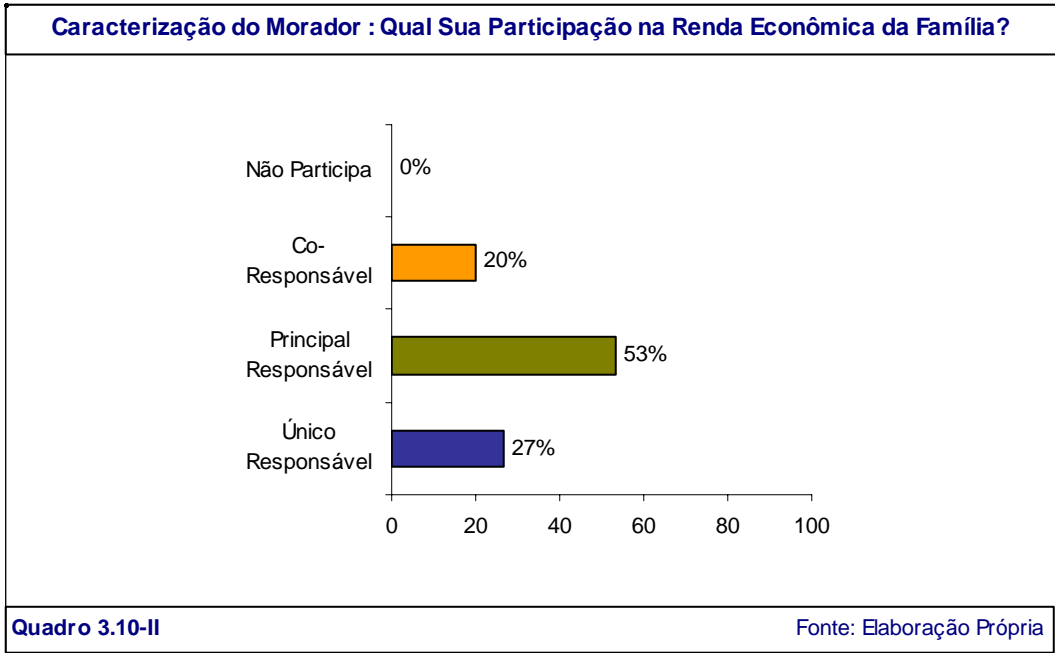
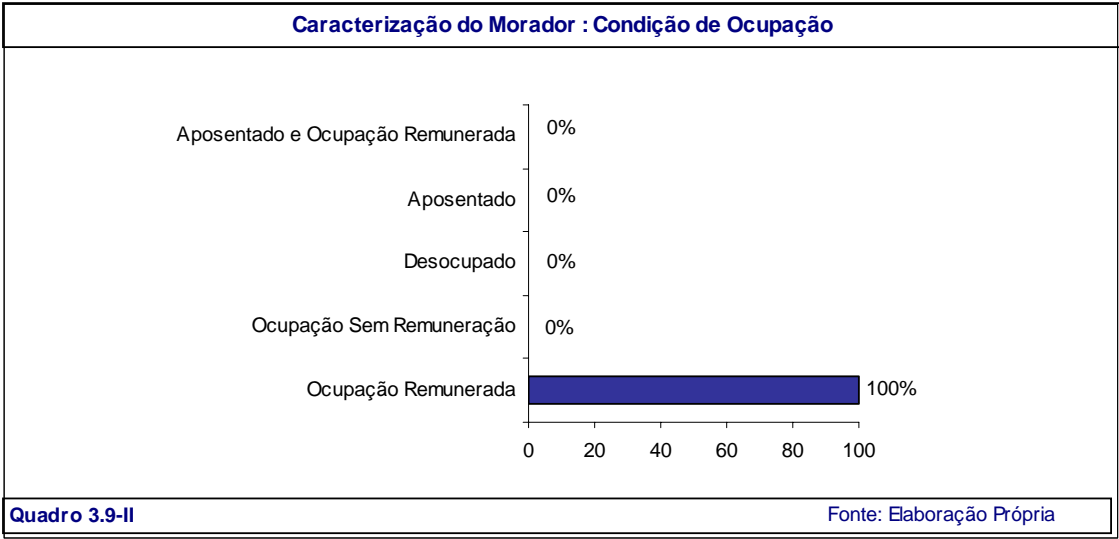


Quadro 3.3-II

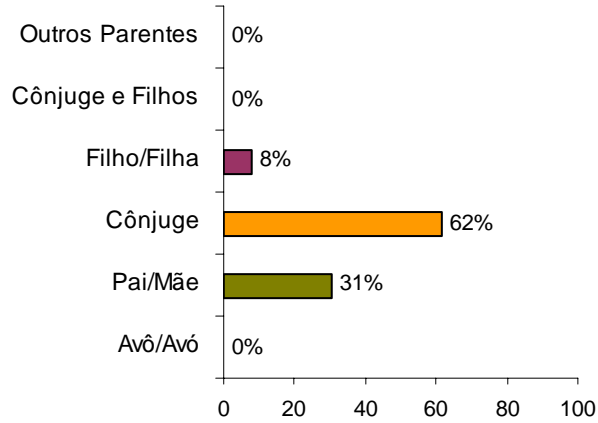
Fonte: Elaboração Própria







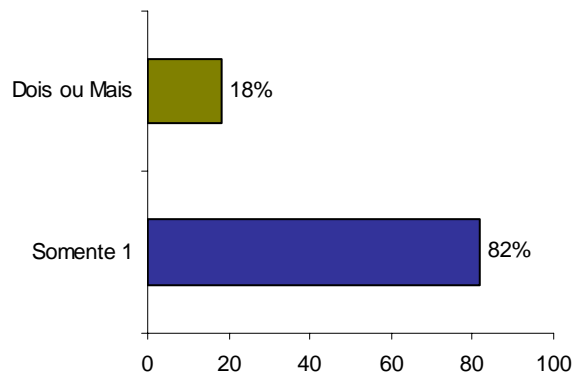
Caracterização do Morador : Qual sua Relação com a Pessoa Responsável Economicamente pela Família?



Quadro 3.11-II

Fonte: Elaboração Própria

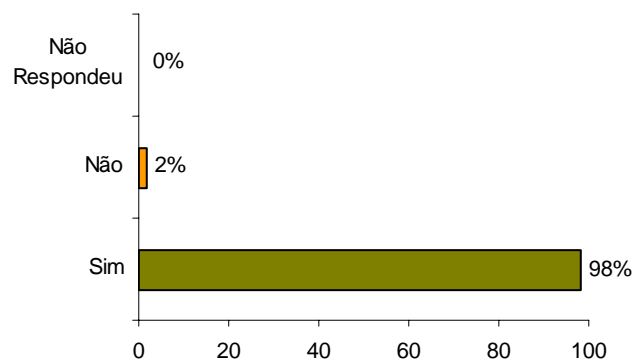
Caracterização do Morador : Possui quantos Trabalhos?



Quadro 3.12-II

Fonte: Elaboração Própria

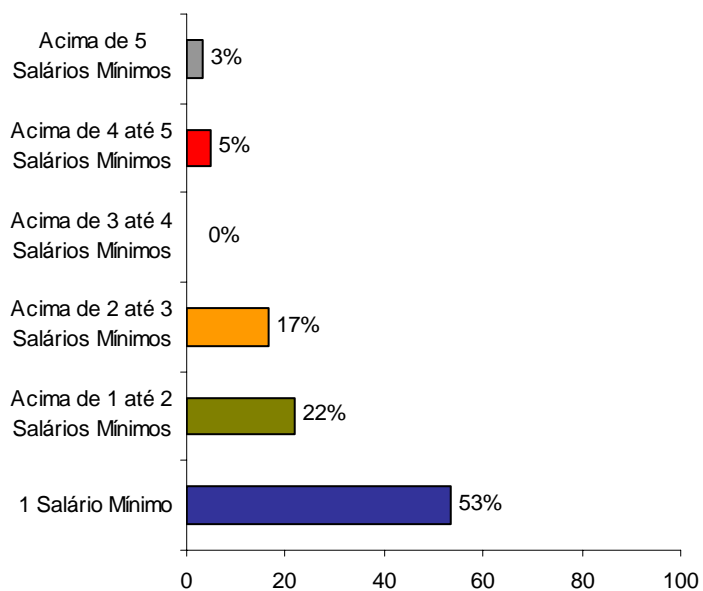
Caracterização do Morador : Tem Carteira Assinada?



Quadro 3.14-II

Fonte: Elaboração Própria

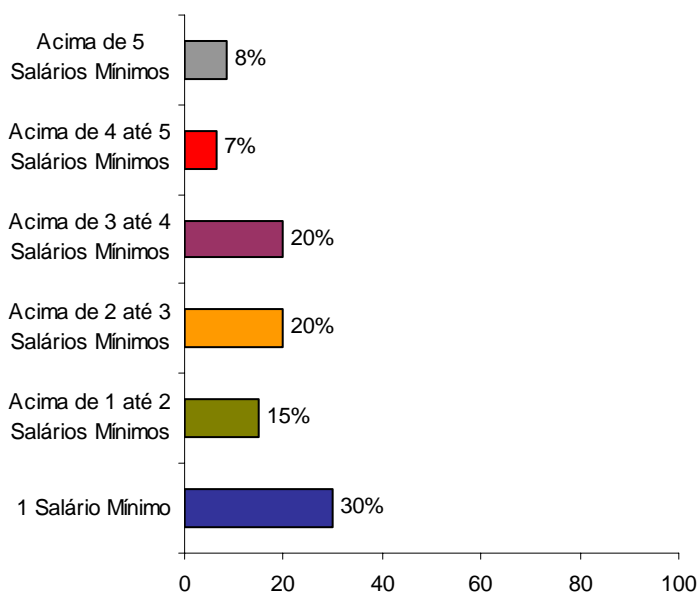
Caracterização do Morador : Qual sua Renda no Trabalho Principal?



Quadro 3.15-II

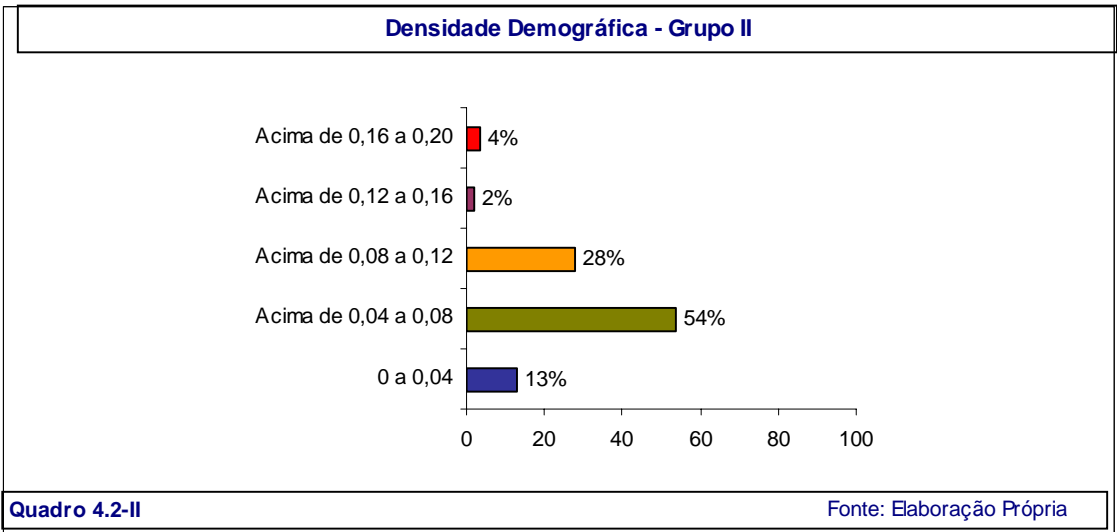
Fonte: Elaboração Própria

Caracterização do Morador : Qual sua Renda Total?



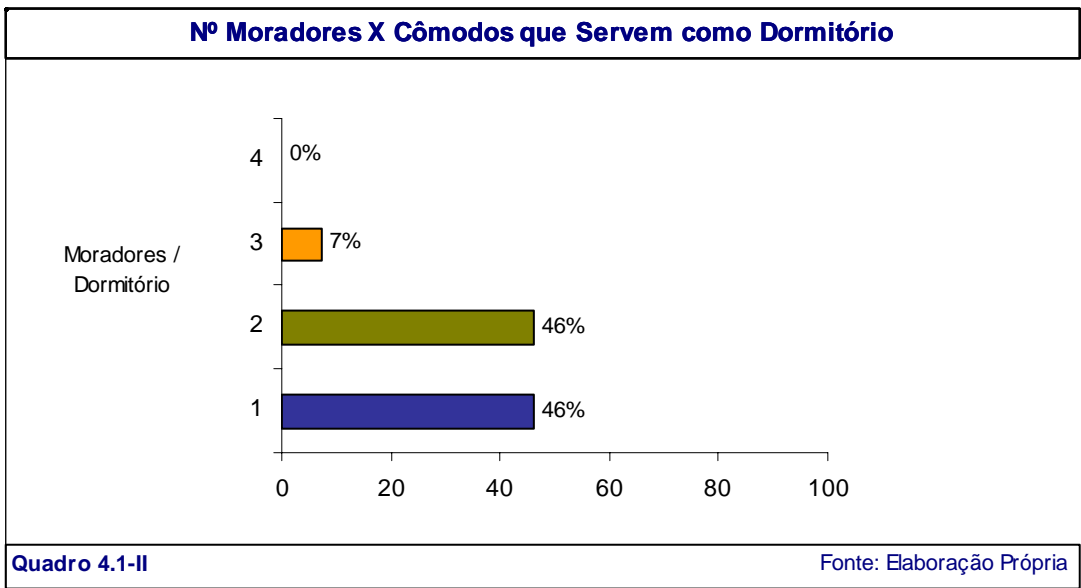
Quadro 3.16-II

Fonte: Elaboração Própria

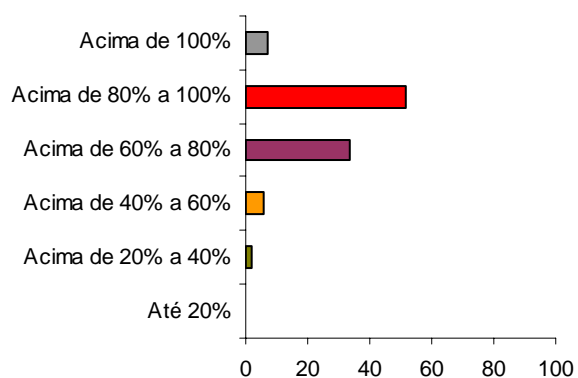


Densidade Demográfica Geral - Grupo II

Total Moradores	215
Total Área Útil	<u>3448,87</u>
0,06 hab / m²	



Área de Ocupação do Lote - Grupo II



Quadro 4.3-II

Fonte: Elaboração Própria

Cálculo do Lote Padrão das habitações pesquisadas dos ex-salineiros localizadas na cidade de Macau-RN.

1 – Cálculo da Média Aritmética da Largura e Comprimento das 50 habitações levantadas pertencentes à ex-salineiros;

2 – Cálculo da Zona de Intervalo – eliminação dos valores compreendidos no intervalo de 30% abaixo e acima das médias encontradas no item 1, para a realização de uma nova Média Aritmética;

3 – Cálculo do Lote Padrão – Cálculo da Largura Padrão e Comprimento Padrão realizada com os valores compreendidos entre a Zona de Intervalo.

1 - **1º Média Aritmética (desconsiderando Nº 51 ao 57)**

Média da Largura	5,12
Média do Comprimento	17,70

2 - **Cálculo de Zona de Intervalo**

Média da Largura	3,59	30% Menos
	5,12	
	6,66	30% Mais
Média do Comprimento	12,39	30% Menos
	17,70	
	23,01	30% Mais

3 - **Cálculo do Lote Padrão**

Largura Padrão 5,12 m (*Média aritmética das larguras \geq a 3,59 m e \leq a 6,66 m*)*
Comprimento Padrão 17,48 m (*Média aritmética dos comprimentos \geq a 12,39 m e \leq a 23,01 m*)*

* Dados conforme cálculo da Zona de Intervalo - item 2

Área do Lote Padrão da habitação do ex-salineiro: 101,74 m²

EXEMPLAR DE QUESTIONÁRIO APLICADO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº 01

Nome: ANTÔNIO SILVA DE SOUZA

Endereço: PORTO DA PESACRIA, 1- A, PORTO DE SÃO PEDRO.

2. CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Características Físicas e Legais

1- Espécie:

- particular permanente
 particular improvisado
 coletivo

2.2- Tipo:

- casa
 apartamento
 cômodo

2.3- Número de cômodos:

06

2.4- Quantos cômodos servem de dormitório?

02

2.5 – Condição:

- próprio –já pago
 próprio – ainda pagando
 alugado
 cedido pelo empregador
 cedido de outra forma
 outra condição

2.6- O terreno em que se localiza esta habitação é:

- próprio
 cedido
 outra condição. Qual?

2.7 – Há outro uso do imóvel além do residencial?

- não
 sim. Qual?

2.8 – Material da cobertura:

- durável
 não durável

2.9- Material das paredes:

- durável
 não durável

2.10- Grau de conservação:

- bom
 regular
 precário

2.11- Quantos pavimentos?

1

2.12- Tipo (s) de recuo (s)?

- frontal
 lateral
 posterior
 não há recuos

Características Locacionais

2.13- Tipo de pavimentação da rua?

- asfalto
 paralelepípedo
 não há

2.14- Quanto ao destino do lixo:

- jogado em locais inadequados à céu aberto
 coletado pelo serviço de limpeza
 tem outro destino. Qual? _____

2.15- Quanto ao destino do esgoto sanitário:

- rede coletora
 fossa negra
 rio ou mar através de vala
 Tem outro destino. Qual? _____

2.16- Qual a forma de abastecimento d'água?

- rede geral
 poço
 outra forma. Qual?

2.17- Sua rua dispõe de energia elétrica?

- não
 sim

2.18- Sua habitação dispõe de linha telefônica com acesso à Internet?

- não
 dispõe somente da linha telefônica
 sim

2.19- Existe algum equipamento cultural instalado em seu bairro?

- não
 sim

2.20- Existem problemas com a proliferação de ratos e/ou insetos em sua rua?

- não
 sim

2.21- Existe posto de saúde em seu bairro?

- não
 sim

2.22- Existe posto policial em seu bairro?

- não
 sim

2.23- Existem áreas verdes em seu bairro?

- não
 sim

2.25- Existem creches ou escolas em seu bairro?

- não
 sim

2.27- Com que frequência você vai ao centro da cidade?

- constantemente
 eventualmente
 raramente

2.24- Existe centro comunitário em seu bairro?

- não
 sim

2.26- Existe programa de saúde familiar em seu bairro?

- não
 sim

3. CARACTERIZAÇÃO DO MORADOR

3.1- Número de família (s) residente (s):

3.2- Número de moradores:

3.3- Tempo de moradia:

3.4- Sexo:

- masculino
 feminino

3.5- Idade:

- 18 aos 29
 30 aos 39
 40 aos 50
 50 aos 60
 mais de 60

3.6- Nasceu neste município?

- não
 sim

3.7- Saber ler e/ou escrever?

- não (passe para questão 3.9)
 sim (siga questão 3.8)

3.8- Qual seu grau de escolaridade?

- Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo
 Mestrado ou doutorado
 Alfabetização de adultos

3.9- Condição de ocupação

- Ocupação remunerada
 Ocupação sem remuneração
 Desocupado
 Aposentado

3.10- Qual a sua participação na renda econômica familiar?

- único responsável (siga questão 3.12)
 principal responsável (siga questão 3.12)
 co-responsável
 não participa

3.11- Qual sua relação com a pessoa responsável economicamente pela família?

- avô/ avó
 pai/ mãe
 cônjuge
 filho/filha
 outro parente

3.12- Possui quantos trabalhos?

- somente um
 dois ou mais

3.13- Qual seu principal trabalho?

3.14- Possui carteira assinada?

- não
 sim

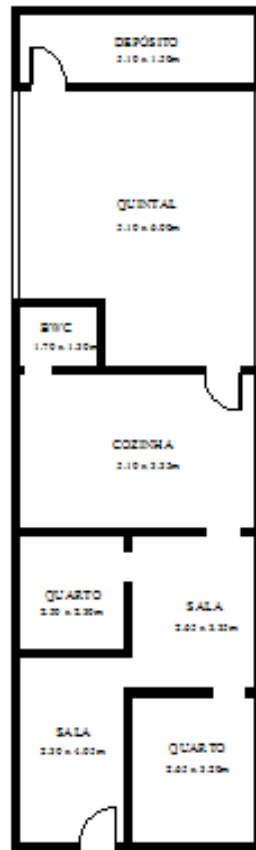
3.15- Qual a sua renda no trabalho principal?

- Menos de 1 salário mínimo
 1 salário mínimo
 Acima de 1 até 2 salários mínimos
 Acima de 2 até 3 salários mínimos
 Acima de 3 até 4 salários mínimos
 Acima de 4 até 5 salários mínimos
 Acima de 5 salários mínimos

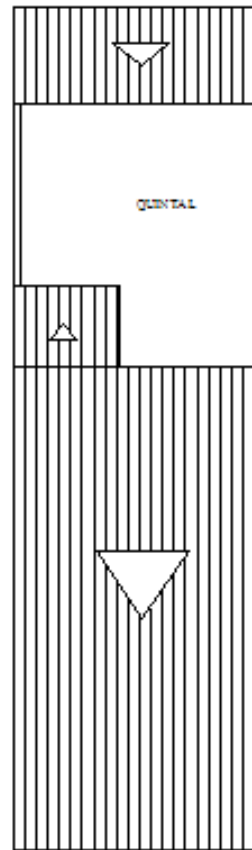
3.16- Qual a sua renda total?

- Menos de 1 salário mínimo
 1 salário mínimo
 Acima de 1 até 2 salários mínimos
 Acima de 2 até 3 salários mínimos
 Acima de 3 até 4 salários mínimos
 Acima de 4 até 5 salários mínimos
 Acima de 5 salários mínimos

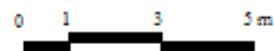
4. LEVANTAMENTO FISICO E FOTOGRAFICO DA HABITAÇÃO



PLANTA



COBERTA



Residência térrea, geminada, de alvenaria de tijolos; meia-parede rebocada e pintada; piso de cimento queimado; cobertura de telha-vã, cerâmica do tipo colonial e esquadrias de madeira de baixa qualidade.

FONTE:
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

DATA:
SET. / NOV. DE 2004

ÁREA DO TERRENO:
98.82m² (5.40x18.30m)

ÁREA UTIL:
53.03 m²



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)